

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo
e Design da Universidade
Federal de Uberlândia, para a
obtenção do título de Bacharel
em **Arquitetura e Urbanismo**.

Maio de 2025
Uberlândia - MG

Orientador:
Prof. Dr. Rodrigo Argenton Freire

Deborah Bonuti Gonçalves

centro de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica

Agradecimentos

À minha família: Emerson, Lavínia, Helena, Lara e Davi, por sempre terem me apoiado e me ajudado a conquistar meus sonhos e superar as adversidades da vida. Vocês são meu alicerce.

Ao meu companheiro, Iago, por sua amizade e parceria incondicional, mesmo nos momentos difíceis.

Ao meu orientador, Rodrigo, por sua paciência e gentileza.

06

01 introdução

08

02 gênero
e violência

11

03 violência
doméstica
em dados

22

05 serviços de
atendimento
existentes

17

04 legislação

26

06 estudos
de caso

54

08 o projeto

46

07 análise
urbana

164

09 considerações
finais

165

referências

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde, de 2013, o Brasil ocupava o 5º lugar de um ranking de países que mais matam mulheres, sendo que 30% dos crimes ocorreram em casa (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2024). Apesar das conquistas femininas, discussões feministas, conscientização acerca do machismo e da criação de leis de amparo às vítimas, a violência doméstica ainda é uma realidade que coloca em risco a vida de muitas mulheres. Considerando que nem todas possuem outro local para residir, seja pela falta de apoio ou por dependência econômica, elas são forçadas a manter o convívio com seus agressores, vivendo sob perigo constante.

O presente trabalho aborda a questão da violência doméstica no Brasil, Minas Gerais e Uberlândia, propondo a criação de uma rede de centros de acolhimento no município – a fim de amparar e proteger as vítimas e seus dependentes temporariamente – e detalha uma unidade pertencente a ela. Assim, conseguirem se desvincular de seus agressores de forma segura e conquistar maior autonomia, tendo ainda a possibilidade da criação de uma rede de apoio no local.

Para o desenvolvimento do trabalho, foram realizados estudos iniciais, por meio de referências contemplando discussões no âmbito social, cultural e político, a fim de compreender melhor as bases da violência e sua relação com gênero e arquitetura. A coleta de dados, no sentido de quantificar e categorizar casos, foi essencial para a determinação da rede e o dimensionamento do projeto. Buscou-se estabelecer também, um panorama geral a respeito da legislação, políticas públicas e serviços de atendimento direcionados a mulher, com a finalidade de embasar o trabalho a partir de um viés político, dissociável da arquitetura.

A seleção dos estudos de caso foi feita com o intuito de auxiliar nas decisões projetuais e identificar as lacunas existentes a serem preenchidas. O mapeamento do entorno do terreno escolhido para o detalhamento da unidade colaborou com a

identificação das características presentes nas proximidades, colaborando, também, com o direcionamento do projeto.

A estruturação do trabalho foi organizada da seguinte maneira: o tópico 02 realiza discussões de gênero e violência; o 03 informa os dados de violência doméstica no Brasil, Minas Gerais e Uberlândia; o 04 trata da legislação referente ao país e especificamente a cidade onde se localiza o projeto; o 05 cita os serviços de atendimento ofertados no país, no estado e no município estudados; o 06 expõe os estudos de caso realizados; o 07 contém a análise de sítio realizada, com mapas de inserção urbana, uso e ocupação do solo e gabarito; o 08 engloba todas as informações de projeto, desde o processo projetual até o resultado obtido; o 09 contém as considerações finais, com as reflexões acarretadas pelo desenvolvimento do trabalho.

A escolha do tema foi motivada, primeiramente, pela sensibilização pessoal com as questões femininas; a compreensão da importância da realização de discussões a respeito das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Brasil e o entendimento de que a violência é também uma forma de controle e perpetuação do machismo e do patriarcado. Em segundo lugar, o trabalho se apoia na crença de que a arquitetura é uma ferramenta de ressignificação do vínculo entre sujeito e lugar, principalmente em situações de violência doméstica, em que a relação com espaço onde se vive é permeado por hostilidade e insegurança.

Acredita-se, também, na busca pelo desenvolvimento de uma arquitetura que estabeleça sentido para as vivências espaciais; colabore com a criação de experiências ricas; promova sensação de pertencimento e cumpra com seu papel político e social.

A violência doméstica contra a mulher está intimamente ligada a construção social do gênero, tornando essa discussão fundamental para o presente trabalho. Antes de tratar da violência contra a mulher, é necessário esclarecer três conceitos que, apesar de interligados, possuem significados distintos: 'mulher' refere-se ao sexo/gênero feminino enquanto identidade social ou biológica.

'Gênero', no contexto ocidental é uma construção social e cultural que atribui expectativas, habilidades e papéis baseados no sexo atribuído ao nascimento; define espaços e prioriza um sexo em detrimento do outro (MARTINEZ, 2024).

É importante enfatizar a diferença entre categorias de violência que atingem mulheres. A violência contra a mulher se refere a todo tipo de agressão contra pessoas do gênero feminino; a violência de gênero está relacionada à violência sofrida pela mulher em razão de ser mulher; a violência doméstica se caracteriza como toda forma de violência que ocorre no ambiente doméstico, em um cenário de relações de afinidade ou consanguinidade com o agressor.

Portanto, é comum que a violência contra a mulher, nesse contexto em questão, seja referida como violência doméstica, o que se justifica pelo fato de que a maior parte das agressões sofridas pelas mulheres ocorrem em casa (COUTO, 2016). O presente trabalho aborda o caso da violência doméstica contra a mulher.

Para discutir a relação entre gênero e violência, é fundamental compreender o gênero como construção social, com símbolos, funções, valores e características aprendidas e ensinadas. É importante destacar a neutralidade do homem branco nesse cenário, ao passo que o estudo de gênero é naturalmente associado ao estudo de mulheres na sociedade. Couto (2019) afirma:

[...] a neutralidade estaria no homem branco, considerado o "indivíduo padrão" para fins sociais e políticos – fato que releva seu protagonismo histórico na construção dos papéis sociais. Esse protagonismo

afastou paulatinamente os grupos que se diferenciam de seus padrões, o que excluiu as mulheres (e também negros) dos processos políticos, buscando, para tanto, estratégias legitimadoras dessa exclusão.

Então, histórica e culturalmente, o gênero feminino é afastado do entendido como padrão na sociedade. Na prática, a diferenciação entre gêneros é funcional, tendo em vista a existência de uma estrutura que assegura uma distância abissal entre as representações masculinas e femininas, reafirmando o domínio masculino sobre o espaço público (COUTO, 2016).

O papel da mulher é associado ao ambiente doméstico e a esfera privada, ou seja, ao cuidado do lar (SANTORO, 2008). Sua função social, e, automaticamente, seu valor, são associados a um movimento de interiorização, tornando a esfera pública um universo pouco naturalizado para sua atuação política, social e espacial.

Isso difere do trabalho fora de casa designado ao homem – determinado pela divisão sexual do trabalho – o qual é geralmente visto como mais importante e relevante (COUTO, 2016). A invisibilidade do privado e o não reconhecimento do valor da reprodução até hoje definem as atividades realizadas pelo gênero feminino (MARTINEZ, 2024), que são colocadas em segundo plano em relação aos papéis atribuídos ao gênero masculino.

De acordo com Couto (2016), como o trabalho que é estabelecido dentro do lar não é remunerado, advindo dos valores e obrigações atribuídos à mulher, que deve sempre zelar pela família, as construções sociais reafirmam a dependência da mulher em relação ao homem. Em um contexto capitalista em que trabalho e dinheiro é sobrevivência, simbolicamente, o valor da mulher é diminuído, ao passo que o trabalho doméstico não acarreta proventos financeiros.

Mesmo que o trabalho fora de casa tenha se tornado uma realidade para muitas mulheres, o ambiente doméstico não parece

ter sido ocupado em mesma proporção pelos homens, então, o cuidado do lar ainda continua sendo função da mulher, que, em muitos casos, mantém uma dupla jornada de trabalho (COUTO, 2016).

Como descreve Couto (2016), a assimetria na valorização de papéis femininos e masculinos está intimamente relacionada a um desequilíbrio no poder político conferido de acordo com o gênero. As decisões políticas ocorrem no ambiente público, que são cultural e socialmente designados a homens. Esse fato, somado ao trabalho dentro e fora de casa, naturalmente afasta mulheres da esfera política.

A violência está incluída nas ferramentas utilizadas como manutenção dessa hierarquia de gêneros. A mulher é associada a fragilidade e passividade, e muitas vezes reduzida a função reprodutiva. Já a ideia do que é ser homem se aproxima de atributos como virilidade e agressividade, fazendo parte de seu processo de socialização (COUTO, 2016). A força masculina se contrasta com a fragilidade feminina, resultando em relações construídas a partir da submissão de um em relação ao outro e da aceitação de comportamentos violentos.

Essas atribuições, geralmente pautadas na biologia, definindo e limitando o ser a partir de seu corpo, configuram um discurso extremamente enraizado na sociedade, presente, inclusive, no imaginário feminino. Assim, comportamentos violentos passam a ser justificados como incontrolláveis, posto que são culturalmente entendidos como intrínsecos a identidade masculina. Já a socialização da mulher atravessa concepções que a colocam em uma posição de aceitação dessa agressividade como parte de seu dever para manutenção do relacionamento e da família, o que dificulta o reconhecimento da experiência vivida como violência ou a sua gravidade. Então, quando os papéis construídos são desempenhados, esse processo se retroalimenta, garantindo sua perpetuação (COUTO, 2016).

Brasil

Conforme o Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil (Cebela/Flacso, 2012), a cada três pessoas atendidas no SUS por motivo de violência doméstica ou sexual, duas são mulheres, e a reincidência ocorreu em 51,6% dos casos. Em 2011, o SUS atendeu mais de 70 mil mulheres vítimas de violência e 71,8% dos casos ocorreram no ambiente doméstico. O Balanço 2014 do Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher (SPM-PR)) informou que em mais de 80% dos casos de violência registrados, os agressores eram atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados (Agência Patricia Galvão).

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), o número de vítimas no ano de 2023 cresceu em todas as modalidades de violência contra a mulher, em comparação ao ano de 2022, como pode ser observado na tabela abaixo.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - BRASIL					
Ano	Tipos De Violência				
	Feminicídio	Tentativa de Feminicídio	Lesão corporal	Medidas protetivas concedidas	Chamadas 190
	Número Absoluto				
2023	1455	2612	235.915	426.297	916.900
2022	1467	2797	258.941	540.255	848.036

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024, modificado pela autora.

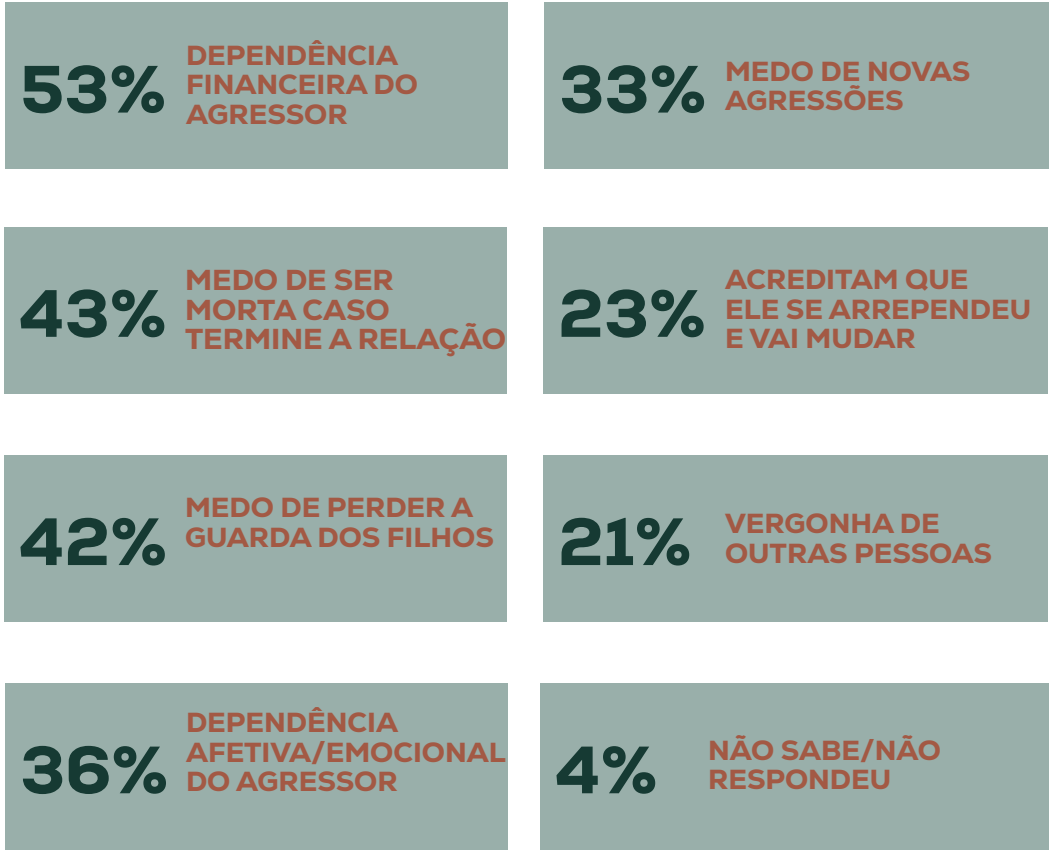
Em relação ao ano de 2023:

Foram 848.036 ligações para o 190 - serviço da PM utilizado para casos de emergência e pedidos de ajuda -, 663.704 novos processos na justiça com pedidos de medidas protetivas, dos quais 81,4% tiveram a medida (ou medidas) concedidas. (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA).

Nesse sentido, é possível identificar a insuficiência na

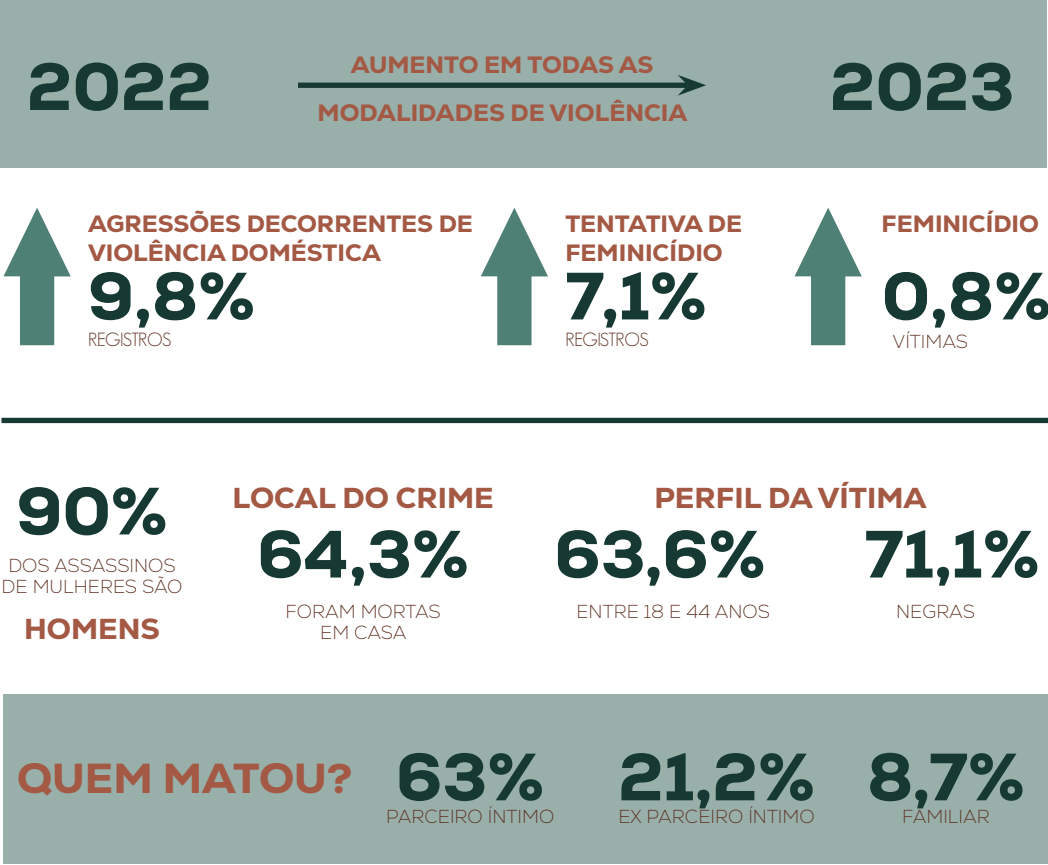
concessão de medidas protetivas, tendo em vista que em 19,6% dos casos a vítima não obteve o recurso solicitado para sua segurança, demonstrando que muitas mulheres, mesmo recorrendo a seus direitos, ficam sem respaldo judicial.

Na tabela verifica-se que número de chamadas 190 em razão de violência diminuiu entre os anos em questão, porém, isso não significou diminuição no número de vítimas. Esse fato gera o questionamento do porquê muitas vítimas não denunciarem e continuarem convivendo com seu agressor. De acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Patrícia Galvão e pelo IPEC (Inteligência em Pesquisa e Consultoria), em 2022, 72% das pessoas entrevistadas afirmaram que muitos policiais não acreditam na seriedade da denúncia e no risco que a vítima corre. Também foi registrado que a dependência financeira/econômica do agressor é o maior motivo para que as mulheres permaneçam na relação violenta.



Fonte: Agência Patrícia Galvão, modificado pela autora.

Em relação a mesma pesquisa, 99% das pessoas acreditam que se deve ampliar o número de serviços de assistência às mulheres agredidas; 98% afirmam que se deve aumentar o número de delegacias especializadas no atendimento à mulher – atualmente, existentes em apenas 7% das cidades brasileiras e 97% sugerem o aumento do número de unidades de Casa da Mulher Brasileira, local que reúne diversos serviços para a vítima.



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, modificado pela autora.

Minas Gerais

Observa-se na tabela abaixo o grande número de chamadas 190 registradas por motivos de violência doméstica no estado de Minas Gerais, representando aproximadamente 3,5% e 8,17% do total brasileiro, em 2022 e 2023, respectivamente. Além disso, o número de chamadas em 2023 é maior que o dobro de

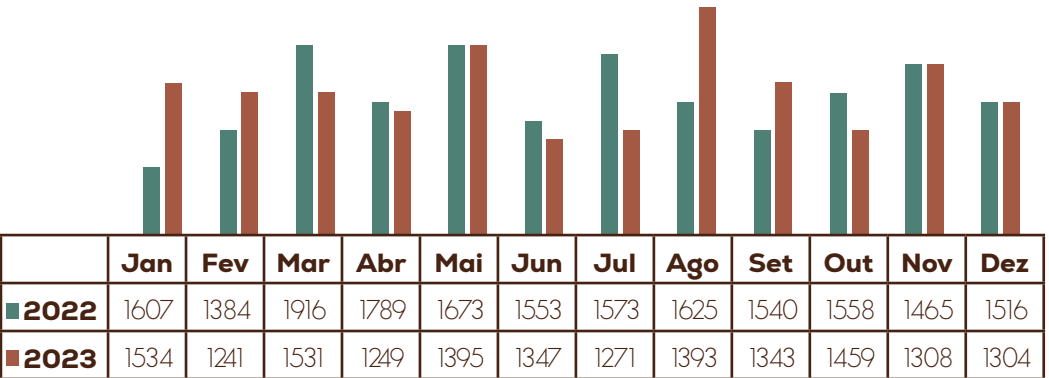
2022, representando um aumento preocupante. Percebe-se, também, que o número de medidas protetivas concedidas em 2023 diminuiu em relação ao ano anterior, mesmo que o valor de praticamente todos os tipos de violência aumentou, o que reforça a questão da deficiência da proteção à mulher por parte do Estado.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – MINAS GERAIS					
Ano	Tipos De Violência				
	Feminicídio	Tentativa de Feminicídio	Lesão corporal	Medidas protetivas concedidas	Chamadas 190
	Número Absoluto				
2022	175	194	22.014	37.902	31.908
2023	183	168	24.000	37.356	69.259

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024, modificado pela autora.

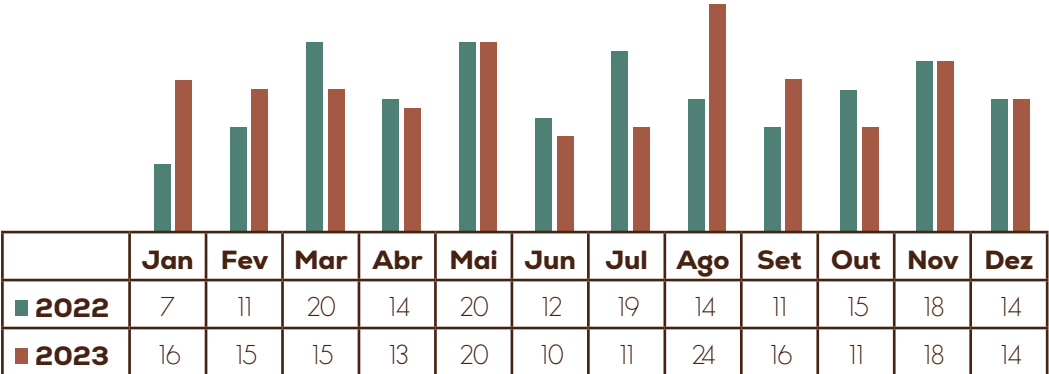
Os gráficos abaixo indicam o quantitativo de vítimas de feminicídio e vítimas femininas de crimes violentos a cada mês.

Vítimas femininas de crimes violentos mês a mês -2022/2023 - MG



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, modificado pela autora.

Vítimas de Feminicídio mês a mês -2022/2023 - MG



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024, modificado pela autora.

Minas Gerais

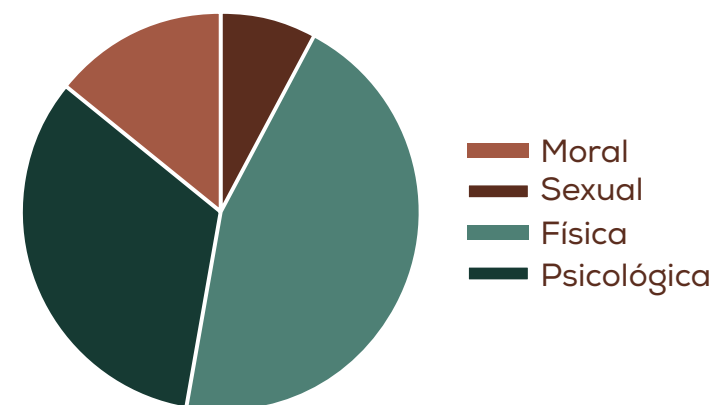
De acordo com Relatório Estatístico da Polícia Civil de Minas Gerais (2023), em 2022, aproximadamente 3840 mulheres foram vítimas de violência doméstica em Uberlândia. A tabela a seguir refere-se aos dados da Região Integrada de Segurança Pública (RISP) 09, localizada em Uberlândia, que atende mais 17 municípios além da cidade que está sediada. Mesmo que os quantitativos encontrados contemplem uma microrregião, eles são úteis para a pesquisa em questão (POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, 2023). Percebe-se o constante aumento no número de casos.

QUANTITATIVO DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA RISP 09						
1º semestre de 2021	2º semestre de 2021	Total 2021	1º semestre de 2022	2º semestre de 2022	Total 2022	1º semestre de 2023
2.999	3.318	6.317	2.934	3.125	6.059	3.083

Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais, 2023.

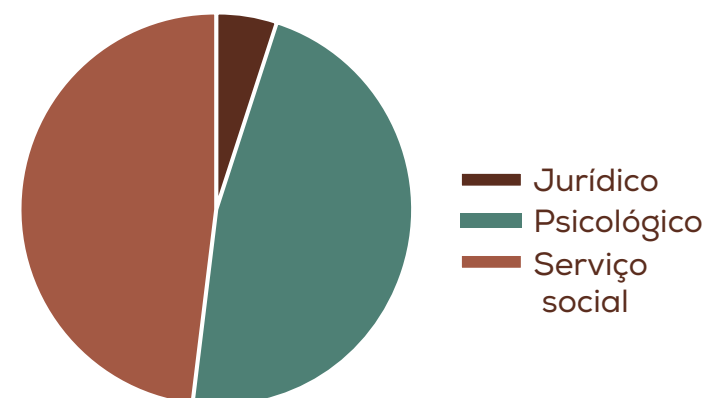
A ONG SOS Mulher e família, criada em 1997, é uma organização da sociedade civil (OSC) do município de Uberlândia. Foi desenvolvida por pesquisadoras do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e atua na pesquisa, educação e prevenção da violência conjugal e familiar, fornecendo atendimentos sociais, psicológicos e jurídicos gratuitos a mulheres e famílias em situação de violência. Os gráficos abaixo indicam a relação entre os tipos de violência e o tipo de atendimento solicitado, de acordo com mulheres que tiveram serviços prestados pela ONG. Observa-se a predominância de violência física, seguida de psicológica e necessidade quase equivalente de atendimento social e psicológico (MERLI, 2018).

Atendimentos 2013 a 2016 - Tipos de violência



Fonte: Merli, 2018.

Atendimentos 2013 a 2016 - Tipos de atendimento



Fonte: Merli, 2018.

QUANTITATIVO DE VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO RISP 09			
MODALIDADE	2021	2022	1º semestre de 2023
Consumado	4	5	7
Tentato	16	9	4

Fonte: Polícia Civil de Minas Gerais, 2023.

Tanto nos casos de feminicídio tentado quanto no consumado, o ambiente doméstico foi o local com maior número de vítimas, indicando que o risco é maior dentro de casa. Esses dados reforçam a necessidade da existência de abrigos temporários que forneçam segurança e apoio às mulheres e seus dependentes nessa situação.

Maria da Penha Maia Fernandes, nascida em 1945, é farmacêutica bioquímica formada na Universidade Federal do Ceará e fundadora do Instituto Maria da Penha. Em 1983, ela foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de Marco Antonio Hederia Viveros, seu marido na época. Na primeira, ele deu um tiro em suas costas enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. Quatro meses depois, ela retornou para casa e foi mantida em cárcere privado pelo agressor durante 15 dias e ele tentou eletrocutá-la durante o banho (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2024).

Com a ajuda de amigos e da família, Maria da Penha conseguiu apoio jurídico para sair de casa. Ocorreram dois julgamentos, um em 1991 e outro em 1996, mas em nenhum deles Marco Antônio foi sentenciado por seus crimes (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2024). Em 2001, após receber quatro ofícios da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, o Estado foi responsabilizado por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica praticada contra as mulheres brasileiras. Finalmente, em 7 de agosto de 2006, 23 anos após o crime, foi sancionada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), na qual estão previstos cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2024).

A história de Maria de Penha é de muita luta para a conquista de direitos básicos, culminando em uma importante lei para as brasileiras. Todavia, mesmo com avanços no âmbito do Legislativo, muitas ainda enfrentam a realidade da violência doméstica. Vale ressaltar que, antes da lei ser sancionada, os crimes de violência doméstica eram tratados pelos Juizados Especiais Criminais. Mas, os casos de violência doméstica que eram julgados resultavam em pena não superior a dois anos, devido ao fato de estarem incluídas

no rol de infrações penais de menor potencial ofensivo. (DIAS, 2022).

Sendo assim, legalmente, é recente a concepção da gravidade – e da consequente necessidade de maior penalização do agressor – e da especificidade da violência doméstica no Brasil, tendo em vista sua íntima relação com o patriarcado e os papéis de gênero socialmente construídos. Além disso, culturalmente, existe uma crença de que os problemas matrimoniais, mesmo envolvendo algum tipo de violência, devem ser tratados sem a interferência de outras pessoas, legitimando comportamentos agressivos e desestimulando a denúncia por parte de terceiros.

O termo feminicídio se refere ao assassinato de mulheres em razão de seu gênero, estando diretamente relacionado a um contexto de violência doméstica e familiar e de menosprezo à condição de mulher. A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) entrou em vigor no Brasil em 2015 e tornou esse crime homicídio qualificado, entrando na lista de crimes hediondos, com penas de 12 a 30 anos (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 2024).

O feminicídio é o ápice da violência, ao passo que elimina uma vida. Se relaciona a crença dos homens de que as mulheres não estão cumprindo seus papéis de gênero socio e culturalmente impostos (ANDRADE; SOUZA, 2023). De acordo com dados do ano de 2017, estima-se que 137 mulheres no mundo são mortas, por dia, por um membro da família (UNODC, 2019 apud CAVALER; SOUZA; BEIRAS, 2022). Um estudo recente sobre as motivações que levam ao feminicídio com base em dados contidos em periódicos, no período de março de 2015 a novembro de 2019 identificou a tentativa de separação da mulher como maior causa dos assassinatos (CAVALER; SOUZA; BEIRAS, 2022).

Nesse sentido, observa-se a ideia de posse sobre a mulher,

tendo em vista a não aceitação do fim do relacionamento e o uso da violência como forma de controle de corpos femininos. Além disso, apesar da criação da lei, os casos de feminicídio continuam ocorrendo, trazendo à luz o fato de que apenas o amparo judicial não resolve e não previne a violência doméstica e o feminicídio, posto que a visão da mulher como propriedade do homem ultrapassa o medo da punição. O patriarcado e o machismo estão enraizados na sociedade, então, é necessário pensar e propor outras formas de proteção e apoio das vítimas, justificando a importância da arquitetura feita por e para mulheres.

Em relação às políticas municipais, Uberlândia possui dois Selos de promoção e proteção à mulher, referentes ao Decreto nº 19.867 da Lei Orgânica do município. O Selo Social “Empresa Amiga da Mulher” visa divulgar práticas a fim de promover, valorizar e defender os direitos das mulheres no ambiente de trabalho. As empresas que adotarem práticas voltadas à inclusão profissional de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar poderão receber esse selo, atendendo o pré-requisito de que tenham pelo menos uma mulher nessa situação no quadro de funcionários (CLAUDIA GUERRA, 2023).

O outro Selo é denominado “Mulheres protegidas” e é destinado a estabelecimentos de diversão e lazer, como bares e restaurante, por exemplo. A outorga do Selo é feita para locais que realizarem o treinamento de todos seus colaboradores; a inclusão de seguranças e a execução de medidas de apoio às mulheres em situação de risco de violência em suas dependências. Esse treinamento especializado promovido e atestado pela Escola de Governo, atrelada à Secretaria Municipal de Gestão Estratégica (CLAUDIA GUERRA, 2023).

Além dos Selos, dentro do Código Municipal de Posturas existe a Lei nº 13805/2022, que exige a inserção de placas na entrada principal, nos banheiros, bares e outros locais

visíveis com as frases “Violência e exploração sexual contra a mulher é crime. Denuncie - disque 180.” e “Violação aos direitos humanos. Não se cale! Disque 100.” (CLAUDIA GUERRA, 2023).

As outras leis, no âmbito da violência doméstica são: Lei nº 14065/2023 - direito a acompanhante para mulheres em procedimentos médicos que utilizem sedação; Lei 13876/2022 - torna obrigatório a divulgação da rede de proteção às mulheres em estabelecimentos de assistência à saúde; Lei nº 13563/2021 - institui a semana de luta contra a violência doméstica e familiar e dá outras providências e Lei nº 13619/2021 - preferência na matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar e da mulher mãe solo em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio (CLAUDIA GUERRA, 2023).

A Lei nº 11551/2013 dispõe sobre a Casa Abrigo Travessia existente na cidade. O local é uma unidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, com o intuito de oferecer abrigo para mulheres e seus dependentes em situação de risco iminente de morte. Alguns requisitos são necessários para receber esse abrigo, entre eles: existência de vagas e que a mulher seja residente em Uberlândia, podendo ser transferida para outras casas do país em casos excepcionais. Então, existe limitação em relação ao número de vagas e as mulheres que auxilia, justificando a necessidade da criação de mais unidades no município, pertencentes a uma rede, e que atenda vítimas da região (LEIS MUNICIPAIS, 2013).

**23 anos de
diferença entre
o crime e a lei.**



Brasil

De acordo com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (2023), os serviços de atendimento a mulheres em situação de violência existentes no Brasil são:

- Centros de Referência de Atendimento à Mulher;
- Núcleos de Atendimento à Mulher em situação de Violência;
- Centros Integrados da Mulher;
- Casas Abrigo;
- Casas de Acolhimento Provisório (Casas-de-Passagem);
- Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM's);
- Postos ou Seções da Polícia de Atendimento à Mulher;
- Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas (NUDEM);
- Promotorias Especializadas;
- Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180;
- Ouvidorias da Mulher;
- Serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica;
- Posto de Atendimento Humanizado nos aeroportos (tráfico de pessoas) e
- Núcleo de Atendimento à Mulher nos serviços de apoio ao migrante.

Minas Gerais

No estado estão disponíveis (Ministério Público do Estado de Minas Gerais, 2023):

- Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres - SEDESE/MG;
- Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres - CERN / SEDESE- MG;
- Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar - COMSIV/ TJMG
- Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - CAOVD/MG;
- Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres - CEDEM/ DPMG;
- ALMG: - Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais;
 - o Procuradoria da Mulher;
 - o Bancada Feminina.
- Delegacia de Atendimento às Mulheres- PCMG;
- Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica/ PPVD - PMMG;
- Centro de Referência de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência/CREAM - CRAM - SUAS;

- Núcleo de Atendimento Especializado à Mulher/ NUDEM – DPMG;

- Grupos Reflexivos de responsabilização de homens autores de violência:

- o CEAPA /SEJUSP – MG

- o Dialogar – PCMG;

- Juizado De Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher – JUVID/TJMG;

- Promotoria Especializada no Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Uberlândia

Em Uberlândia, como citado anteriormente, existe a ONG SOS Mulher e Família que oferece serviços sociais, psicológicos e jurídicos a mulheres e famílias em situação de violência (MERLI, 2018). No âmbito dos serviços oferecidos pelo governo municipal, existe o aplicativo Salve Maria, que permite a realização da denúncia a partir de um canal direto com a Polícia Militar (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA).

A Casa da Mulher é uma unidade de atendimento, na qual funcionam: o Núcleo de Apoio à Mulher, que atende, orienta e encaminha as mulheres conforme a demanda de uma; o Centro Integrado de Apoio a Mulher (CIM), responsável pelo atendimento de vítimas de violência conjugal e intrafamiliar (física, psicológica ou sexual), trabalhando de forma integrada com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e Defensoria Pública da Mulher na Proteção Social Especial de média complexidade e o Núcleo da Diversidade e Cidadania, que desenvolve ações destinadas para LGBTQIA+, a fim de prevenir ou

intervir na violação de direitos, oferecendo serviços de acordo com a demanda, incluindo Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial de Média Complexidade (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA).

Por fim, o município também possui a Casa Abrigo Travessia, a ser detalhada no próximo tópico. Segundo a Secretaria de Estado da Mulher (2021), esse tipo de local oferece acolhimento a mulheres vítimas de violência doméstica, familiar ou nas relações de afeto íntimas que ofereçam risco de morte, tanto para as mulheres quanto para seus dependentes. A localização da Casa Abrigo geralmente é sigilosa, por motivos de segurança.

Ainda que a cidade ofereça diversos tipos de atendimento, a falta de diálogo entre a delegacia da mulher e a ONG limita e dificulta o auxílio a muitas mulheres. A ideia da criação de uma unidade interdisciplinar, inserida em uma rede que conecte outras seria ideal para o melhor funcionamento do processo de auxílio às vítimas (HASSI, 2024).



Luiza Alzira Solano Teixeira foi a primeira prefeita (Lages - RN) eleita no Brasil e na América Latina, no dia 1º de janeiro de 1929.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013.

Casa Abrigo Travessia

Em entrevista realizada com Cláudia Costa Guerra¹, que já foi gestora da Divisão dos Direitos das Mulheres e Políticas de Gênero e da Casa Abrigo Travessia e a partir de sua dissertação de mestrado, foram coletadas algumas informações a respeito da Casa Abrigo Travessia localizada em Uberlândia.

A iniciativa do projeto ocorreu em 1999, pela ONG SOS Ação Mulher e Família, com apoio do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e do Núcleo de Estudos de Gênero/UFU. Ele foi lançado em 2002, com o intuito de acolher e promover apoio emergencial a mulheres, crianças e adolescentes em situação de risco de morte (GUERRA, 2018).

O abrigo temporário buscava promover auxílio interdisciplinar a essas pessoas, nas áreas psicológica, social jurídica e saúde, principalmente. Objetivou-se, também, fornecer condições para a reinserção social e econômica dessas mulheres, a fim de promover sua autonomia (GUERRA, 2018).

Segundo Guerra (2018), as pessoas podem ficar no local por um período limitado até 120 dias, podendo usufruir do serviço por mais tempo de acordo com a necessidade. A possibilidade da saída da mulher para trabalhar depende conforme a situação em que se encontra, o que deve ser estabelecido por equipe especializada. O endereço do local é sigiloso por motivos de segurança.

Foi mencionada a insatisfação com a gestão municipal nos últimos 8 anos, em relação ao local. Foi apontado o pouco interesse, por parte do poder público, em investir na Casa Abrigo e a falta de transparência em relação ao funcionamento do local, que passa períodos desativado. Além disso, antes da gestão mencionada, a ONG SOS Mulheres e Família tinha a possibilidade de encaminhar

mulheres para a Casa, porém, depois essa ferramenta passou a ser restrita apenas a Delegacia da Mulher (GUERRA, 2024).

Conforme informado na entrevista, apenas uma etapa da Casa Abrigo foi construída, mesmo que o terreno onde ela se insere (1500 m²) comporte mais uma unidade (GUERRA, 2024). Conforme descreve Guerra (2018), o projeto foi financiado pelo Ministério Público executado pela Prefeitura de Uberlândia. Teve como referência as primeira Casas Abrigo do Brasil; de Porto Alegre – RS, Belo Horizonte – MG; Goiânia – GO e do Distrito Federal.

Exterior da casa



Imagem fornecida por Cláudia Guerra, 2024.

Varanda



Sala



Cozinha



O espaço comporta até dez acolhidas e seus dependentes, e o programa contempla:

- Sala de convivência;
- Cozinha compartilhada;
- Depósito para estocagem de material, equipamentos e material de limpeza e higiene.
- Refeitório;
- Lavanderia compartilhada;
- Três suítes;
- Ampla área externa;

Cozinha



Imagem fornecida por Cláudia Guerra, 2024.

Refeitório



Lavanderia

Despensa



Suíte





Imagem fornecida por Cláudia Guerra, 2024

Segundo Guerra (2024), os quartos não são individuais para cada mulher e seus filhos, podendo ser compartilhado com mais de uma família. A entrevistada comentou sobre a falta de equipamentos infantis no local.

Mesmo que não tenha sido possível visitar o local, a partir das fotos fornecidas e da entrevista realizada, é possível analisar criticamente o projeto. Primeiramente, observa-se a ausência de espaços destinados a lazer, como por exemplo a inserção de um playground para crianças, mesmo havendo área suficiente para abrigar esses usos. Além disso, poderiam ter sido propostos espaços destinados a atividades comunitárias culturais e educativas, que instigassem o convívio entre os moradores.

Além disso, o aproveitamento do espaço para a inserção de mobiliários para armazenamento foi pouco explorado, como,

por exemplo, abaixo dos sofás da sala e das bancadas da cozinha. Observa-se que os brinquedos das crianças ficam dispostos no chão da sala, o que, provavelmente, dificulta o processo de limpeza.

A presença de apenas uma geladeira, um fogão e uma pia possivelmente interferem na agilidade do armazenamento e preparo dos alimentos.

O fato dos quartos não serem individuais para cada núcleo familiar pode ser um desestímulo para algumas pessoas, além de facilitar a ocorrência de conflitos internos e problemas relacionados a privacidade.

Em termos estéticos, o projeto poderia ter proposto ambientes mais agradáveis, com materiais, cores, mobiliários e aberturas que tornem o local mais aconchegante e convidativo. Nota-se apenas o uso de papéis de parede nesse sentido.

Também foi mencionado em entrevista que, especialmente antes do amplo uso de smartphones, devido a limitação do programa, as mulheres possuíam poucas atividades para realizar no espaço (GUERRA, 2024). Nesse sentido, a edificação cumpre com o papel de abrigar diversas pessoas, no sentido mais objetivo possível, mas, é nítida a percepção de lacunas no âmbito da arquitetura, tendo em vista o programa extremamente enxuto.

Esse fato destaca a importância da abrangência de diversos usos em locais destinados a serviços sociais. As esferas física e psíquica devem ser alimentadas com apoio de soluções projetuais que possibilitem interações mais ricas com o ambiente, especialmente em cenários como esse, onde os usuários viveram experiências traumáticas nos espaços que antes habitavam. É necessário que a arquitetura seja uma ferramenta que promova a ressignificação dos vínculos entre indivíduo e lugar.

Abrigo para vítimas de violência doméstica

Idealizado por Amos Goldreich Architecture e por Jacobs-aniv Architect, o abrigo, de 2018, tem a característica particular de ter sido projetado e construído com consultoria da equipe que iria ocupá-lo e ser responsável por sua execução. Localizado em Israel, país onde estatísticas apontam que mais de 45% das mulheres serão vítimas de violência doméstica em algum momento de sua vida (ARCHDAILY, 2018).

Pátio central



Fonte: Archdaily, 2018.

Em relação ao programa, o pavimento térreo possui, entre outros: 7 suítes para a família abrigada; refeitório e cozinha; compartilhada; salas de aula infantis; enfermaria; escritórios para funcionários; pátio central e playground. Um corredor que circunda o pátio dá acesso aos ambientes. O primeiro pavimento contempla escritórios e uma sala de reuniões, apoiadas por um sanitário e copa.

Acerca da setorização, no térreo observa-se que as maiores áreas são destinadas a áreas espaços e aos quartos individuais. A diferenciação entre serviços essenciais – cozinha e refeitório – e extras – enfermaria e salas de aula, por exemplo – foi realizada a fim de destacar alguns usos que inspiraram o projeto desse trabalho.

As salas de aula infantis são importantes para a escolarização das crianças e o berçário é extremamente útil para que as mães possam deixar seus filhos em local seguro quando precisarem se ausentar. O uso de área verde segura para o acesso das moradoras também foi uma referência utilizada. O primeiro pavimento possui apenas áreas destinadas para usos administrativos, fundamentais para a gestão de locais como esse.

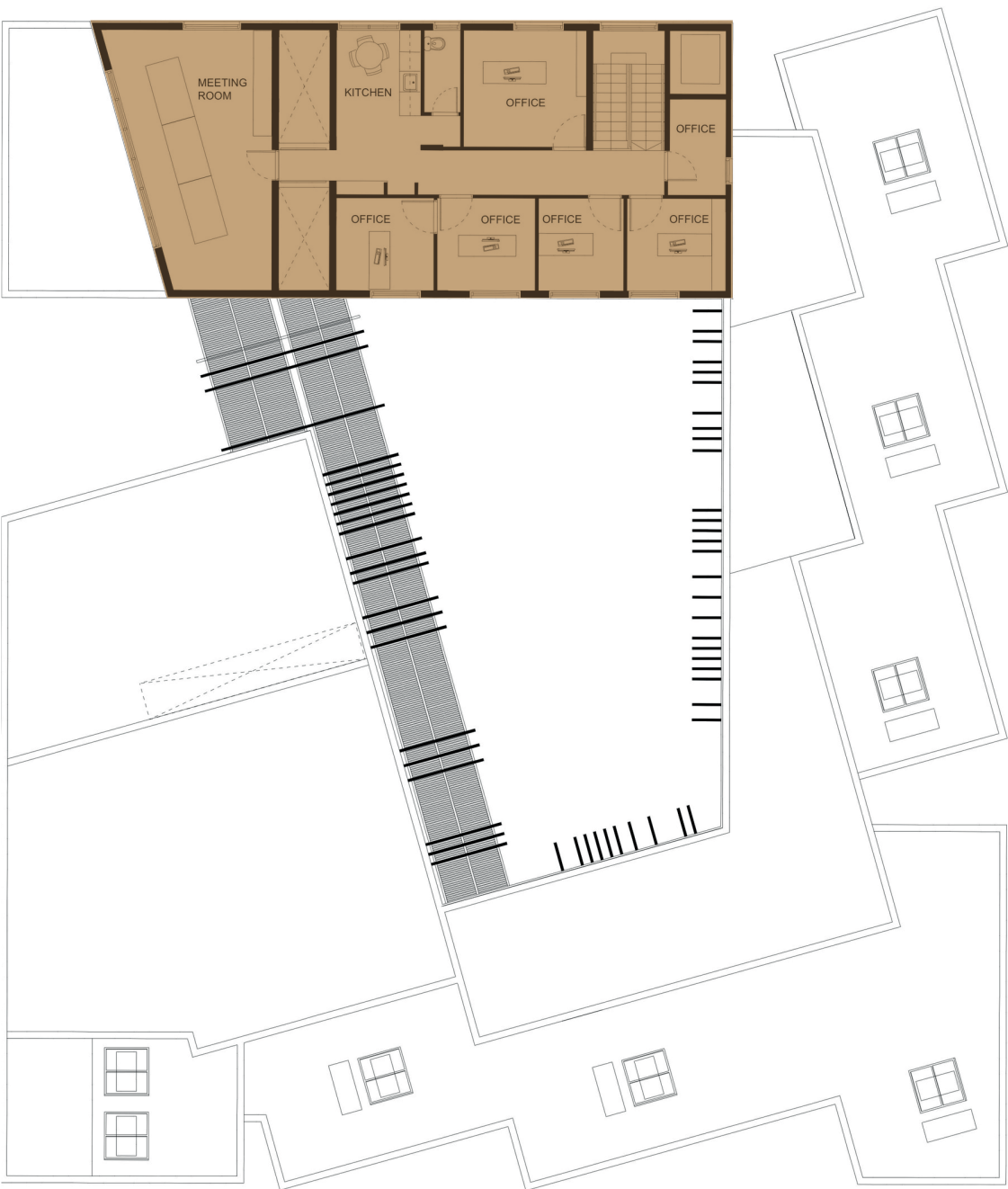
Planta do pavimento térreo



Fonte: Archdaily, 2018.

- Legenda**
- Áreas livres
 - Usos essenciais
 - Usos extras
 - Administração/armazenamento
 - Circulação
 - Uso individualizado

Planta do primeiro pavimento



Fonte: Archdaily, 2018.

- Legenda**
- Administração/armazenamento

Área comum



Fonte: Archdaily, 2018.

Fachada da edificação



Fonte: Archdaily, 2018.

A fachada é pouco convidativa, as linhas retas, o material construtivo em tijolos de silicato e a baixa permeabilidade visual formam um conjunto que limita o a compreensão da finalidade da edificação, o que pode ter sido uma decisão projetual em função da busca por sigilo e/ou privacidade. A partir das fotos disponibilizadas, pode-se perceber que a sobriedade encontrada na arquitetura voltada para a rua se repete nas áreas livres.

Ainda que tenha havido a intenção de se criar um contraste entre a fachada voltada para a rua e a voltada para o jardim central, a mesma linguagem parece se repetir nas duas situações. Então, o contraste poderia ter sido mais bem explorado, no sentido de criar uma ambiência mais acolhedora nas áreas comuns da edificação.

Bosco Verticale

O projeto, de 2014, é do escritório Boeri Studio e localiza-se em Milão, na Itália. É composto por dois edifícios caracterizados por varandas repletas de vegetação que formam uma floresta vertical. Uma torre possui 112 metros de altura e a outra 112 e ambas abrigam 480 árvores de porte médio e grande e 300 de pequeno porte, totalizando 11.000 plantas perenes e rasteiras e 5.000 arbustos. A vegetação equivale a 20.000m² de floresta e vegetação rasteira, sobre uma superfície urbana de 1500m² (ARCHDAILY, 2015).

Conjunto das torres no meio urbano



Fonte: Archdaily, 2015.

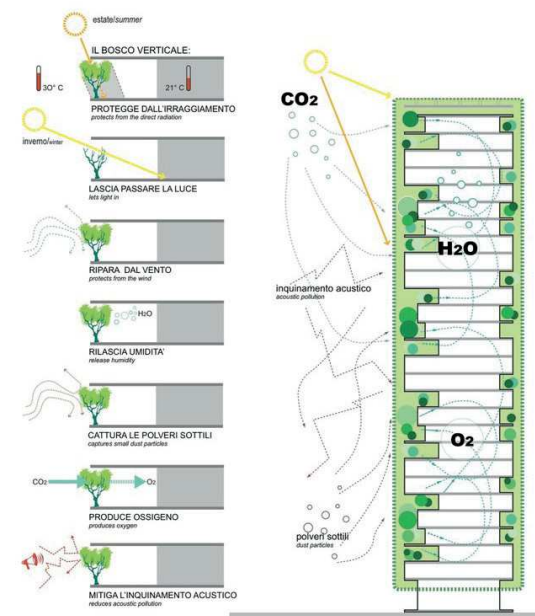
Vista das varandas



Fonte: Archdaily, 2015.

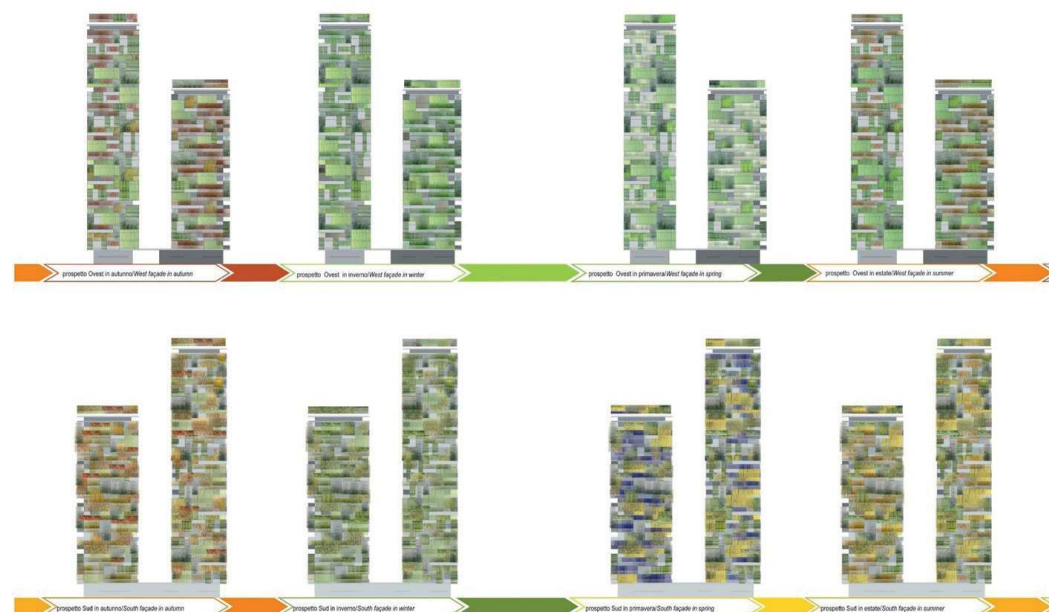
A aplicação da floresta vertical no projeto é justificada pelo objetivo de se criar um microclima, produzindo umidade, absorvendo CO2 e promovendo proteção à radiação solar e poluição sonora. As fachadas modificam ao longo ano, por serem compostas por vegetação que passam por alteração de cor da folhagem de acordo com a estação do ano.

Diagrama com benefícios da utilização da vegetação nas varandas



Fonte: Archdaily, 2015.

Diagrama explicativo da mutabilidade das fachadas



Fonte: Archdaily, 2015.

As varandas possuem jardineiras embutidas, que comportam o substrato necessário para a existência das árvores, como pode ser observado no corte abaixo.

Corte com destaque para jardineiras



Fonte: Archdaily, 2015.

Planta baixa



Fonte: Archdaily, 2015.

As esquadrias com fechamento em vidro fornecem maior permeabilidade visual entre o ambiente interno e externo, criando vistas agradáveis e colaborando com o sombreamento, sem interferir na privacidade, posto que a massa vegetativa colabora com isso.

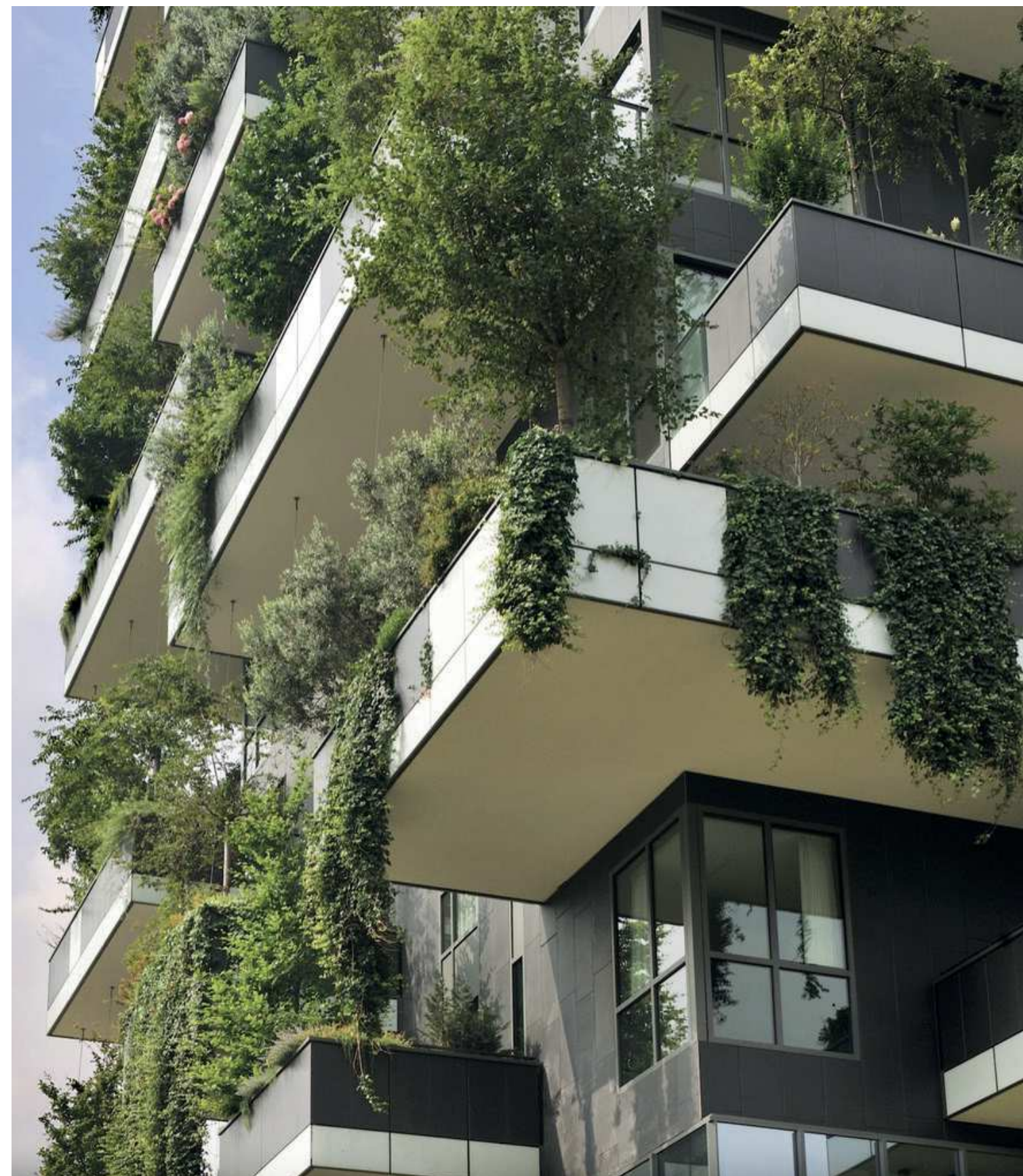
Varandas do prédio



Fonte: Archdaily, 2015.

A referência no Bosco Verticale serviu como inspiração para aplicar a ideia já existente do uso da biofilia no Centro de Acolhimento. As jardineiras e as plantas pendentes foram utilizadas nas varandas, sombreando espaços, conferindo privacidades e criando ambiências agradáveis para os usuários e levando natureza aos espaços urbanos.

Vista das varandas



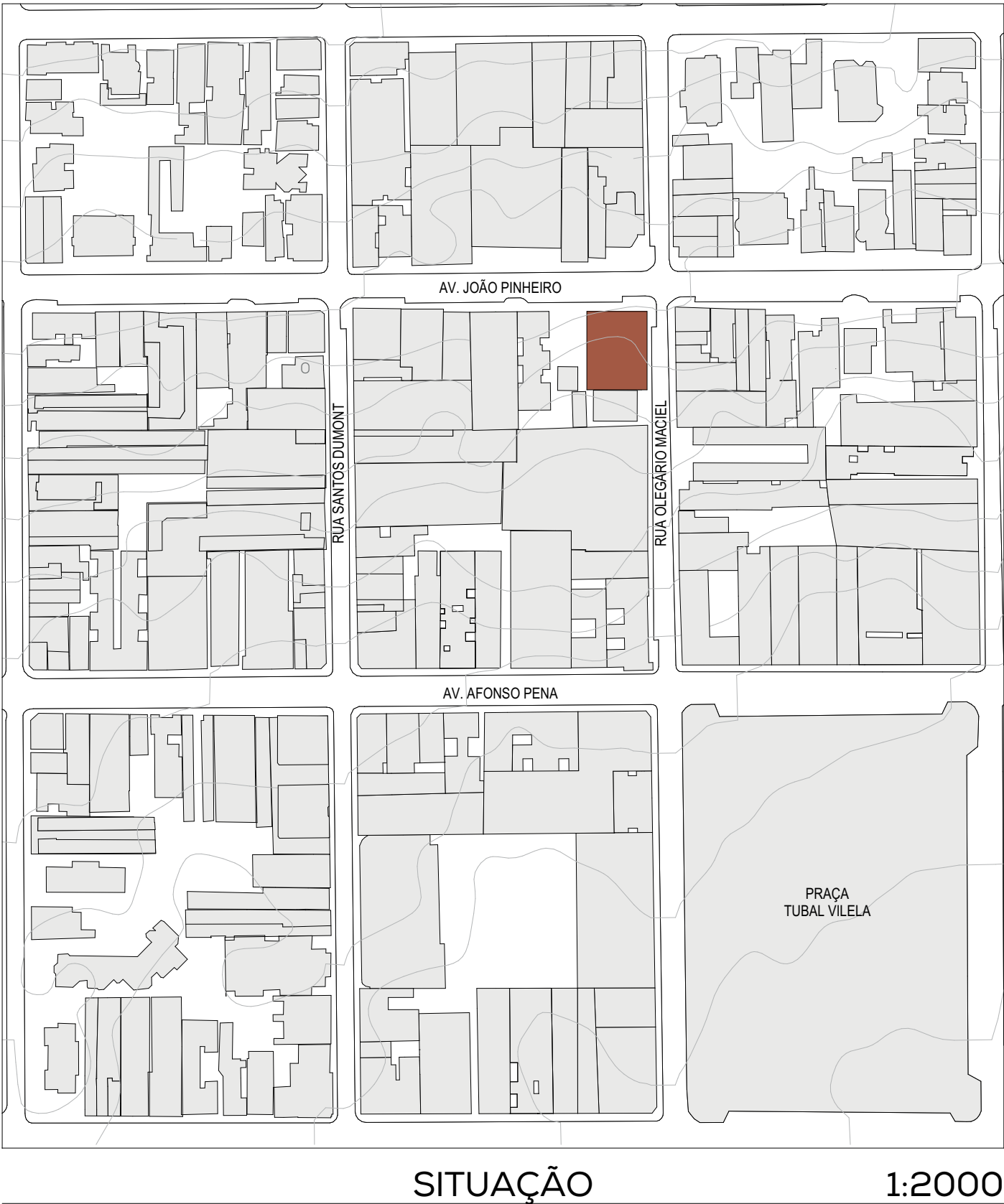
Fonte: Archdaily, 2015.



Inserção urbana

Foi escolhido um terreno na região central da cidade de Uberlândia para desenvolver uma unidade representativa da rede de unidades de centro de acolhimento. Ele possui área de aproximadamente 613m² e atualmente é ocupado por um estacionamento, na esquina da Avenida João Pinheiro com a Rua Olegário Maciel. O local foi escolhido devido a consolidação comercial do centro, ao grande fluxo de pessoas e a proximidade ao transporte público.

- Legenda
- Edificação proposta
 - Edificações do entorno

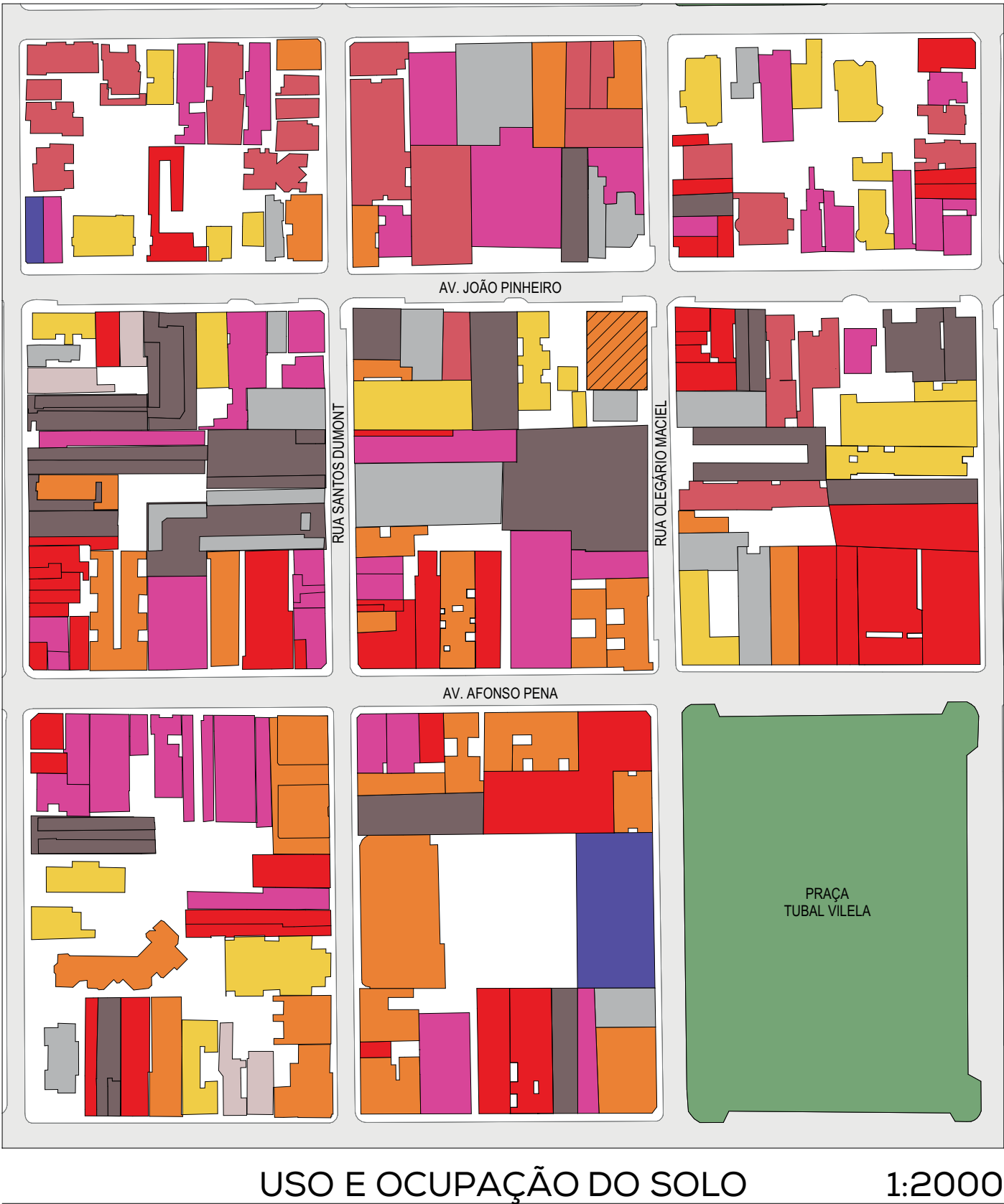


Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, modificado pela autora (2024).

Uso e ocupação

O uso do solo dessa região da cidade é diversificado com grande quantidade de edificações de uso misto e comercial. Especialmente na Avenida João Pinheiro, onde está inserida uma das fachadas, existem muitos serviços relacionados a saúde, como hospitais, clínicas e laboratórios. Uma das motivações que levam a escolha dessa via como acesso a edificação foi a de facilitar o uso desses locais, tendo em vista que a situação em que as mulheres em um contexto se encontram afeta diretamente em questões de saúde.

- Legenda
- Edificação proposta
 - Misto
 - Residencial
 - Comercial
 - Estacionamentos
 - Praças
 - Institucional
 - Saúde
 - Lazer
 - Serviço



Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, modificado pela autora (2024).

Mapa de gabarito

A análise do gabarito também influenciou na organização espacial e acessos do projeto. Observa-se que, no quarteirão onde se insere o edifício proposto, existem edificações com maior e menor gabarito. A área de maior volume vertical do centro de acolhimento está próximo ao prédio residencial que se encontra na Avenida João Pinheiro; já as áreas comerciais térreas são acessadas pela Avenida Olegário Maciel, próximas as edificações mais baixas localizadas, aproximadamente, na região central do quarteirão.

- Legenda
- Edificação proposta
 - Um pavimento
 - Dois pavimentos
 - Três pavimentos
 - Acima de três pavimentos



MAPA DE GABARITO 1:2000

Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, modificado pela autora (2024).



A escolha do nome do edifício é decorrente do significado implicado à palavra: o renascimento de um novo dia. O centro de acolhimento visa não apenas abrigar pessoas, mas também ser o cenário de possíveis recomeços e da ressignificação do espaço em que se habita.

edifício **aurora** renascer
recomeçar
ressignificar

aurora

- 1 claridade que precede, no horizonte, o nascer do sol; alvorada
- 2 POR EXT, FIG, primeiro tempo de alguma coisa; primavera

A busca pela ressignificação do vínculo sujeito – lugar como partido de projeto

O intuito de desenvolver ambientes e interações que ressignificassem a relação entre sujeito – lugar norteou o processo projetual. A situação de violência doméstica pode estabelecer vínculos afetivos entre a vítima e o espaço construído permeados por hostilidade, medo e insegurança. Logo, foi fundamental a aplicação de um pensamento arquitetônico dotado de cuidado e sensibilidade.

As varandas e a permeabilidade visual foram inseridas como possibilidades de respiro meio a um contexto extremamente difícil. A aproximação com a natureza, a partir do intenso uso de vegetação, além da função de colaborar com o conforto térmico, constrói espaços que contribuem com a promoção de tranquilidade, necessidade importante nesse cenário.

Os usos, contemplando espaços que abriguem atividades que vão além de serviços essenciais potencializam as relações espaciais. As áreas comuns, destinadas ao uso exclusivo de mulheres, foram pensadas como ferramentas facilitadoras da criação de uma rede de apoio local, a partir do convívio e da troca de vivências.

É essencial pensar a arquitetura para além de elementos edificados e se apropriar de seu potencial de acessar o imaterial. O projeto deve explorar a possibilidade de facilitar o desenvolvimento de interações mais ricas, a criação de memórias e a promoção da sensação de pertencimento. A produção mais duradora que a arquitetura pode oferecer não é tangível.

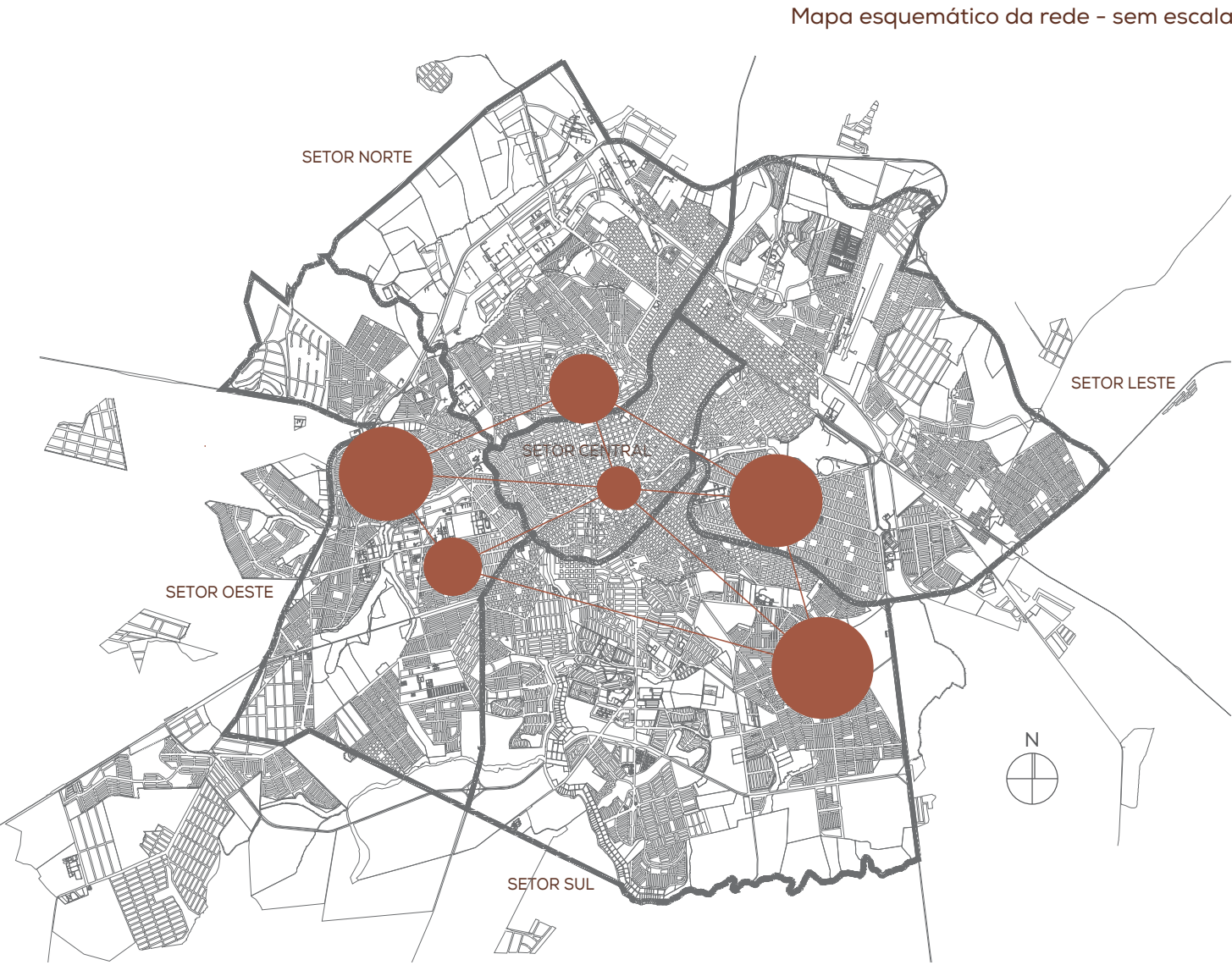
O centro de acolhimento

A proposta de projeto é a de um centro de acolhimento de mulheres vítimas de violência doméstica, bem como de seus dependentes, sendo eles seus filhos ou sua mãe. O local pode ser entendido como uma casa abrigo com mais usos, entre os quais alguns são abertos também a outras mulheres. Seu funcionamento, acesso e programa serão apresentados ao longo do trabalho.

A rede de acolhimento

A partir da coleta de dados em relação ao quantitativo de vítimas de violência doméstica em Uberlândia, encontrou-se um alto número de casos, então, propõe-se a distribuição de uma rede de 6 unidades do centro acolhimento, uma em cada região de subcentro da cidade. As unidades devem ser inseridas preferencialmente em áreas de maior fluxo urbano, tendo em vista que serão caracterizadas por uso misto.

Além disso, se possível, sugere-se que a implantação também seja próxima de pontos de ônibus, a fim de otimizar o deslocamento urbano. A diluição desses locais no espaço urbano permite o acesso a partir de mais pontos do município, encurtando a distância entre a vítima e um refúgio. Busca-se estimular a procura por esse tipo de auxílio, a partir do deslocamento facilitado. O mapa abaixo indica áreas de possível inserção das unidades, localizadas nos subcentros da cidade.

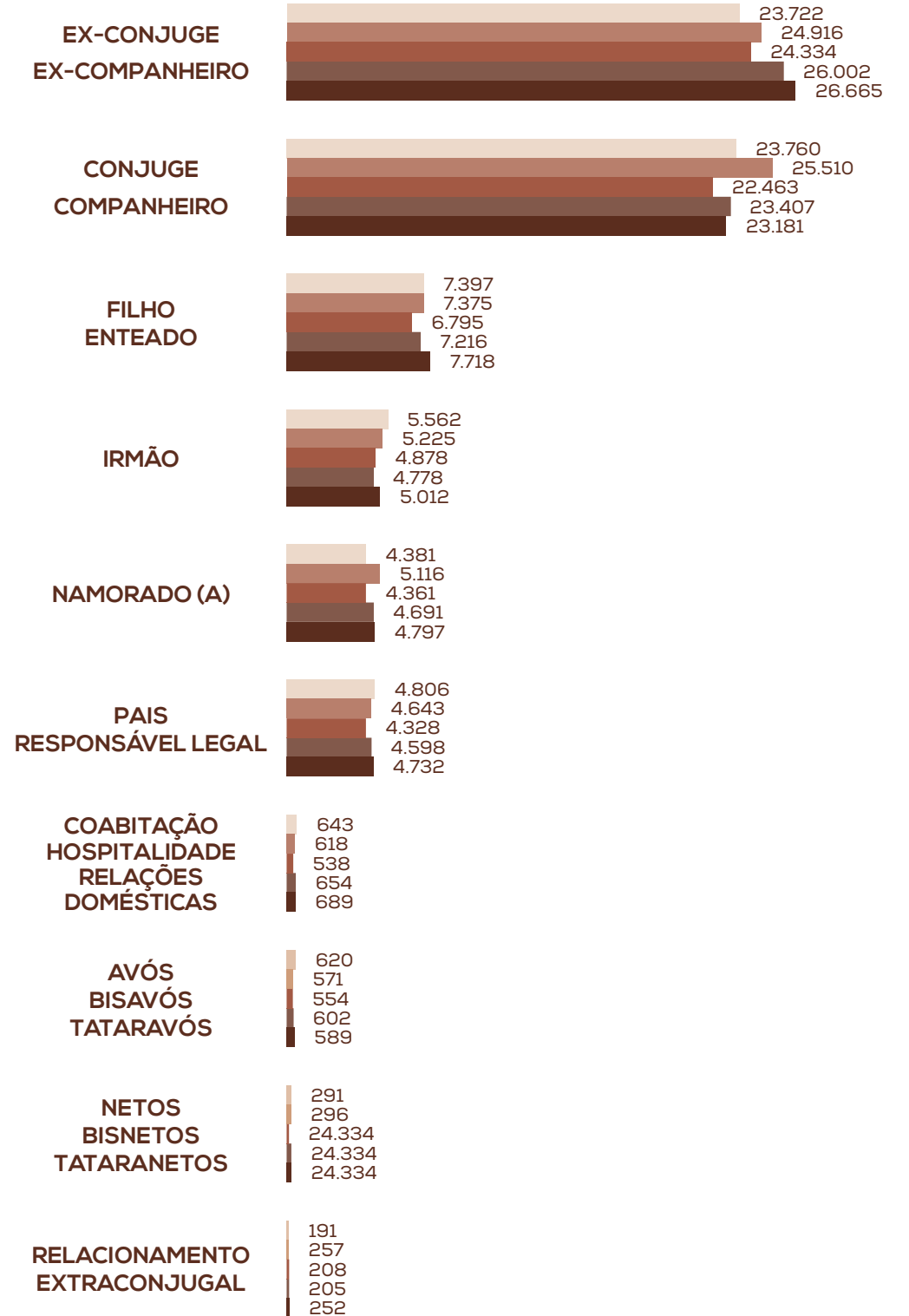


Fonte: Prefeitura Municipal de Uberlândia, modificado pela autora, 2024.

Essas redes funcionariam em um âmbito regional, para atender também cidades próximas, visto que diversas mulheres têm que se deslocar para se distanciar do agressor, que muitas vezes não respeita a medida protetiva e persegue a vítima. A RISP 09 atende municípios da região de Uberlândia, o que facilita a conexão entre os centros de atendimento de diversos municípios e o funcionamento dessa rede. Sendo assim, essa rede seria formada pelas unidades inseridas nas cidades abrangidas pela região mencionada. O gráfico abaixo contém informações referentes as RISPs 01 a 19 e evidencia-se o predomínio de agressores

que possuem ou possuíam relações pessoais afetivas com as mulheres, ressaltando a necessidade de maior deslocamento em casos graves, a partir do diálogo entre os municípios.

Quantitativo de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher, por relacionamento, nas RISPs 01 a 19



Fonte: POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS, modificado pela autora, 2023.

Localização e uso misto

De acordo com a Secretaria de Estado da Mulher, a localização da casa abrigo geralmente é sigilosa, por motivo de segurança. A proposta em questão, inspirada no modelo da casa abrigo, devido a sua inserção urbana e impacto visual, possivelmente dificultaria a manutenção do sigilo. Buscou-se resolver essa questão a partir das decisões projetuais tomadas.

A implantação próxima a centralidades e seu uso misto são características que foram pensadas para que o local se comportasse não como um espaço de isolamento total, mas como um refúgio conectado a cidade. Isso é justificado, primeiramente, por um movimento contrário a uma cultura de reprimir e isolar a vítima, em vez de seu agressor. Não se espera que as pessoas alojadas nesse local poderão ou desejarão interromper seus deslocamentos urbanos, rotinas, trabalhos e estudos. O local terá a segurança necessária, como acesso independente às suítes; portaria 24h; controle de entrada e saída de pessoas e acesso restrito a mulheres nas áreas semipúblicas. Assim, as pessoas que utilizarão o local estarão seguras, mas não isoladas da vida urbana.

A proposição de uso misto entre centro de acolhimento e área comercial, tem como base o pensamento de Jane Jacobs em “Morte e vida de grandes cidades” (JACOBS, 2011), que cita o desenvolvimento de uma vigilância natural entre os moradores e os usuários na vizinhança do edifício, a partir a diversificação dos usos; a não-monotonia dos espaços urbanos, resultante da vitalidade criada pelos fluxos e interações humanas; a presença de comércios e serviços locais e a permeabilidade visual. Então, a implantação desse centro em áreas com grande fluxo de pessoas e maior variedade de usos visa construir a vigilância defendida pela autora, a fim de fortalecer a segurança local. Além disso,

a diluição dos centros de acolhimento partir de sua distribuição em uma rede que opere além de Uberlândia, também colabora com a segurança. O intercâmbio com municípios da região permite que mulheres em situações graves possam se refugiar em outra cidade, dificultando o acesso por parte do agressor.

No projeto são inseridas duas salas comerciais, em que uma destina-se a um brechó conectado ao centro de acolhimento, que será mais detalhado no programa do projeto. A outra não possuem uso determinado, porém, é obrigatório que também possua funcionamento noturno, para que a vigilância seja promovida também durante a noite. De acordo com Merli (2018), em um questionário realizado com mulheres residentes na cidade de Uberlândia, a resposta para a questão de quais locais da cidade geram mais medo e causam sensação de insegurança:

[...] revelou-se a “noite” como inimiga na percepção de segurança das mulheres, sinalizando que o sexismo e o patriarcado refletem não só na relação “mulher e espaço”, mas também na relação “mulher e tempo [...] Os próprios bairros das questionadas são lugares que despertam medo, por diferentes motivos, o tráfico de drogas, imóveis desocupados ou a falta de iluminação urbana. Estar sozinha no espaço público também se revela um fator para o sentimento de insegurança e medo, contribuindo para relações de dependência e vulnerabilidade, destituindo essas mulheres de sua autonomia.”

Logo, a aplicação do uso noturno na sala comercial visa que, pelo menos nas proximidades do edifício, as mulheres que ali transitam nesse período se sintam menos inseguras devido ao fluxo de pessoas. O brechó também tem a obrigatoriedade de ter apenas funcionárias mulheres, tendo em vista a conexão direta com a área semipública, evitando acessos indesejados.

Processo projetual

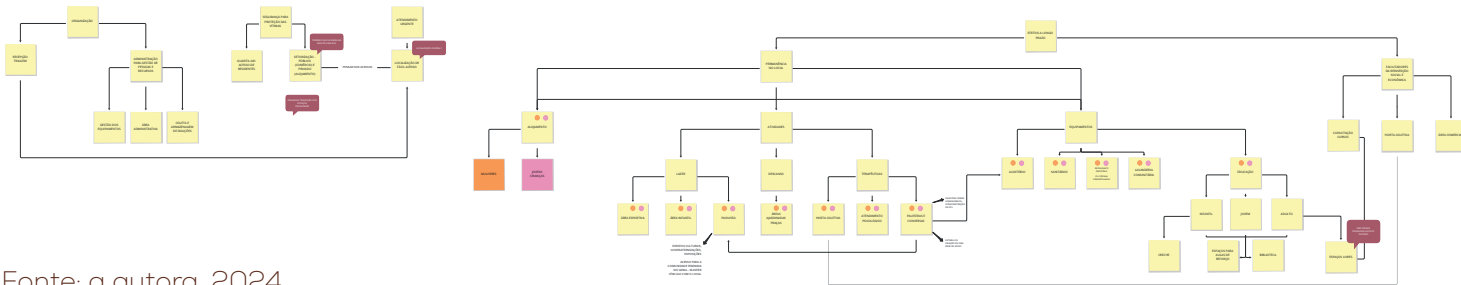
A idealização do centro de acolhimento partiu do uso fundamental do projeto: o alojamento de mulheres vítimas de violência doméstica e de seus dependentes sejam eles seus filhos ou sua mãe. O programa cresceu ao longo do processo de criação, a partir do desejo de criar um local que suprisse não apenas as necessidades básicas dessas pessoas, mas que também oferecesse ambientes que enriquecessem e facilitassem outras esferas da vida. A cozinha comunitária e a lavanderia foram pensadas como essenciais para o dia a dia dos usuários. A creche surgiu como solução para educação e cuidado das crianças dependentes dessas mulheres, enquanto estivessem trabalhando.

Então, usos relacionados a lazer e terapia foram criados, com a ideia de expandir os usos também para outras mulheres, a fim de criar um espaço seguro e possibilitar a criação de uma rede de apoio entre usuárias e residentes do local. Locais como: salas para atividades corporais, salas para terapia e aulas de reforço, enfermaria, e salão multiuso surgiram para atender essas pessoas de forma mais ampla. A área administrativa foi pensada como necessidade prática do local, que foi conectada ao estoque destinado a doações e à manutenção do brechó, criado com o intuito de promover auxílio econômico para as pessoas alojadas na edificação. Os diagramas abaixo, realizados durante o processo, indica, respectivamente, as ideias iniciais e a proposta referente a primeira etapa do trabalho.

O diagrama 01 contém os primeiros estudos realizados. Observa-se que grande parte dos usos foram mantidos, já que a diversificação de usos surgiu já na concepção. A escolha do terreno de esquina foi feita pela maior facilidade de separação dos acessos. A substituição do pavilhão, que seria no térreo e aberto ao público,

pelo centro de convivência no segundo pavimento ocorreu devido a escolha de restringir o espaço apenas para mulheres, garantindo segurança e a formação de uma rede de apoio local. A ideia do desenvolvimento de espaços mais flexíveis também pode ser vista logo no início, que resultou no uso de paredes móveis na primeira etapa.

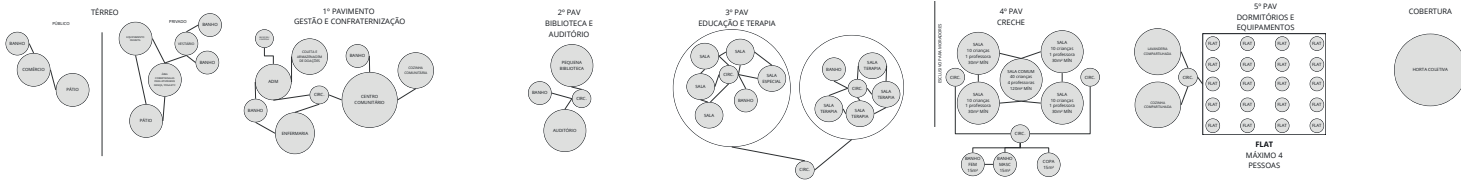
Diagrama 01 - estudos iniciais



Fonte: a autora, 2024.

No diagrama 02, em comparação com o anterior, pode-se dizer que a maior modificação feita foi a verticalização do edifício, devido a área disponível, o programa extenso e a necessidade de limitar o acesso. Nota-se que, poucas alterações foram realizadas, com exceção da troca de pátios por varandas verdes e pela inserção de mais pavimentos, tendo em vista a necessidade da realocação da cozinha e da lavanderia para um pavimento exclusivo.

Diagrama 02 - primeira etapa de projeto



Fonte: a autora, 2024.

Algumas alterações em relação ao projeto atual foram realizadas. Primeiramente, o programa foi repensado após comentários da banca avaliadora, então ele foi reduzido e alguns de seus usos passaram a ser sugestões, e não mais especificados. Logo, houve a redução de quatro pavimentos para dois da área semipública. Houve a inserção de um salão multiuso que possa abrigar variados usos, porém de forma mais flexível.

As três salas comerciais propostas anteriormente foram reduzidas para duas, a fim de aumentar a área da loja e possibilitar a inserção do estoque.

O estoque, antes inserido no primeiro pavimento, foi para o mesmo nível do brechó (+,70), otimizando o deslocamento entre esse ambiente e o comércio e o acesso a área compartilhada com a administração. Com isso, uma janela com bancada foi proposta no estoque, na fachada da Rua Olegário Maciel, facilitando o recebimento das doações.

A portaria anteriormente possuía um recuo em relação à rua na parede com a janela para visibilidade. Na nova proposta, essa parede foi alinhada à testada do lote, marcando mais o acesso, e os recuos nas portas de entrada ao edifício mantiveram seu recuo, a fim de comunicar a mudança de nível de privacidade.

O primeiro pavimento, com maior área útil, foi destinado para o salão multiuso. Esse ambiente foi proposto com o intuito de contemplar diversas atividades, porém, sem um uso determinado. Para isso, possui planta livre; porta de correr que possibilita a divisão espacial e painéis retráteis para ofuscamento da sala na situação do uso de projetores.

Realizou-se a ampliação da área útil dos pavimentos destinados às moradias para a obtenção de apartamentos maiores. Esse fato, somado ao reposicionamento e aumento da caixa de circulação destinada ao acesso às áreas privativas para a esquerda, em função da otimização espacial e para atender as normas de saída de emergência. Isso alterou a circulação nos pavimentos onde estão inseridas as moradias, acarretando a criação de tipologias variadas de apartamentos, que foram pensadas após a estipulação de perfis compostos por possíveis núcleos familiares

residentes no local. Na etapa anterior, as moradias eram todas idênticas e não houve a determinação de perfis, indicando uma limitação projetual que foi superada na atual proposta.

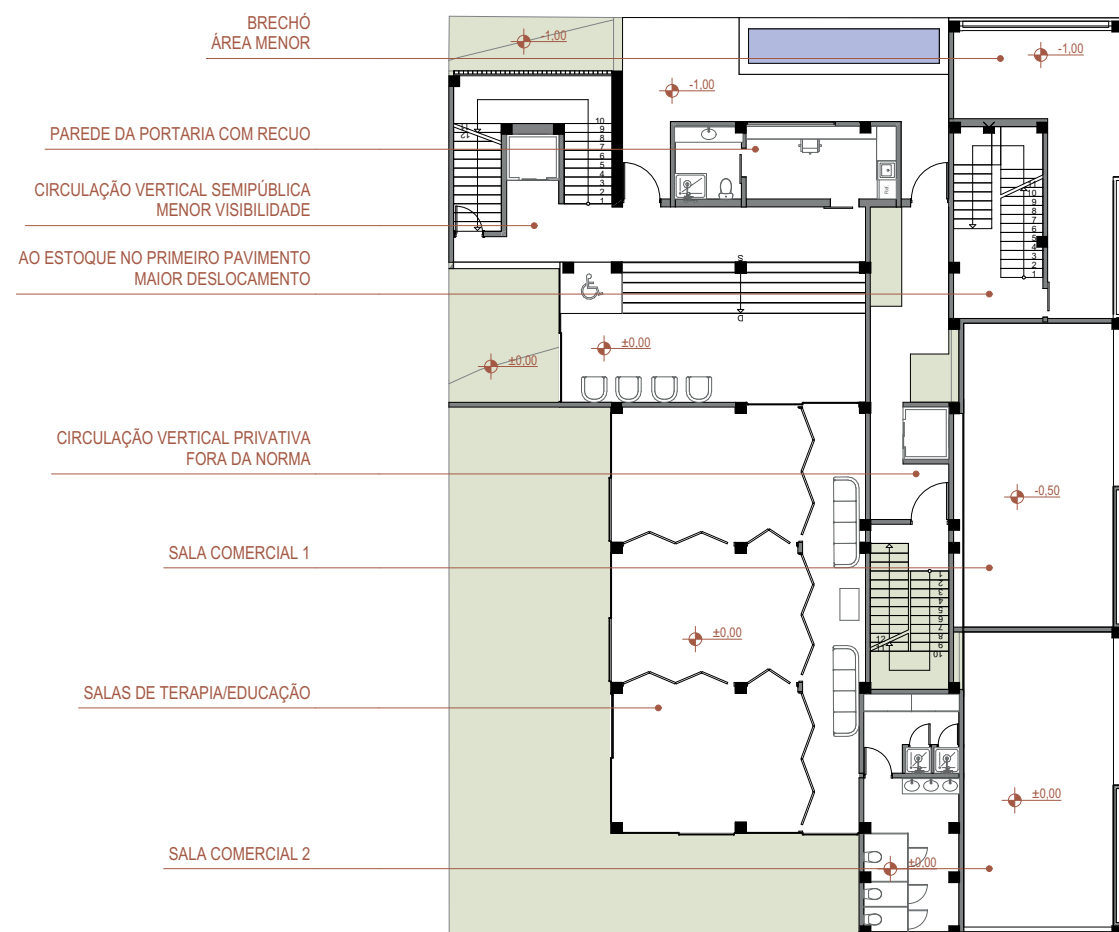
A circulação vertical das áreas semipúblicas foi realocada para a direita e recebeu tratamento estético, se tornando mais aberta e visível e mais unificada com a volumetria da edificação.

Em razão da alta manutenção, o espelho d'água, próximo ao acesso e a horta coletiva antes presente na cobertura foram eliminados. A cobertura foi substituída por telhas sanduiche, otimizando o conforto térmico. Também foram posicionadas placas fotovoltaicas, a fim de minimizar impactos ambientais.

Com o intuito de transmitir mais claramente, no elemento construído, as intenções projetuais, os materiais também foram repensados. Os brises fixo e móveis em muxarabi de madeira foram trocados por peles em aço expandido na pintura cor branca, em função do desejo de transmitir leveza nas fachadas, porém mantendo a permeabilidade visual anteriormente oferecida pelo muxarabi.

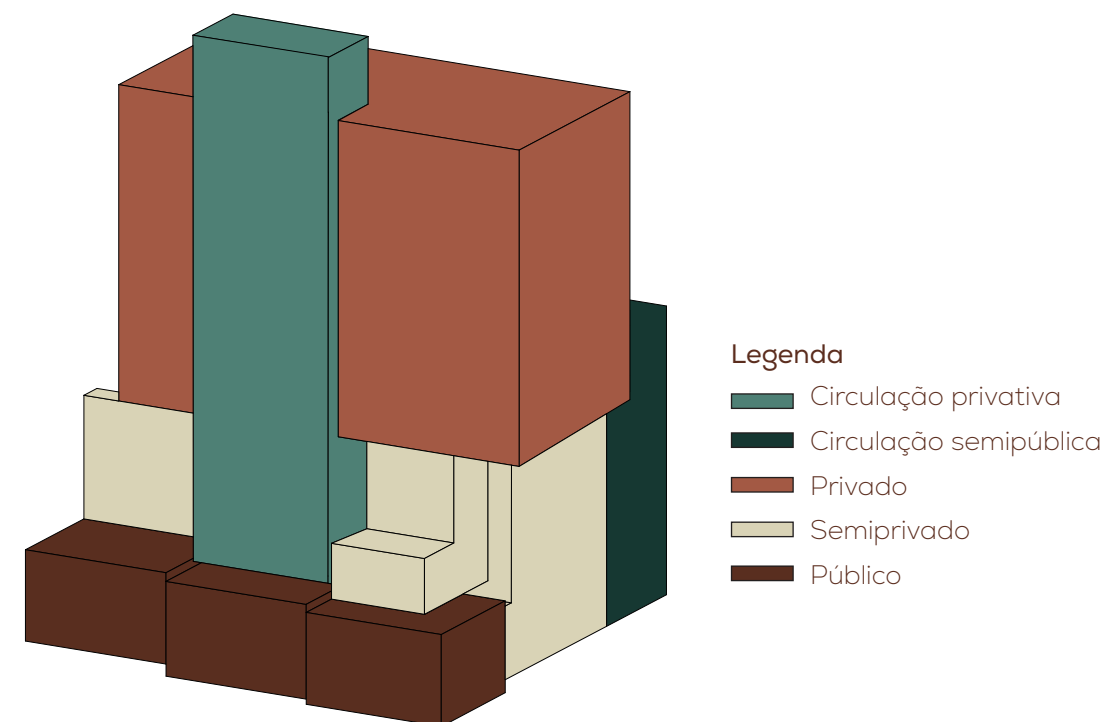
A estrutura, antes em madeira, permaneceu caracterizada pela escolha de um sistema que provocasse menor impacto ambiental, porém, foi substituída pela estrutura metálica, em função de seus perfis mais delgados e materialidade que comunica melhor com a nova linguagem estética proposta.

Por fim, todas as novas decisões projetuais alteraram a volumetria do edifício, que se tornou menos recortada, mas manteve o uso de recuos e avanços quebrando a monotonia e comunicando os níveis de privacidade. As varandas foram mantidas, porém, com uma distribuição menos repetitiva, colaborando com o movimento da fachada.



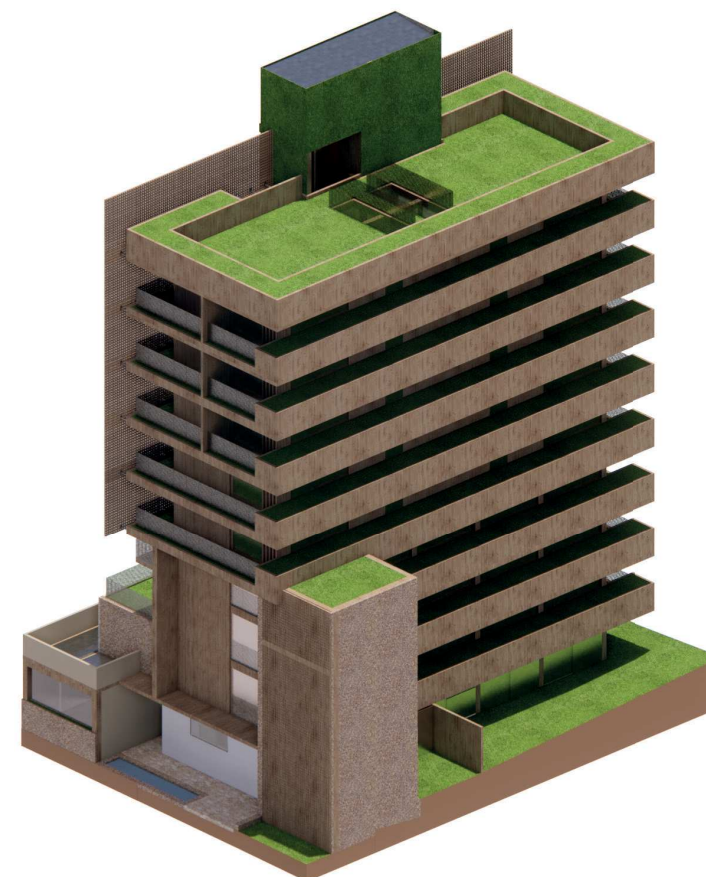
PAVIMENTO TÉRREO - PROPOSTA ANTERIOR 1:200

Diagrama de setorização - primeira etapa de projeto

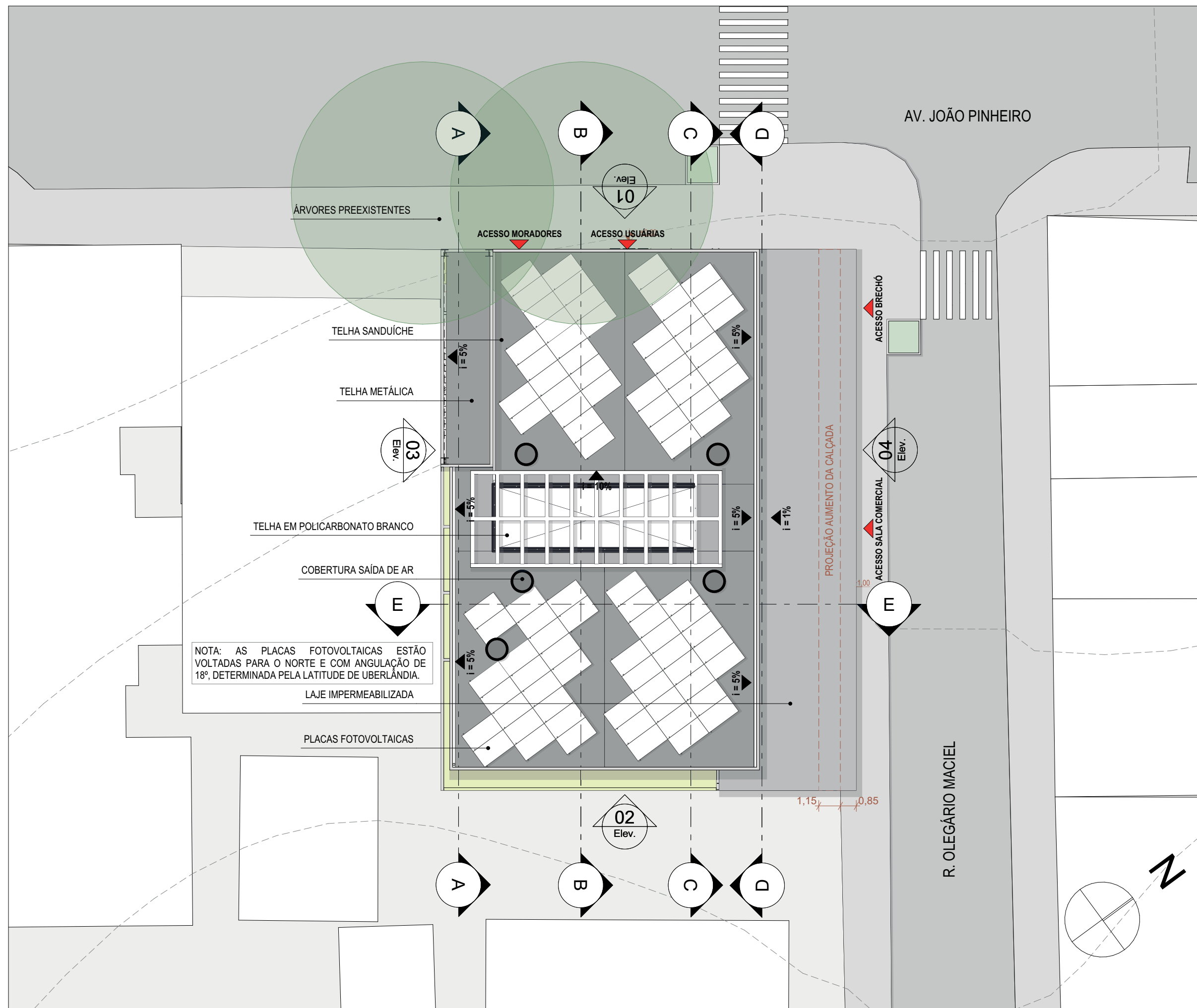


Fonte: a autora, 2024.

Volumetria - primeira etapa de projeto



Fonte: a autora, 2024.



IMPLANTAÇÃO COM COBERTURA

1:200

Street view do estacionamento





Acessos e fluxos

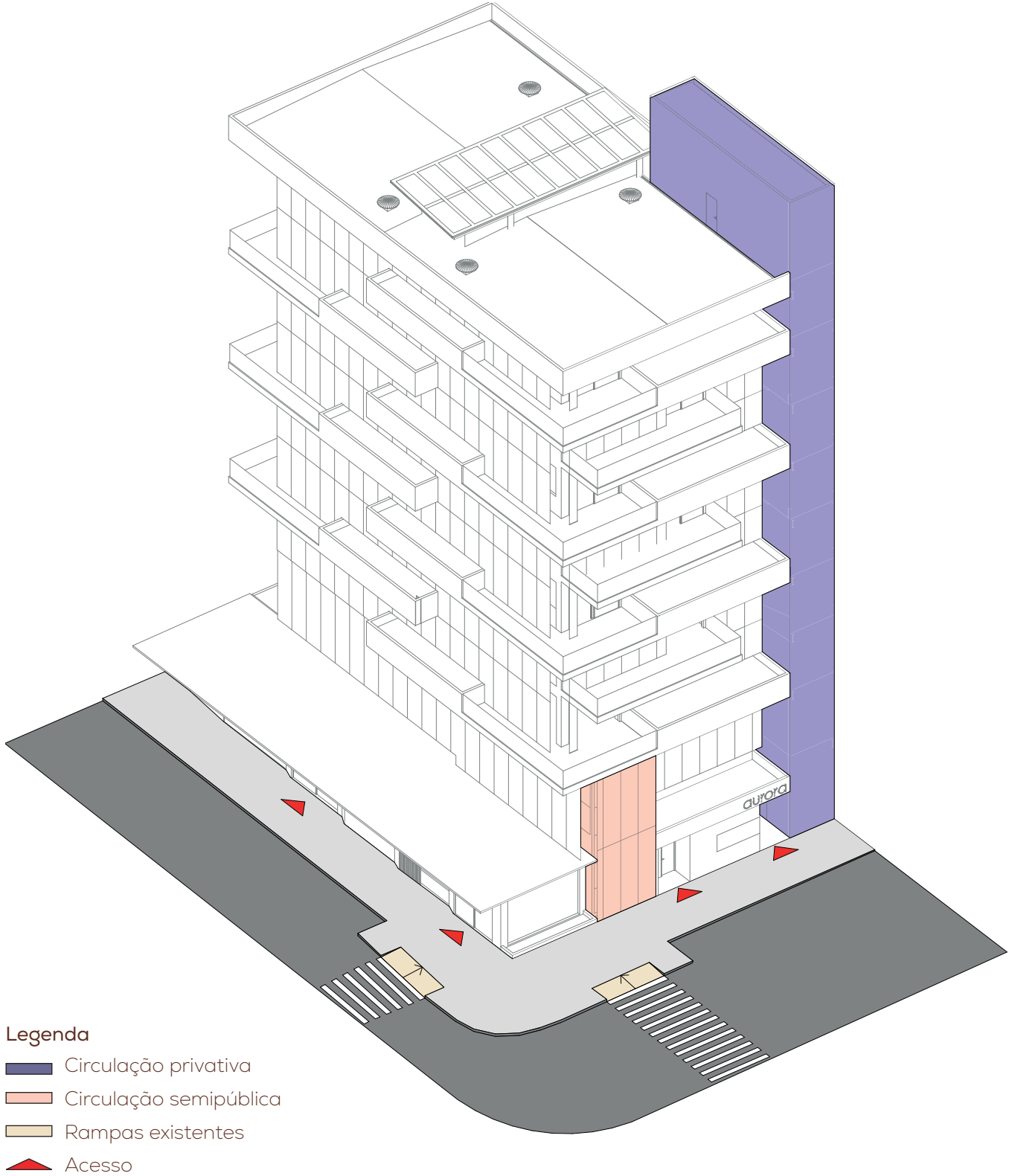
Tanto o acesso aos ambientes de caráter semipúblico, quanto aos de privado, ocorrem pela Avenida Floriano Peixoto, no nível 0. Na Rua Olegário Maciel, é possível acessar, de maneira independente, a Brechó, pelo mesmo nível. Já a outra sala comercial é acessada pelo nível +0,70, devido ao aclave da rua.

O fato do lote estar localizado em uma esquina foi utilizado como potencialidade, no sentido de marcar a setorização e separar os acessos. A inserção na esquina com rampas preexistentes nas calçadas, alinhadas com as faixas de pedestre, facilitaram o acesso a edificação.

Realizou-se uma gentileza urbana, à partir do aumento da calçada na da Rua Olegário Maciel, de 1,15 metros de profundidade, no sentido do lote à rua. Isso foi realizado a fim de otimizar a caminhabilidade, tendo em vista a circulação de pedestres para acesso as áreas comerciais do centro.

Também foi proposta uma marquise que se estende 2 metros além da fachada paralela a mesma rua, ou seja, 85 centímetros além do limite original do lote. Esse aumento e a sombra projetada pelo avanço da cobertura das lojas proporciona percursos mais agradáveis aos transeuntes da região, estimulando o fluxo local.

Diagrama acessos e fluxos



Legenda

- Circulação privada
- Circulação semipública
- Rampas existentes
- Acesso

Fonte: a autora, 2025.

Público, semipúblico e privado

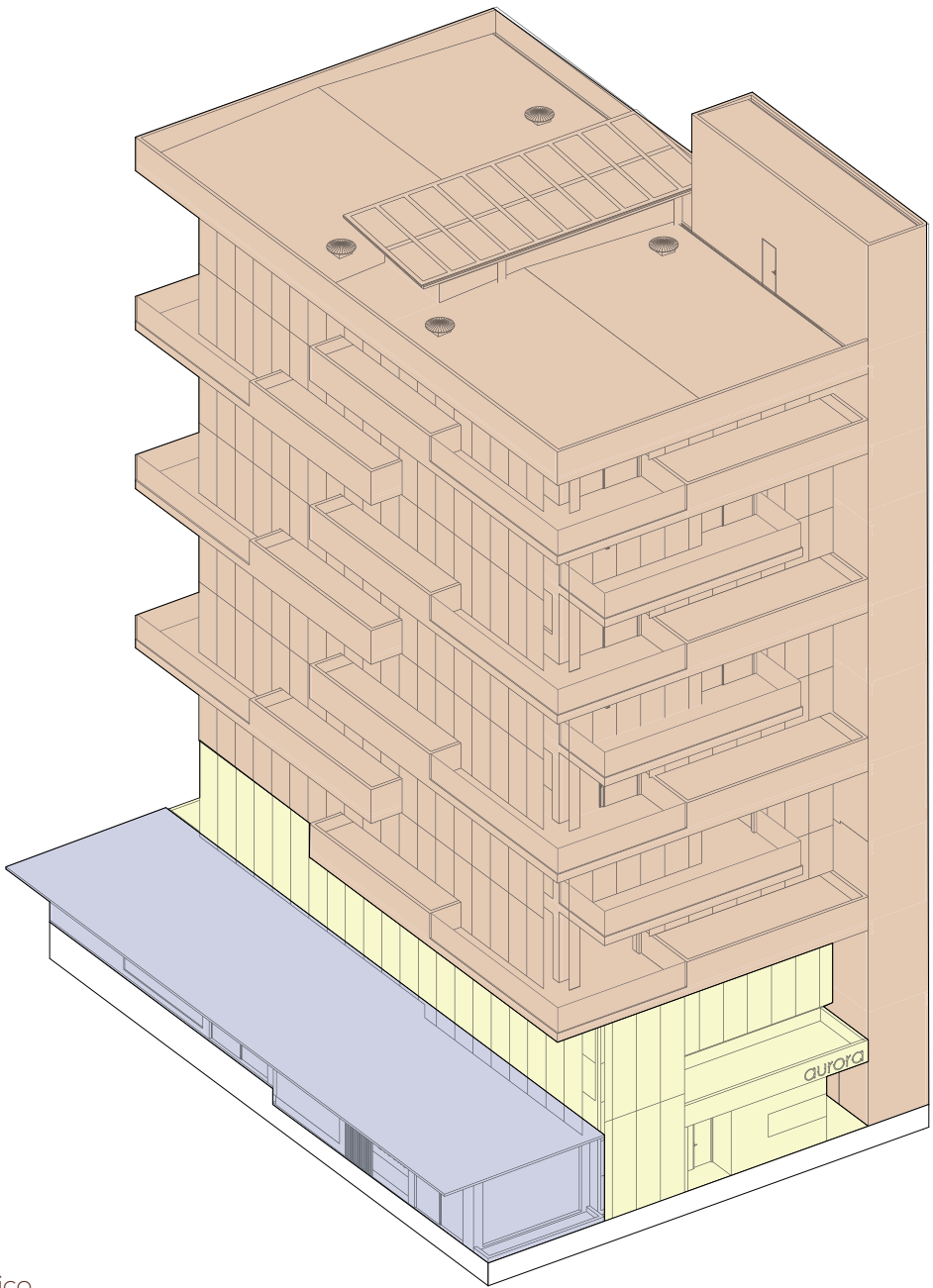
O projeto contempla usos de caráter privado, semipúblico e público. A verticalização foi utilizada não apenas para a otimização da área necessária para suprir as demandas do programa, mas também para setorizar os usos de acordo com a privacidade.

A base do edifício, constituída pelo térreo e primeiro pavimentos possui acesso e circulação vertical exclusivos. Seu uso, restrito a mulheres, é oferecido também para aquelas não residentes do centro. Mesmo com caráter semipúblico, a portaria 24h controla a entrada e saída de pessoas do local, que deverão ser cadastradas e identificadas para uso do espaço.

O corpo da edificação é formado do segundo pavimento até a cobertura. No segundo e no terceiro encontra-se os ambientes de uso comunitário e à partir do quarto se iniciam os apartamentos individuais para cada núcleo familiar. Essas áreas são de uso exclusivo das pessoas alojadas no local, cujo controle é feito também pela portaria 24h e a partir do acesso e circulação vertical independentes.

A área comercial é composta por duas salas e com acesso sem restrições, a partir da rua. Apenas o brechó possui comunicação com o prédio, por meio de uma escada que conecta o estoque, de acesso exclusivo a funcionárias mulheres, a área da copa e sanitário compartilhada com a administração.

Diagrama setorização



- Legenda
- Privado
 - Semipúblico
 - Público

Fonte: a autora, 2025.

Soluções projetuais

Alguns elementos foram utilizados para transmitir uma mensagem. A cor presente no acesso ao edifício marca a entrada de forma a deixar evidente para as pessoas que necessitam acessar o local facilmente. A pintura da fachada da loja também busca atrair visibilidade, convidando o pedestre a adentrar. A vitrine do brechó foi inserida na mesma fachada de acesso ao centro de acolhimento com o propósito de integrar esses dois elementos.

Os recuos e avanços são estratégias pensadas para marcar os níveis de privacidade de maneira sutil. O bloco de acesso, a exemplo disso, possui recuos nas portas, em relação a calçada. A porta de entrada para a área semipública está voltada para a rua e possui um recuo menor em relação a outra; a de acesso a circulação privativa, em contrapartida, além do recuo maior, tem a porta alocada lateralmente em relação a fachada. Essas soluções foram pensadas utilizando como referência os ensinamentos de Herman Hertzberger (Lições de Arquitetura), que define espaços mais ou menos públicos de maneira gradual.

A faixa de vidro acima do bloco de acesso, junto com o maciço vegetativo de sua cobertura verde, além de permitir a entrada de iluminação natural nos ambientes internos promove a sensação de “descolamento” em relação a edificação. Essa escolha projetual foi tomada com o propósito de criar uma sutil separação entre as áreas externas da portaria - onde qualquer pessoa pode chegar - e o restante do prédio, cujo acesso é filtrado.

A forma do edifício também comunica seus usos e, consequentemente, os níveis de privacidade. A partir do terceiro pavimento, onde os usos são restritos aos moradores do local, a fachada se torna ainda mais unificada, com a alternância

do posicionamento das varandas entre pavimentos pares e ímpares. O próprio material da fachada, apesar de não ser constituído por um material maciço, demonstra que a edificação não possui livre acesso, em detrimento da menor visibilidade que permite, em comparação com um plano de vidro, por exemplo.

A forma como a verticalização foi explorada e a maneira como os usos foram distribuídos ao longo dela também estabelecem um gradiente de privacidade, onde, quanto mais perto do solo, mais público o ambiente é, e vice-versa, ou seja, o nível de privacidade aumenta em um movimento ascendente.

O uso das chapas em metal expandido em todas as fachadas e pavimentos, somado a repetição de cores (azul e terracota) encontrada tanto no exterior - bloco de acesso e brechó - quanto no interior, reforça a identidade visual criada e a unificação do prédio, demonstrando que, mesmo possuindo diferentes níveis de privacidade, públicos e acessos, ele ainda é um único conjunto construído a partir de um propósito principal.

A presença da vegetação nas varandas, cobertura verde do bloco de acesso e nas lojas também cria uma linguagem que aproxima todos os pavimentos e seus usos, reforçando sua unidade.

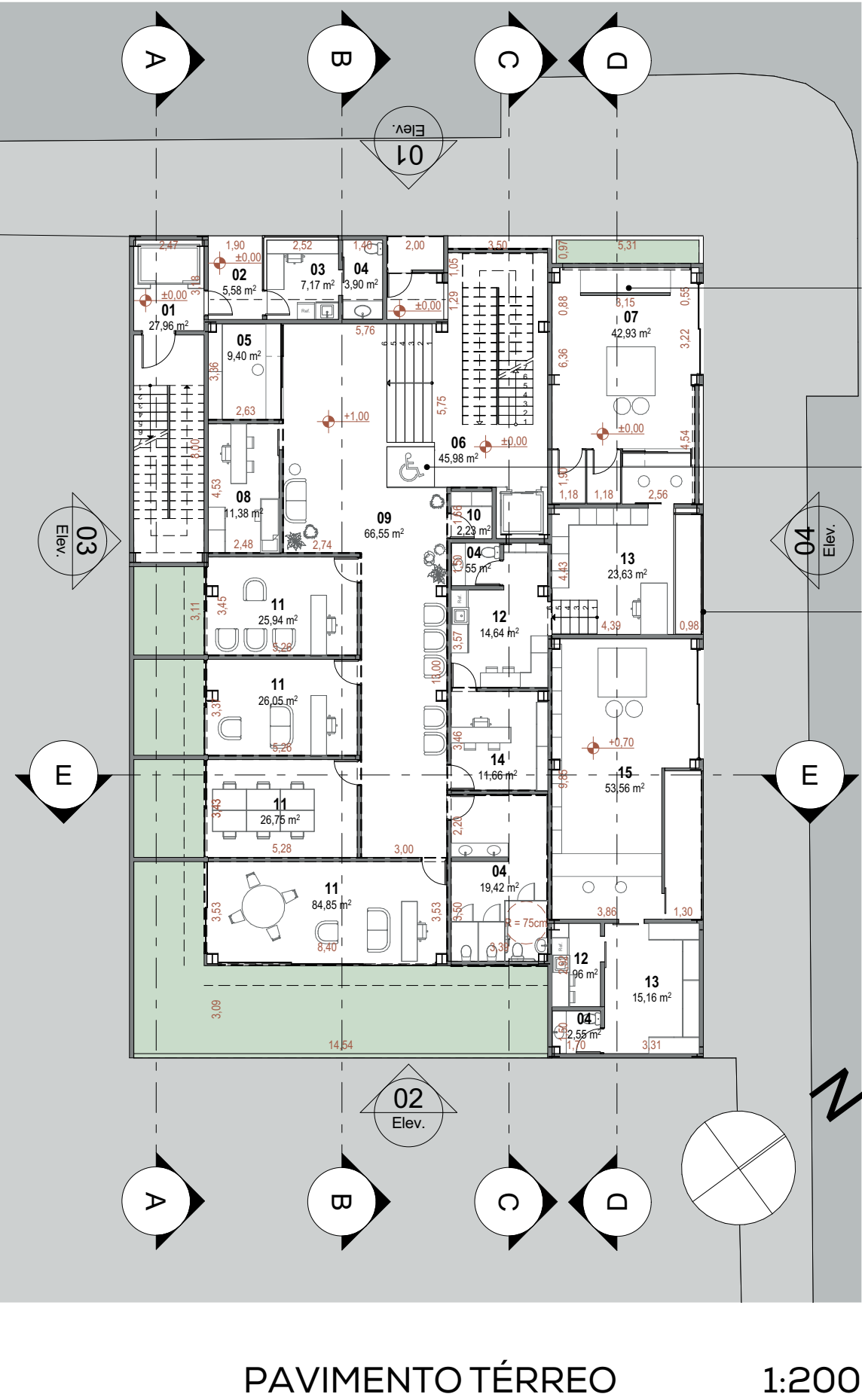
Fachada 01 - destaque para bloco de acesso e vitrine do brechó

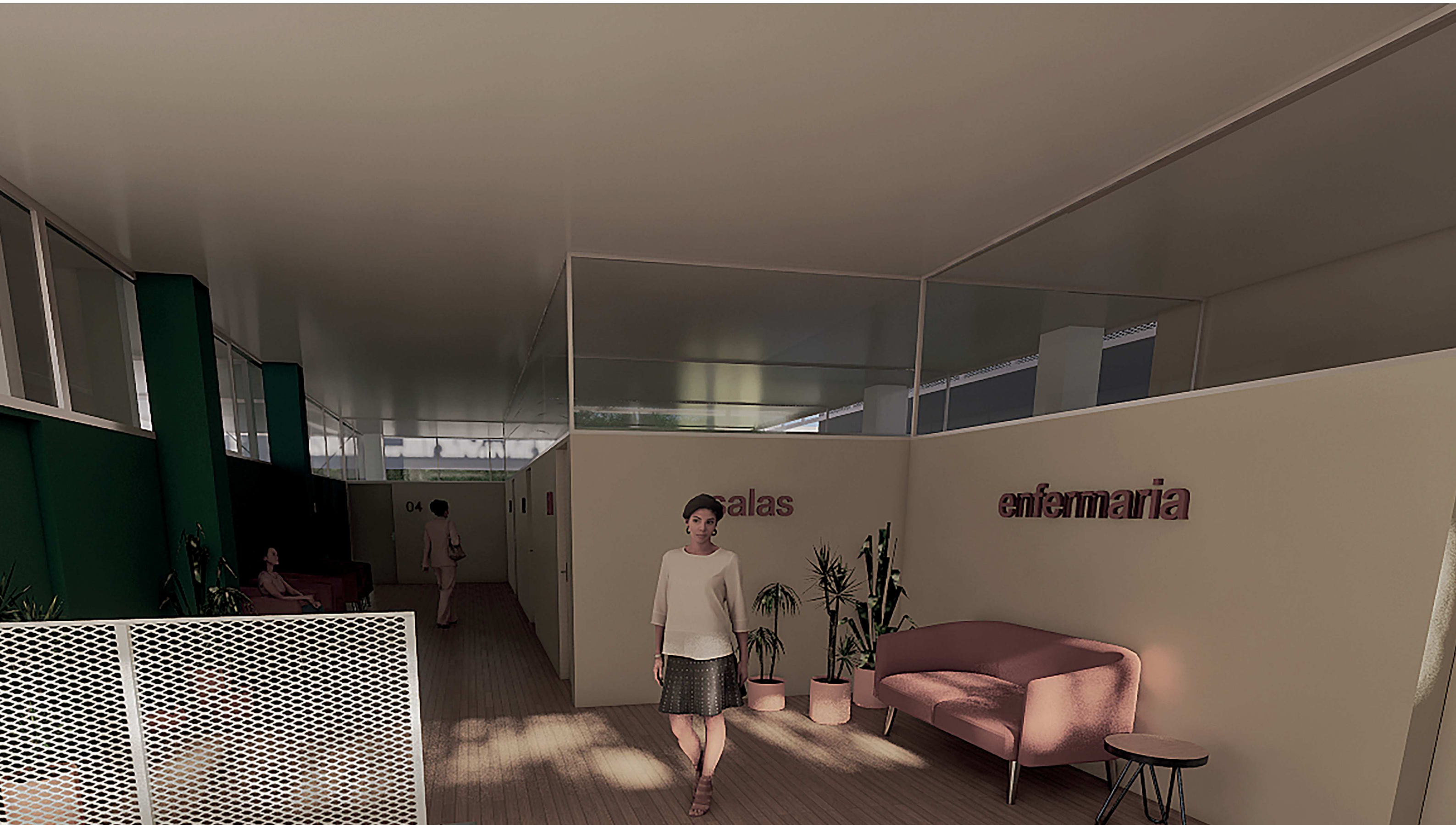


Programa de necessidades

Pavimento térreo

- 01. Circulação vertical da área semipública:** com escada de incêndio enclausurada de acordo com a norma de saídas de emergência;
- 02. Acesso ao edifício:** com acessos individuais para as áreas privativas e semipúblicas;
- 03. Portaria 24h:** para controle de entrada e saída de pessoas, bem como registro de visitantes e moradores;
- 04. Banheiros:** distribuídos ao longo dos pavimentos;
- 05. Balcão de atendimento:** para informações gerais, agendamento de consultas com psicólogas e reserva das salas de terapia/educação;
- 06. Circulação:** com poltronas distribuídas, aproveitando o espaço disponível;
- 07. Brechó:** para venda de roupas usadas e doações recebidas, a fim de fornecer auxílio financeiro para a realização de atividades comunitárias no local;
- 08. Enfermaria:** para auxílio a mulheres feridas e atendimento geral dos usuários da edificação;
- 09. Foyer:** para espera por atendimentos, carros de aplicativo etc;
- 10. DML:** Para armazenamento de equipamentos de limpeza;
- 11. Salas de terapia/educação:** para abrigar sessões de terapia, aulas particulares, grupos de estudo etc, possuem jardim individual;
- 12. Copa:** para atender funcionárias da administração e das lojas;
- 13. Estoque:** para suprimento das salas comerciais;
- 14. Administração:** para gestão geral do edifício;
- 15. Sala comercial:** colabora com o uso misto proposto, deve possuir uso noturno e funcionárias mulheres.







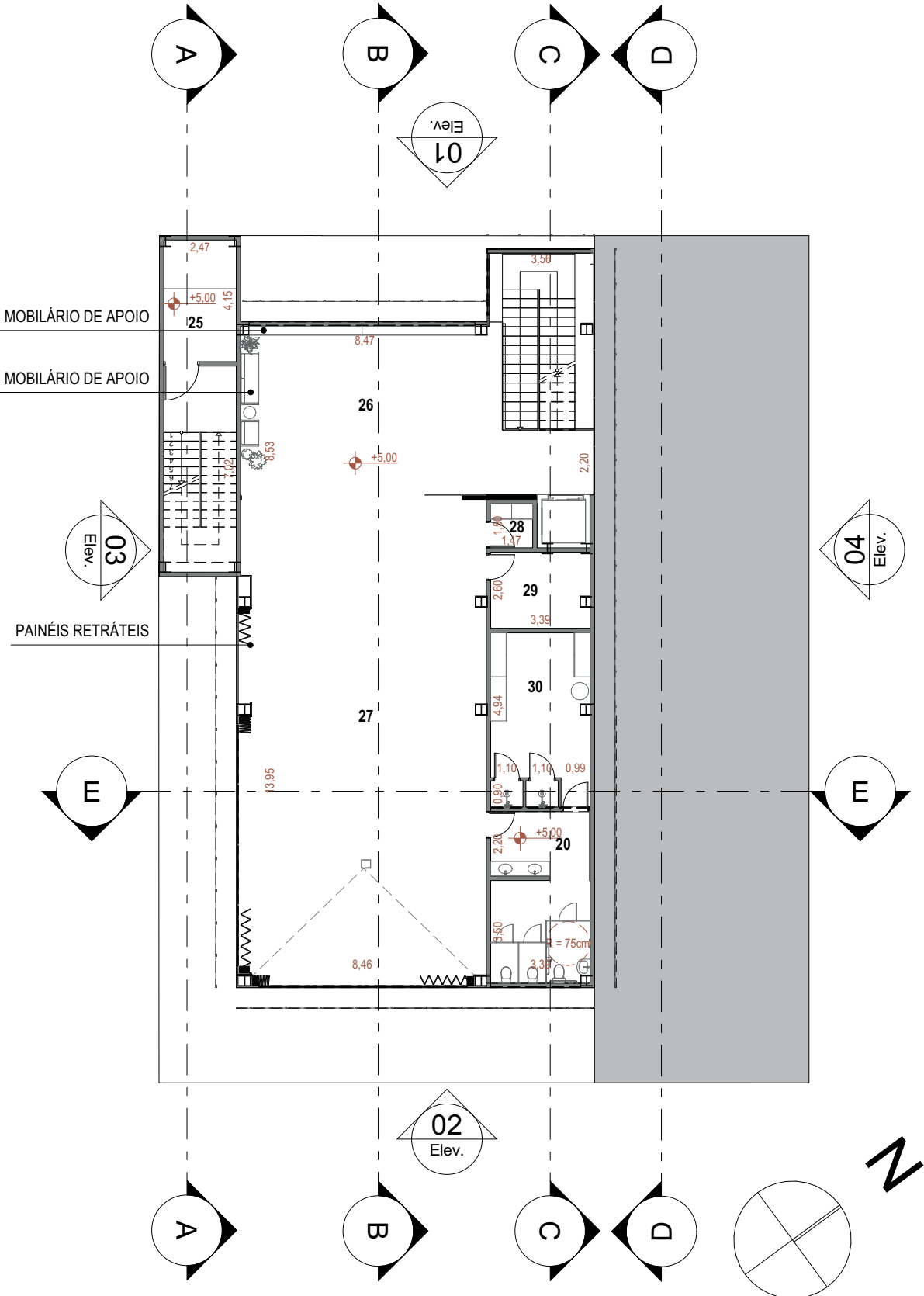
Pavimento térreo - fachada brechó



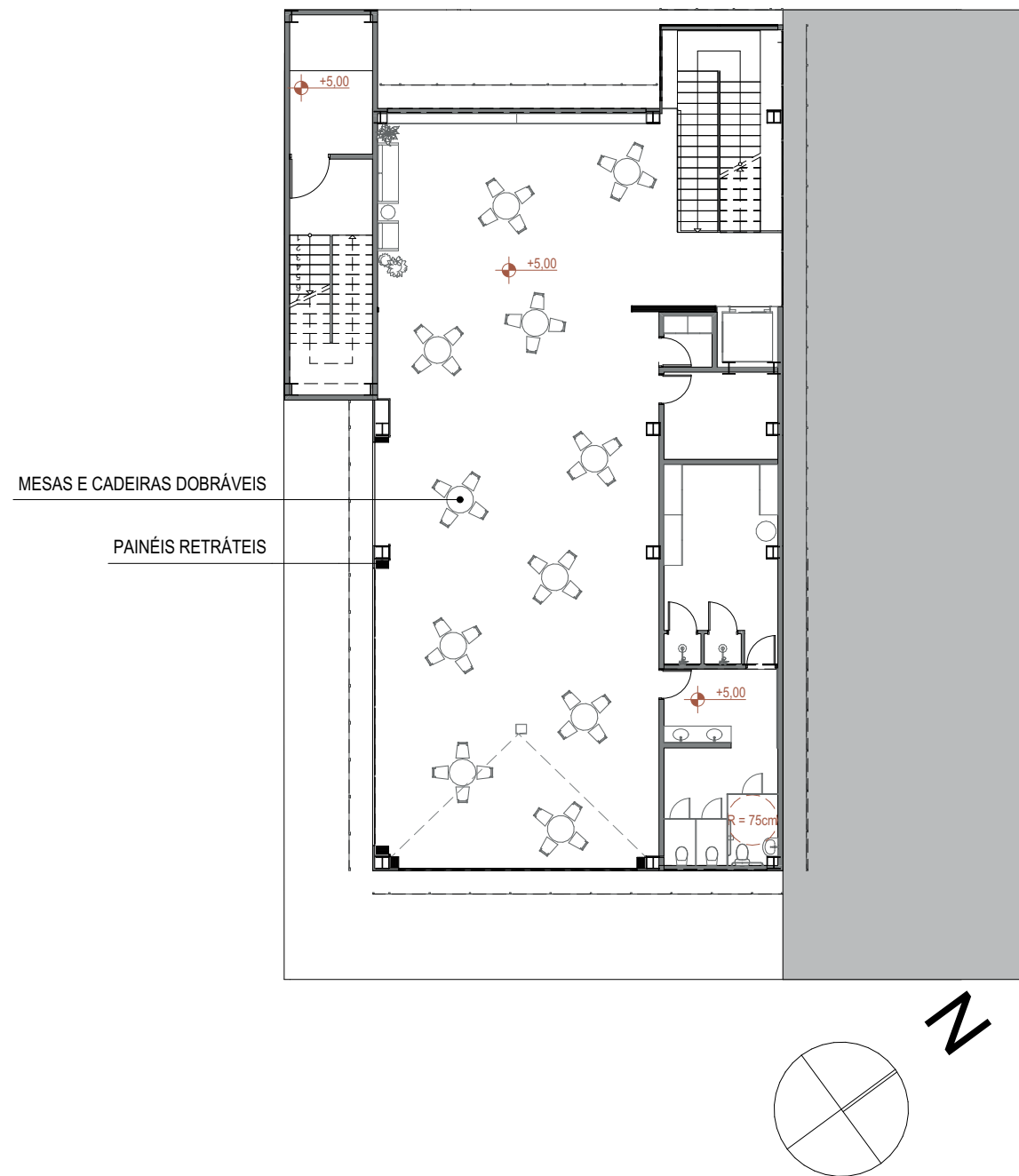
Primeiro pavimento

- 01. **Circulação vertical da área semipública:** com escada de incêndio enclausurada de acordo com a norma de saídas de emergência;
- 04. **Banheiros:** distribuídos ao longo dos pavimentos;
- 10. **DML:** Para armazenamento de equipamentos de limpeza;
- 14. **Foyer/Salão multiuso:** com o fechamento da porta de correr pode dividir o salão multiuso em dois, formando um foyer para espera e deixar o acesso ao salão mais gradual, de acordo com o nível de privacidade desejado;
- 15. **Salão multiuso:** com planta livre, porta de correr e painéis retráteis, pode abrigar diversos usos (aulas de yoga/dança/defesa pessoal. auditório, centro de convivência etc);
- 16. **Depósito:** para armazenar o mobiliário utilizado no salão multiuso;
- 17. **Vestiário:** para atender mulheres que utilizarem o espaço para atividades físicas.

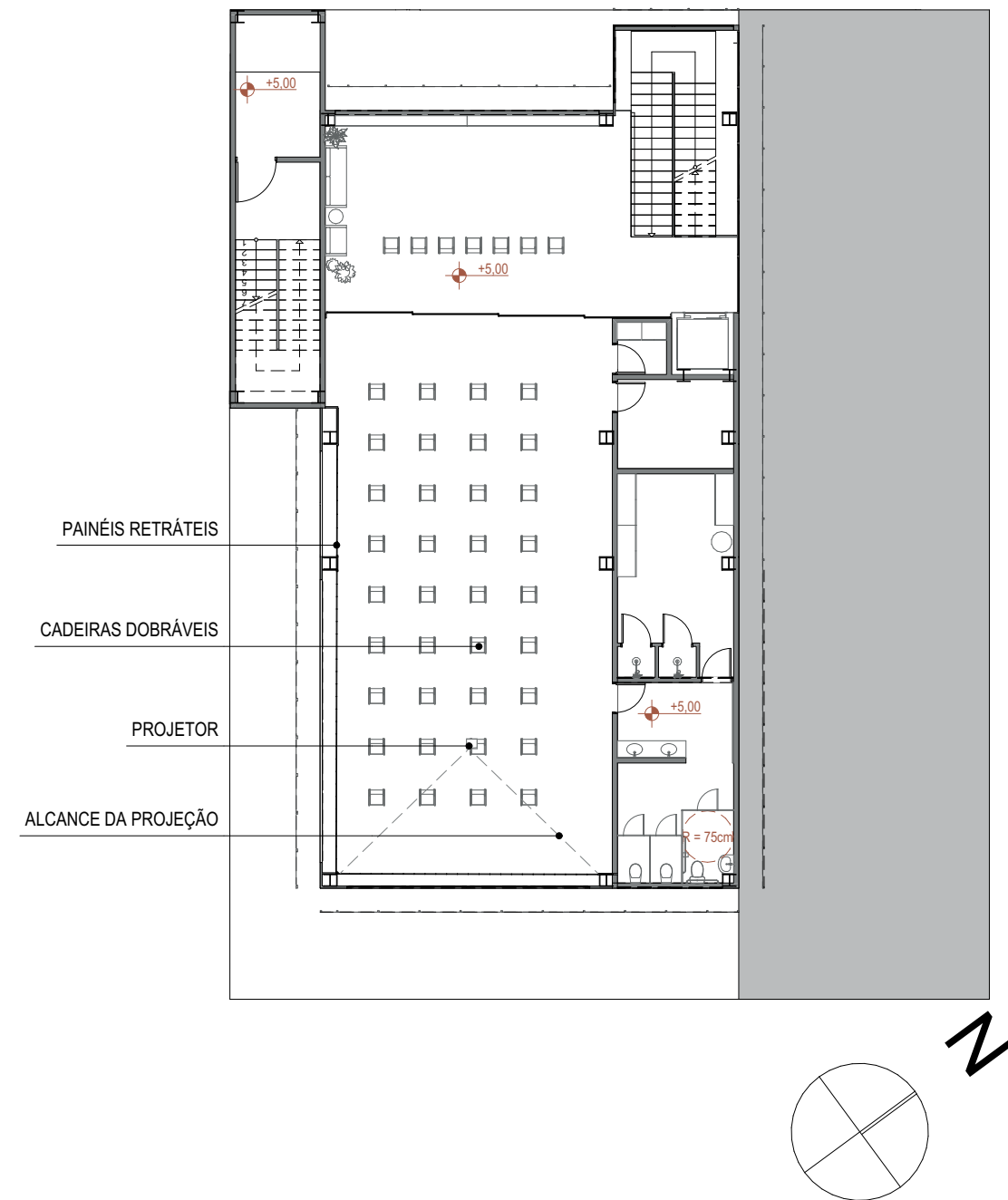
O salão multiuso pode abrigar diversos usos. Apenas com a presença dos mobiliários de apoio (ver planta na pág. 89: “primeiro pavimento - flexível”), ele pode se configurar como área destinada para atividades de dança, yoga, aulas de defesa pessoal, etc. Nas páginas 90 e 91, estão indicadas duas plantas com outras possibilidades de layout sugeridas.



PRIMEIRO PAVIMENTO - FLEXÍVEL 1:200



PRIM. PAV - LAYOUT C. DE CONVIVÊNCIA 1:200



PRIM. PAV - LAYOUT AUDITÓRIO 1:200







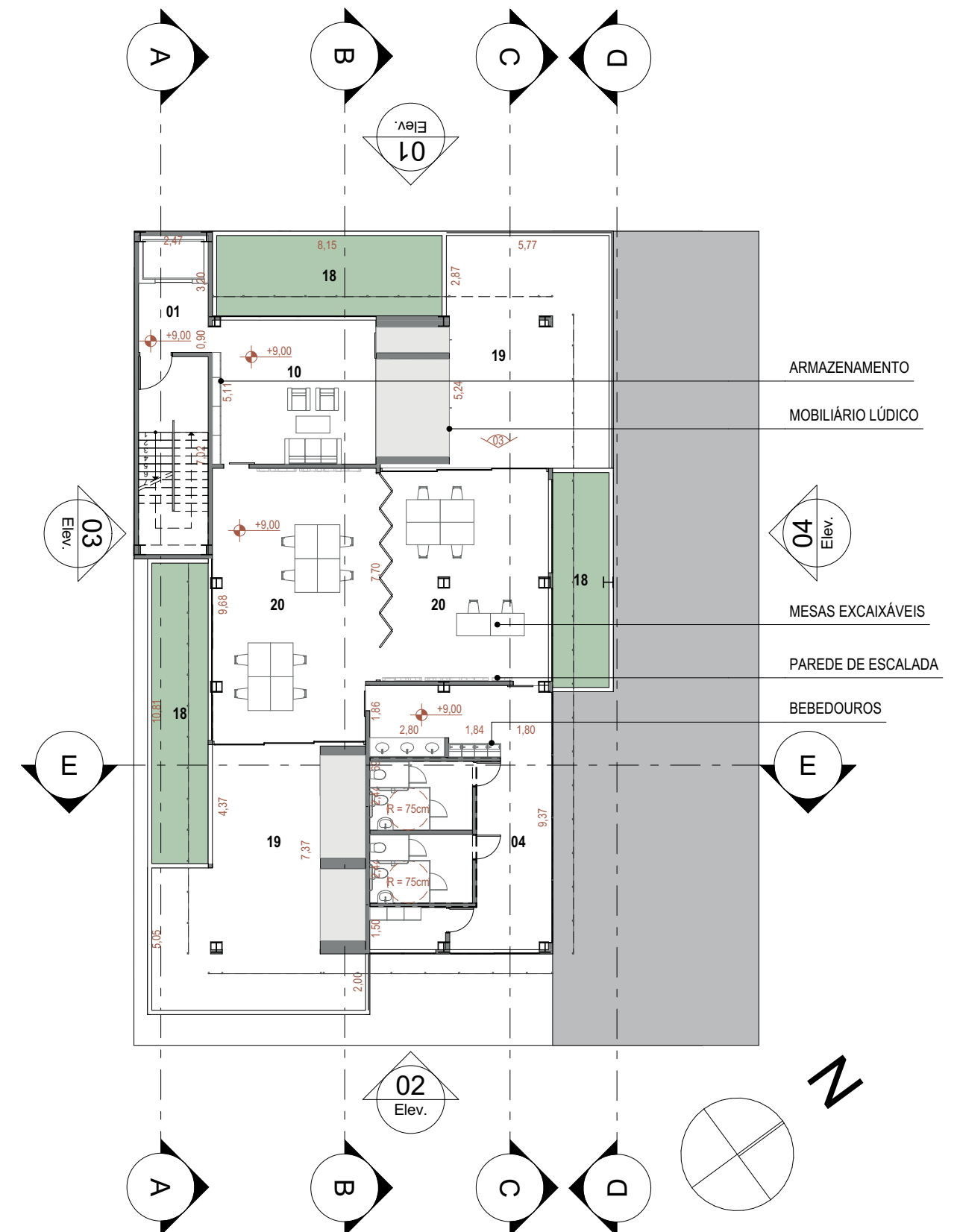
01. Circulação vertical da área semipública: com escada de incêndio enclausurada de acordo com a norma de saídas de emergência;

10. Foyer: para espera das crianças;

19. Varanda/playground: destinado a atividades e divertimento das crianças, com presença de mobiliário lúdico

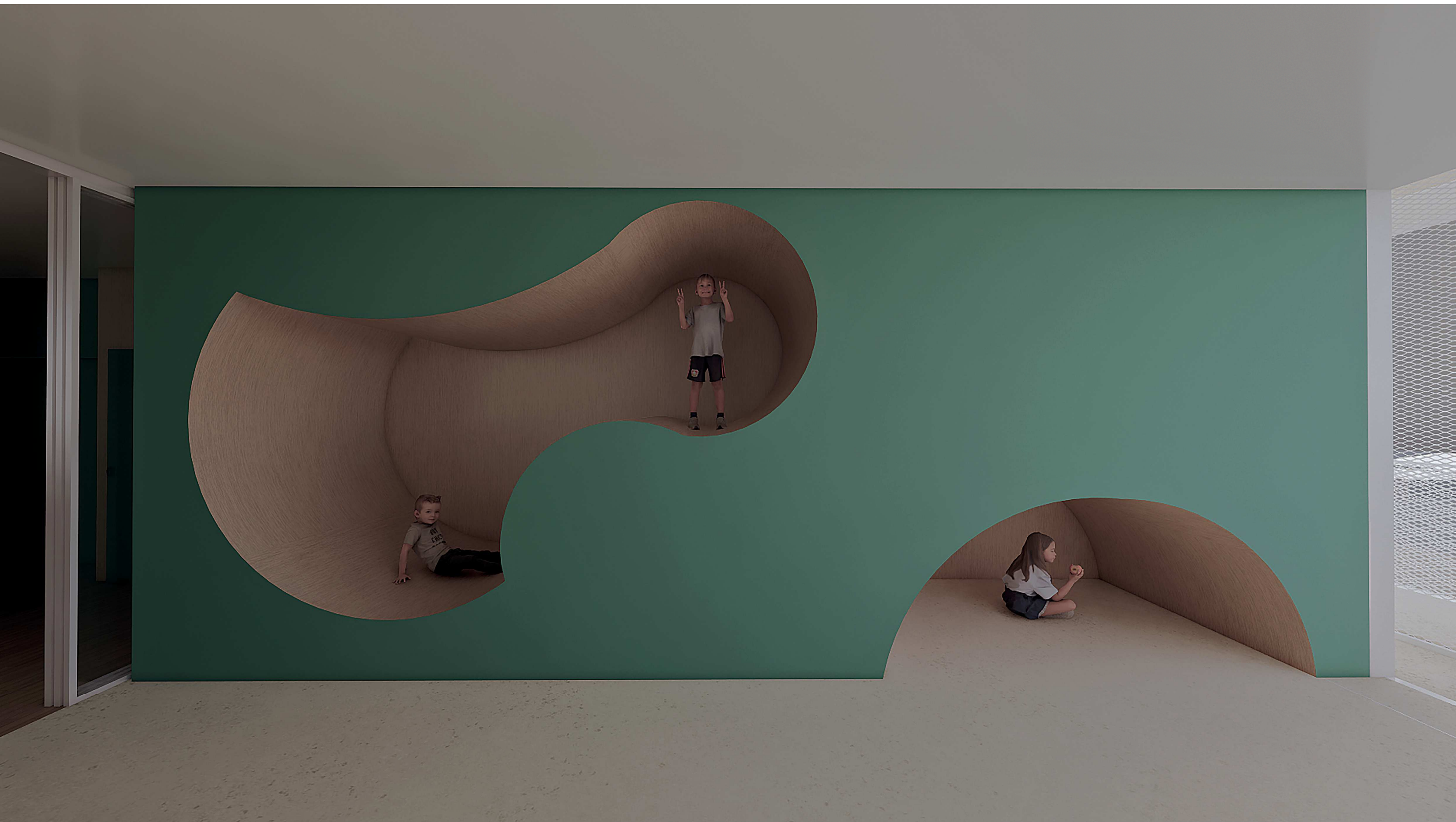
20. Salas: com mesas encaixáveis que permitem diversas configurações e parede de escalada.

Este pavimento é contemplado pela creche, pensada como apoio às mães que precisam continuar trabalhando e/ou estudando, mesmo estando abrigadas no centro de acolhimento, e necessitam de um local seguro para deixar seus filhos.



SEGUNDO PAVIMENTO

1:200





Terceiro pavimento

- 01. **Circulação vertical da área semipública:** com escada de incêndio enclausurada de acordo com a norma de saídas de emergência;
- 04. **Banheiros:** distribuídos ao longo dos pavimentos;
- 06. **Circulação:** para transição entre os ambientes;
- 10. **DML:** Para armazenamento de equipamentos de limpeza;
- 14. **Foyer:** Para espera/descanso;
- 18. **Varanda verde:** a fim de levar natureza para o local, além de sombrear os ambientes;
- 21. **Varanda/estendal:** espaço livre que pode servir para a disposição de varais;
- 22. **Lavanderia comunitária:** para atender uma demanda básica, tendo em vista que não existe espaço destinado para esse uso nos apartamentos;
- 23. **Despensa:** para suprir a cozinha;
- 24. **Refeitório:** com diversas mesas espalhadas;
- 25. **Cozinha comunitária:** para atender demandas básicas que sejam realizadas em conjunto ou servir como apoio aos demais ambientes (creche, salão multiuso) das áreas privativas;
- 26. **Varanda:** espaço livre que pode funcionar como extensão do refeitório.



TERCEIRO PAVIMENTO

1:200



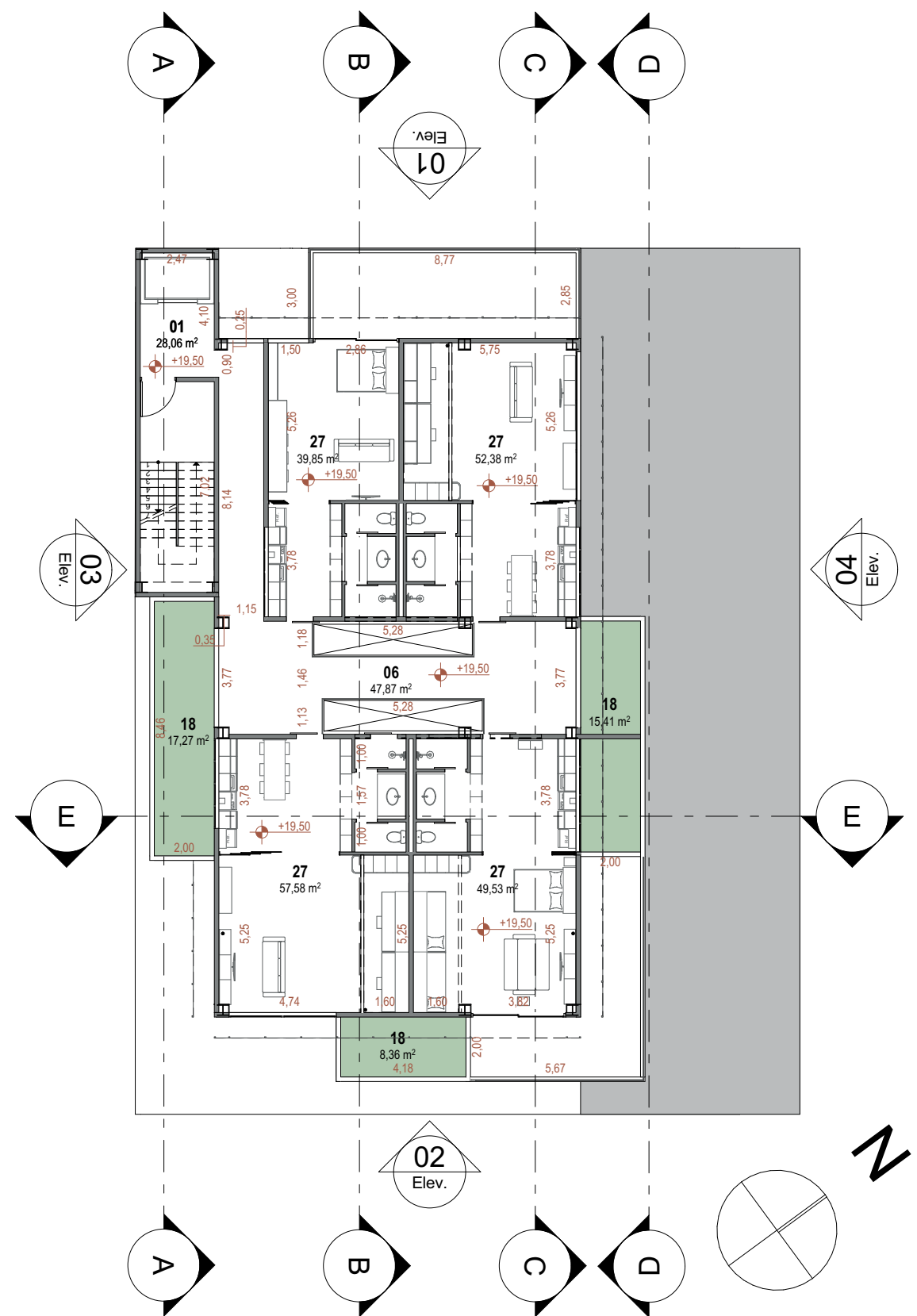
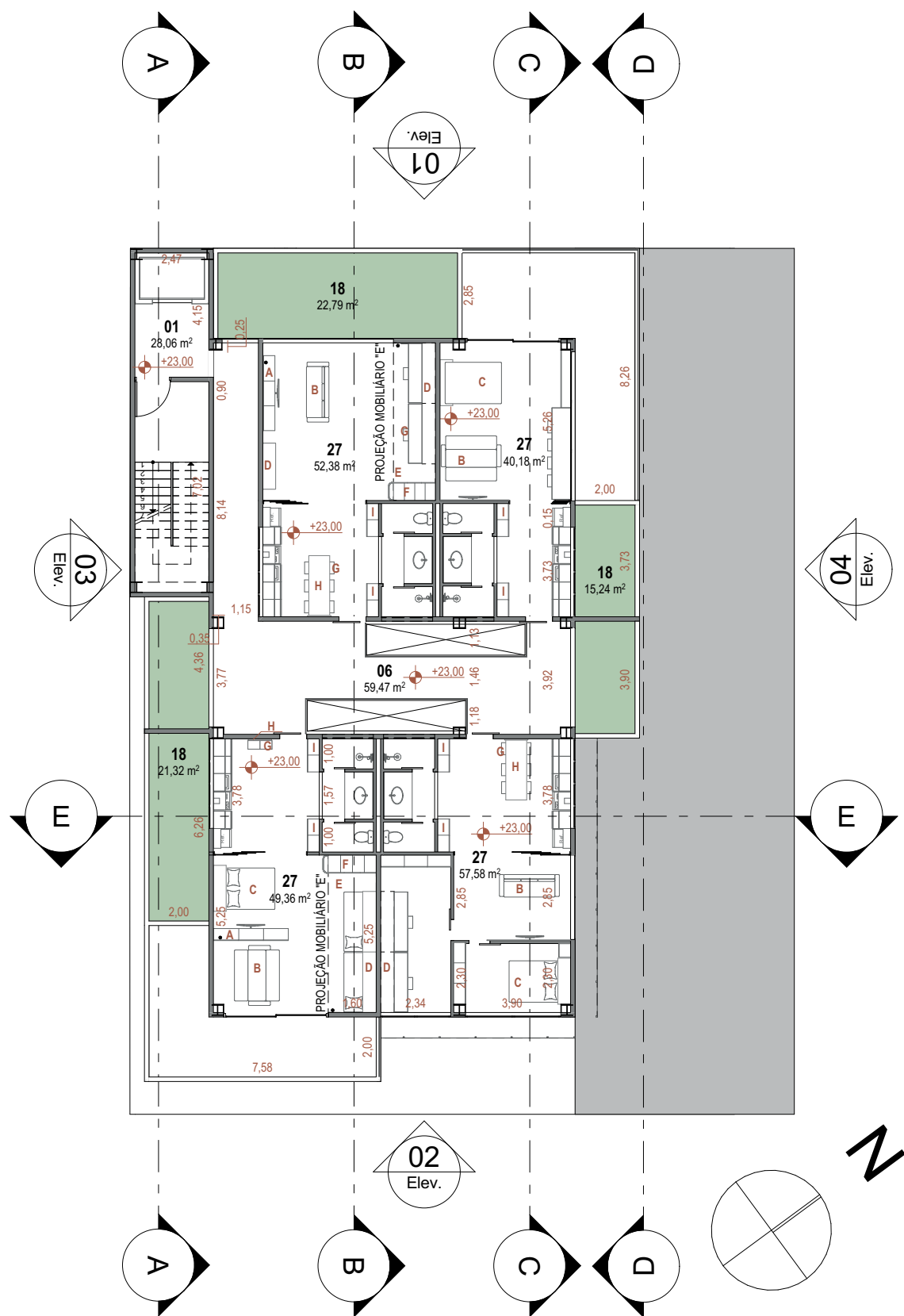




Quarto pavimento

- 01. **Circulação vertical da área semipública:** com escada de incêndio enclausurada de acordo com a norma de saídas de emergência;
- 06. **Circulação:** para acesso e transição entre os apartamentos;
- 10. **Foyer:** para espera das crianças;
- 18. **Varanda verde:** a fim de levar natureza para o local, além de sombrear os ambientes;
- 27. **Apartamento:** com tipologias e layout variados.





A partir do quarto pavimento se iniciam os apartamentos destinados as pessoas que irão residir temporariamente no local. Em relação aos pavimentos pares, o quarto pavimento possui diferenciação em relação aos demais, apenas na circulação externa, tendo em vista que no quarto pavimento não ocorre vão na laje (que se inicia à partir do quinto), mas os apartamentos são iguais aos outros pavimentos pares. O sexto e o oitavo pavimentos são idênticos, formando um pavimento tipo. Os pavimentos ímpares, quinto e o sétimo, também são iguais.

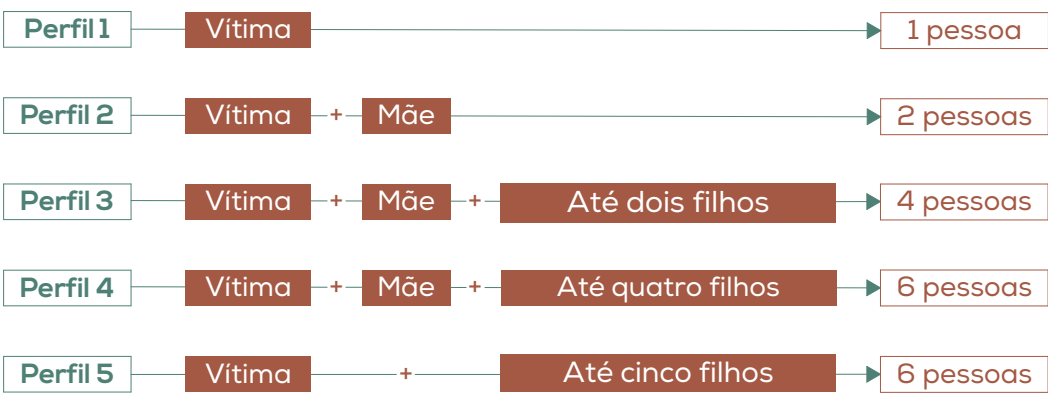
No total, existem 4 tipologias de apartamento (ver planta pág. 113 - “quarto pavimento”):

- Tipologia A:** apartamento integrado e linear, com varanda;
- Tipologia B:** apartamento integrado, com área infantil ou de armazenamento extra, sem varanda;
- Tipologia C:** apartamento integrado, com área infantil ou de armazenamento extra, com varanda;
- Tipologia D:** apartamento setorizado, sem varanda.

É importante salientar que uma mesma tipologia pode apresentar variação de área (ver plantas). Além disso, as unidades habitacionais com varanda possuem área menor e vice-versa. Essa solução foi pensada como forma de compensar as vantagens (presença de varanda e área maior) e desvantagens (área menor e ausência de varanda) de cada situação. A maior parte das tipologias é composta por moradias integradas e flexíveis, buscando atender um maior números de demandas. Os apartamentos setorizados foram pensados para que haja possibilidade de haver maior privacidade e uma configuração espacial mais comum, o que pode facilitar a adaptação ao local.

A variação de tipologias e layouts foi planejada conforme a determinação de possíveis perfis:

Diagrama de perfis familiares



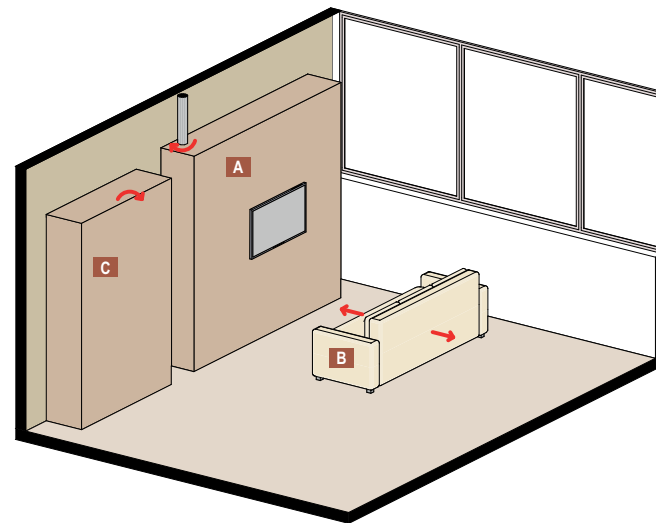
Fonte: a autora, 2025.

Nesse sentido, o maior núcleo familiar possível é de 6 pessoas. Cada perfil apresenta a quantidade máxima de habitantes por apartamento, o que, somado às demandas dos moradores, irá determinar qual tipologia será designada para cada família.

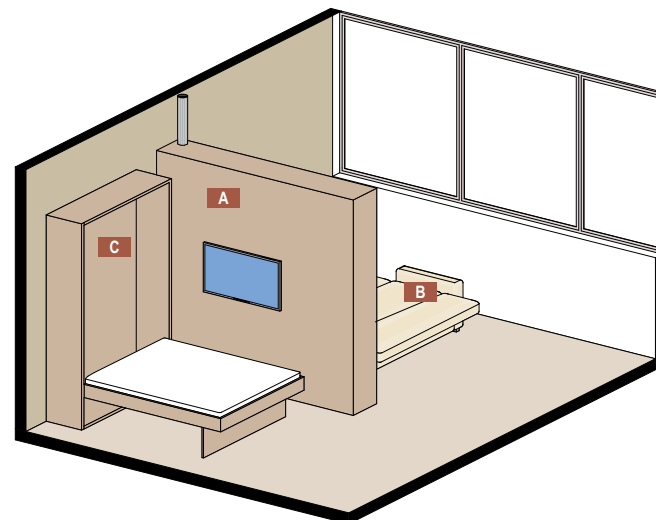
Considerando-se o objetivo de desenvolver apartamentos que ofereçam mais possibilidades de usos e de layout, são propostos mobiliários flexíveis, que possam ser realocados e utilizados de variadas formas, a fim de otimizar o espaço disponível, ampliar a circulação e atender um maior espectro de demandas.

Nas três páginas seguintes, tem-se diagramas explicativos do funcionamento desses mobiliários e de como seus usos podem ser explorados.

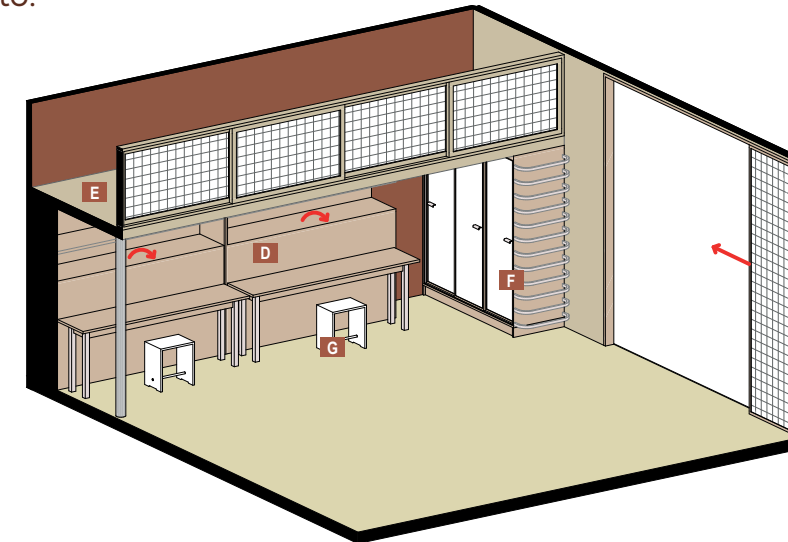
O armário (A) pode ser rotacionado por meio do eixo central de uma estrutura tubular fixa nele. Quando está na posição ilustrada na perspectiva abaixo, ou seja, com suas portas voltadas para a parede, ele funciona como painel de televisão.



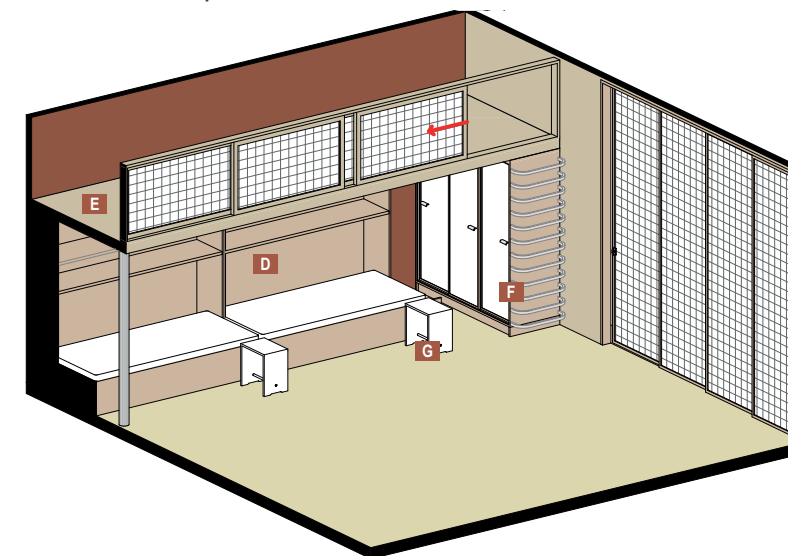
Quando o armário é rotacionado 90°, ou seja, com sua lateral voltada para a parede, ele funciona como divisória entre a cama de casal escamoteável (C) e o sofá-cama (B) que, quando abertos, possuem configuração para descanso. Dessa forma é possível acessar as portas do armário. Essa solução foi pensada para haver a possibilidade de estabelecer privacidade entre os usuários que utilizam a cama e o sofá para dormirem, já que as tipologias de apartamentos integrados possuem menos paredes para a delimitação de espaços.



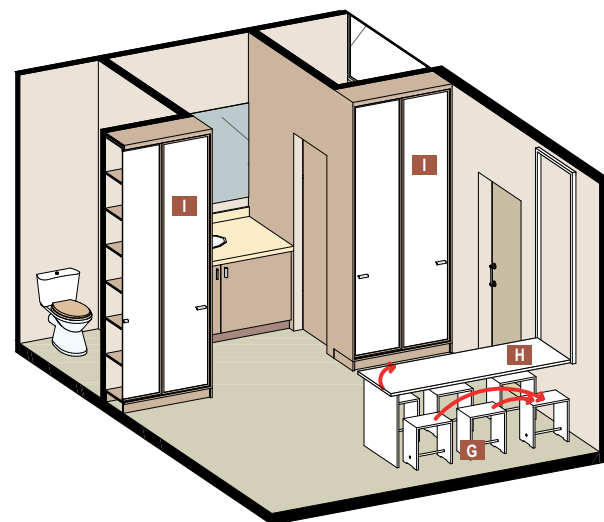
A cama escamotável de solteiro (D) se transforma em uma escrivaninha quando fechada. Ela está inserida abaixo de um mobiliário (E) que pode ser utilizado tanto como área infantil (para brincar, descansar etc), quanto como maleiro. Possui portas de correr com fechamento em tela, promovendo leveza e permeabilidade ao elemento.



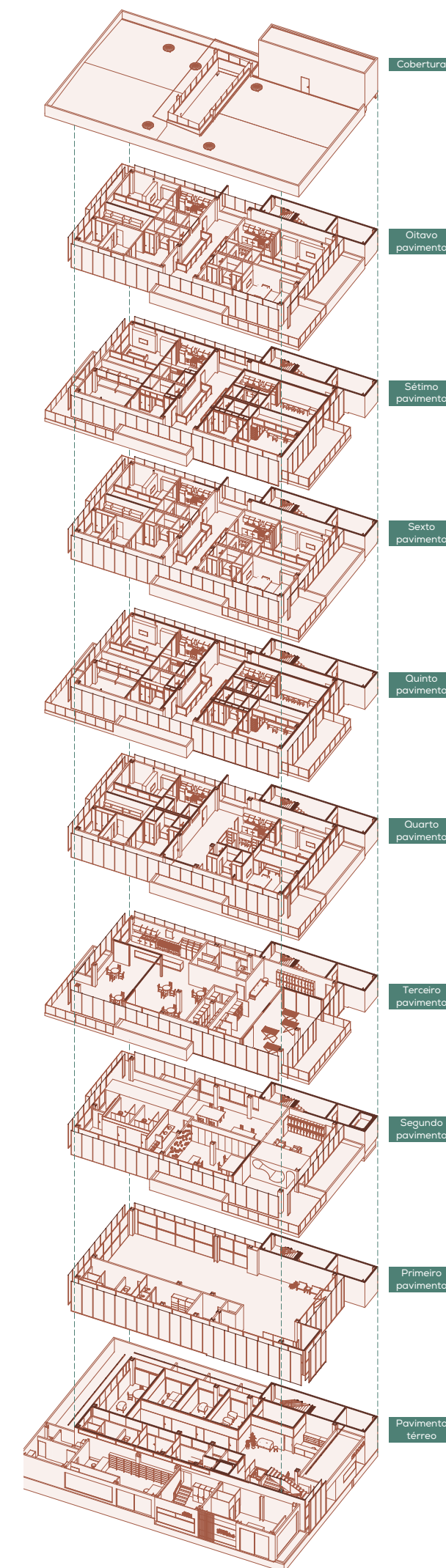
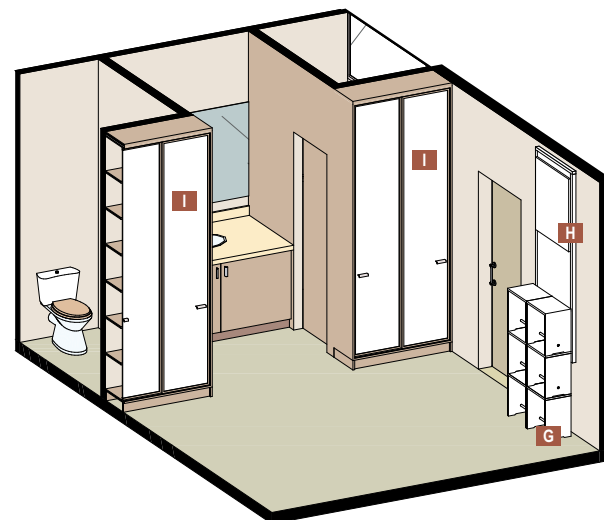
Com a cama escamoteável (D) aberta, os banquinhos (G), antes utilizados como assentos para as escrivaninhas, podem ser adaptados para mesas de apoio. O acesso a área "e" ocorre a partir da abertura da porta de correr, por meio da escada (F), que possui formato lúdico, podendo, então, ser utilizada também como brinquedo para crianças. A escada está fixada no armário (F), o que otimiza o espaço. A porta do ambiente, quando fechada, separa levemente a cozinha da área íntima, devido ao material formado pelas folhas, a mesma tela presente nas portas do maleiro. Já quando está totalmente aberta, as folhas ficam dispostas ao lado da geladeira, se comportando como uma sutil divisória.



A mesa retrátil (H) pode ser dobrada no sentido da parede quando não está em uso, liberando circulação na cozinha. Os banquinhos (G) são empilháveis, ocupando menos espaço nessa configuração, podendo também ser adaptados como pequenas mesas de apoio.



Pode-se observar também a presença do banheiro tripartido, cuja organização espacial otimiza seu uso, ao passo que a área do lavatório, da bacia sanitária e do chuveiro são independentes. Além disso, as portas de acesso a bacia e ao chuveiro não ficam voltadas diretamente para a cozinha, o que setoriza melhor o espaço. Os armários embutidos (I), foram posicionados nas paredes externas do banheiro, aproveitando o espaço e aumentando o armazenamento disponível.









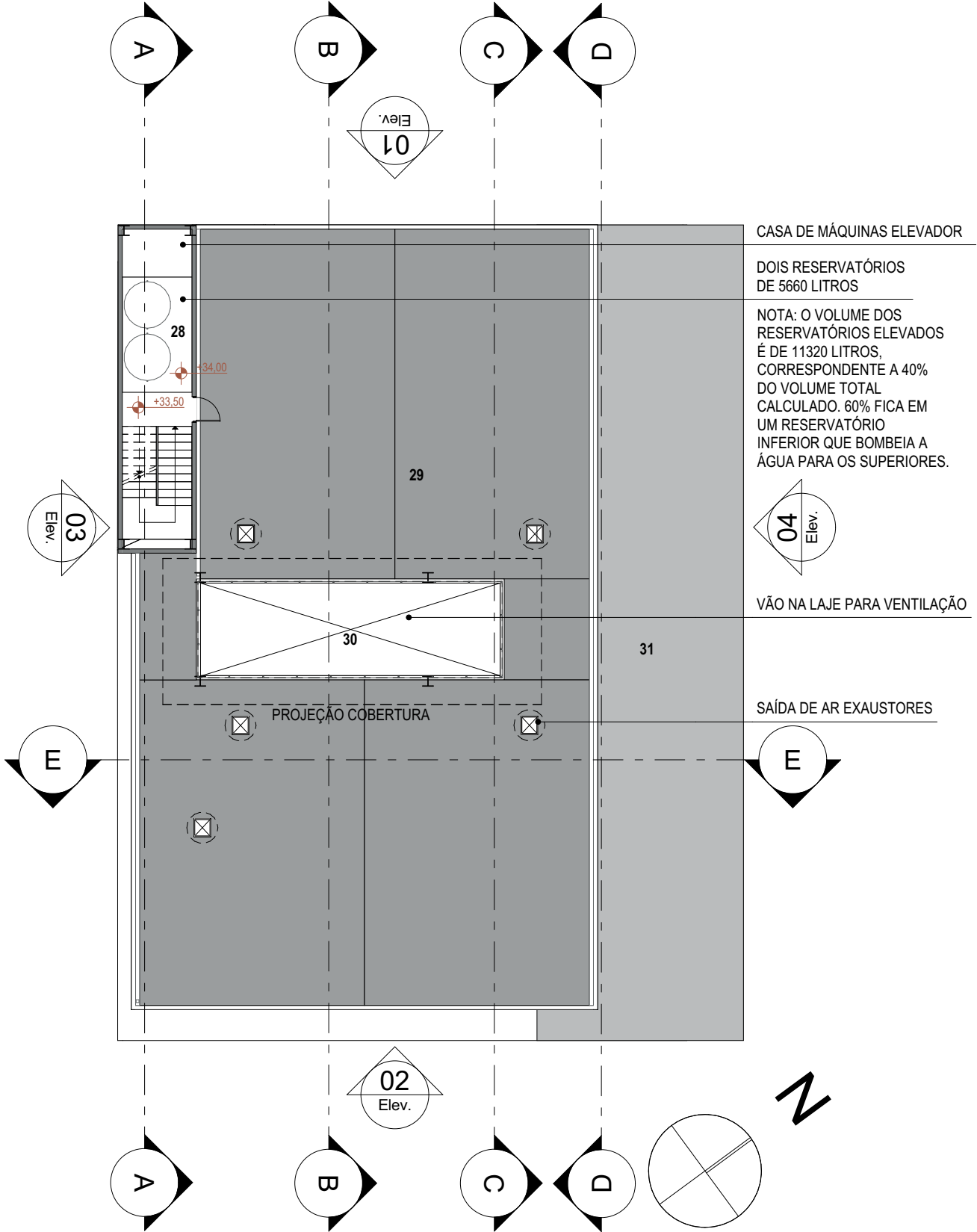




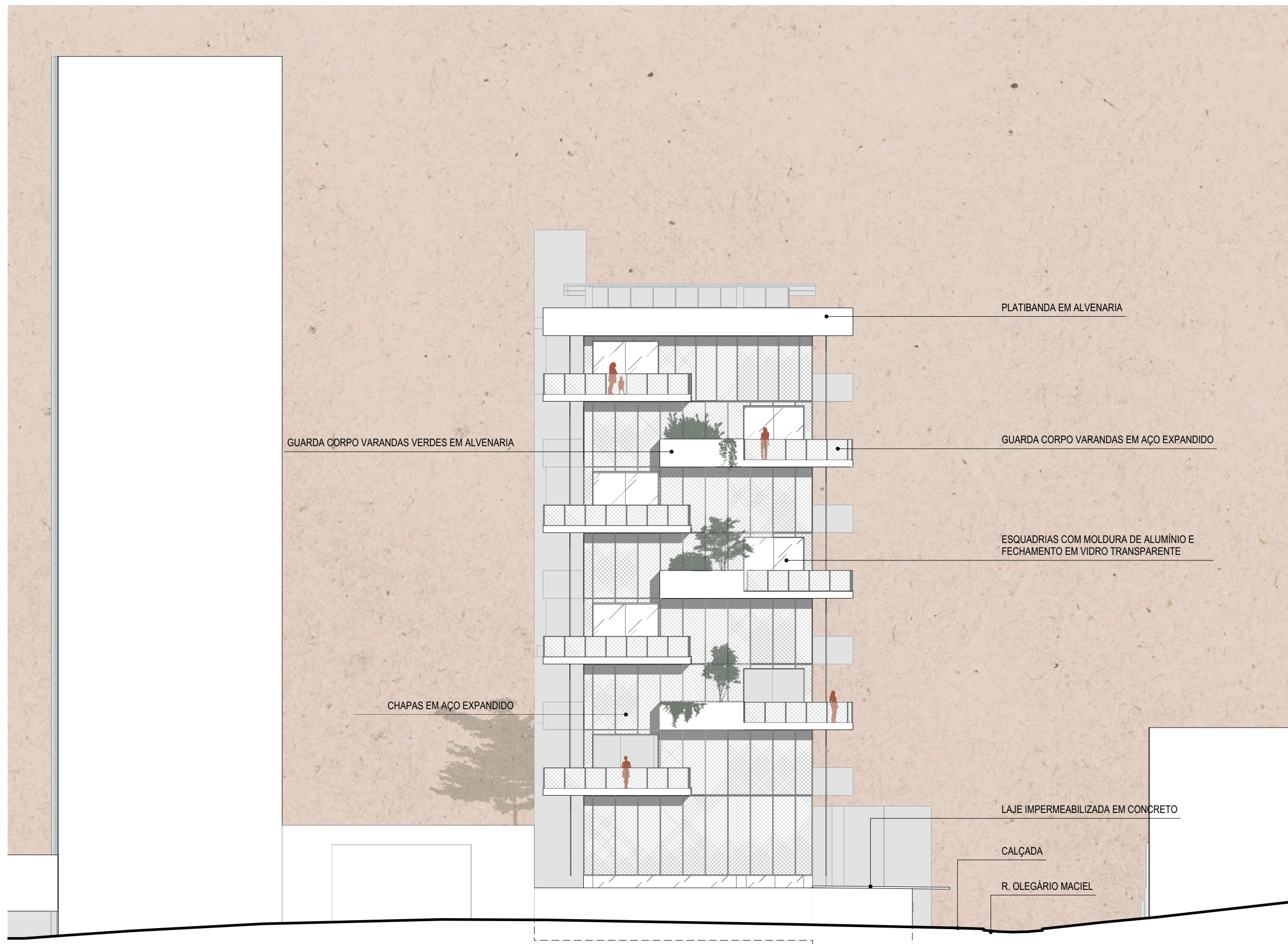


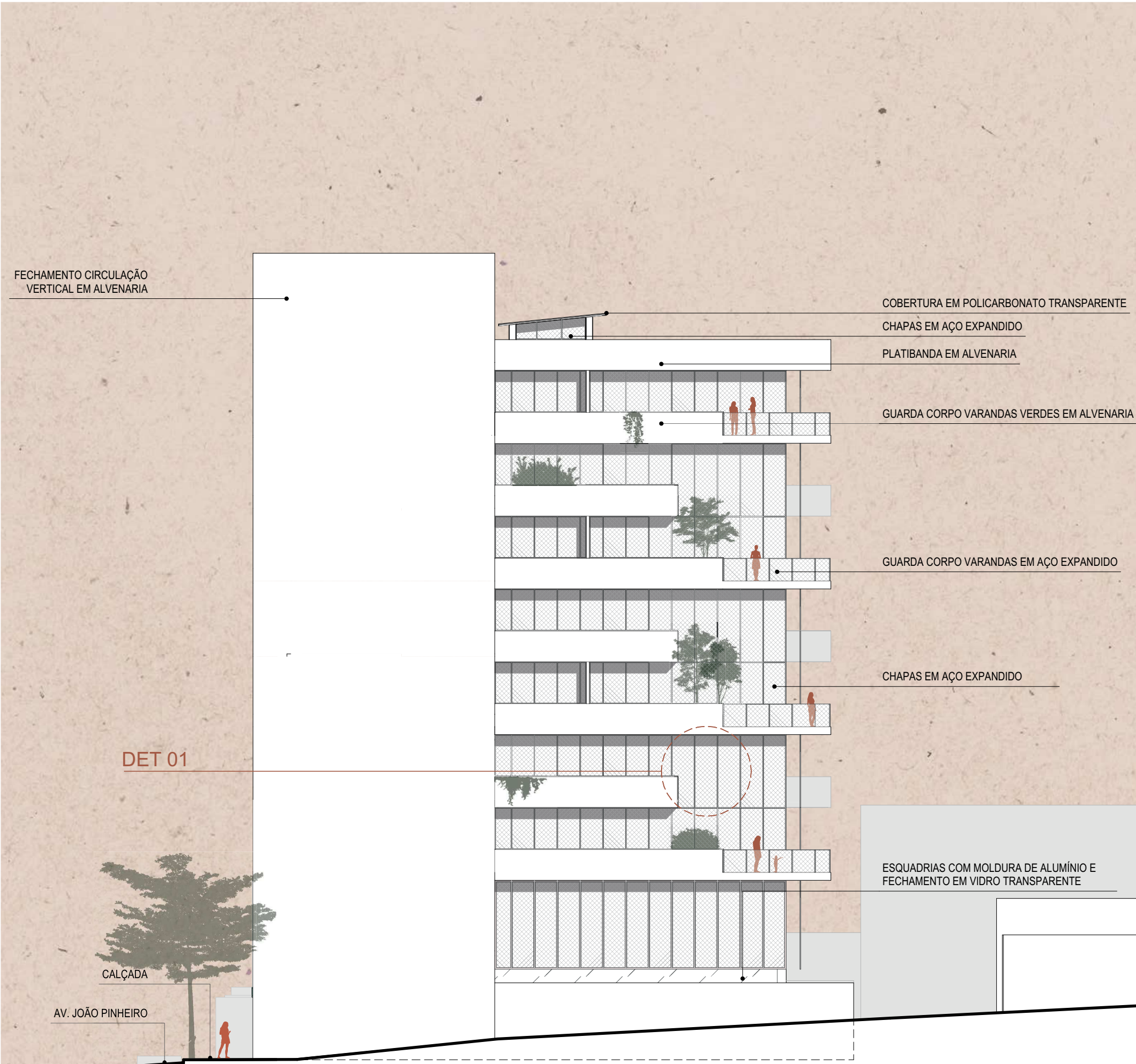
Cobertura

- 28. Estrutura de apoio dos reservatórios:** realizada a partir do aproveitamento da caixa de circulação;
- 29. Cobertura:** em telha sanduíche, que possui maior desempenho termoacústico;
- 30. Vão:** para ventilação dos banheiros dos apartamentos. Foi checado no código de obras de Uberlândia se sua área é suficiente e a informação encontrada definia área mínima apenas para as situações de claraboia, ou seja, com paredes circundando o vão;
- 31. Laje impermeabilizada:** escolhida devido à sua baixa inclinação, para não interferir nas janelas do pavimento térreo, na fachada 04 (ver elevação 04 - págs. 142 e 143).

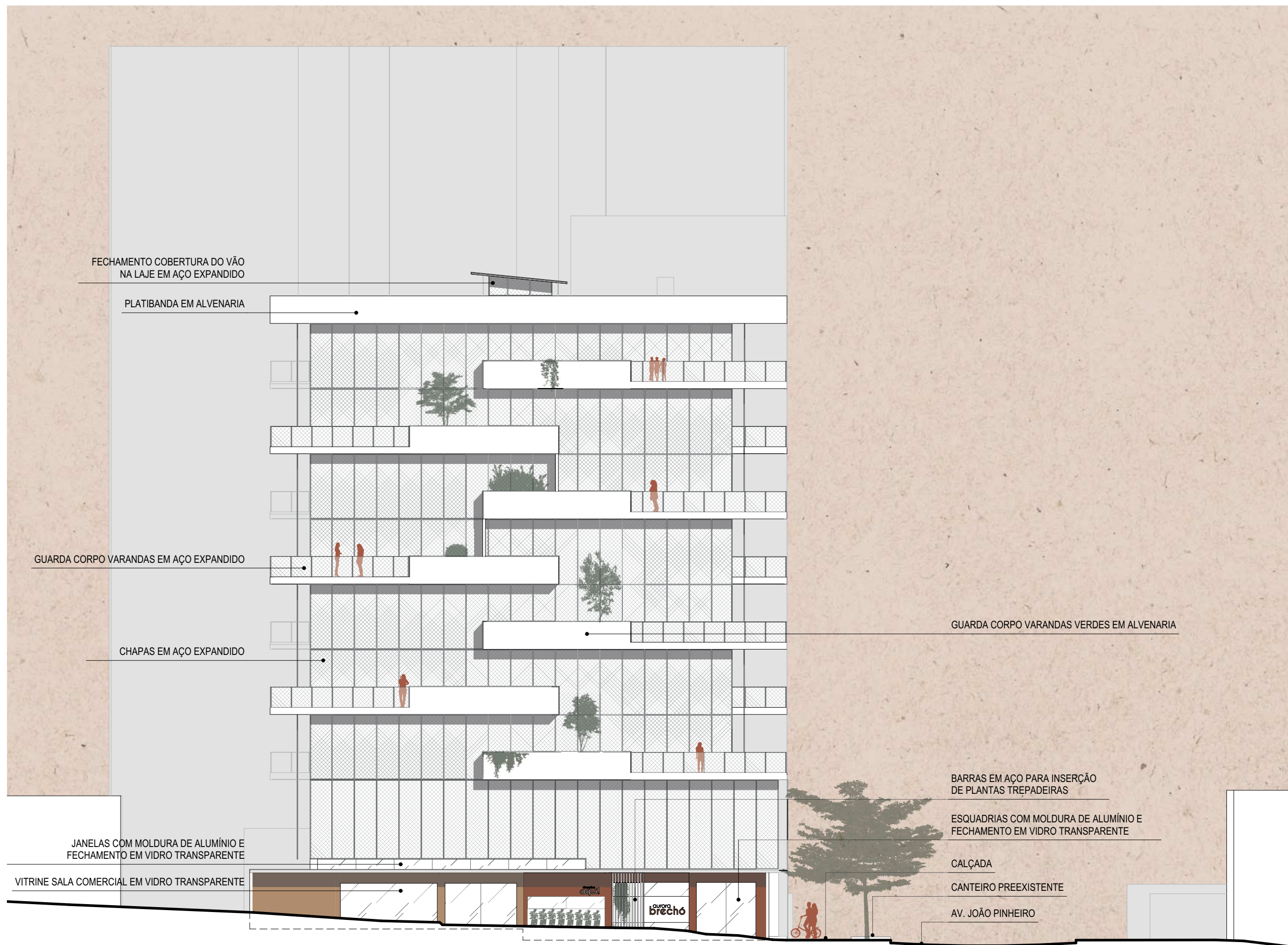








03 ELEVACÃO 1:200

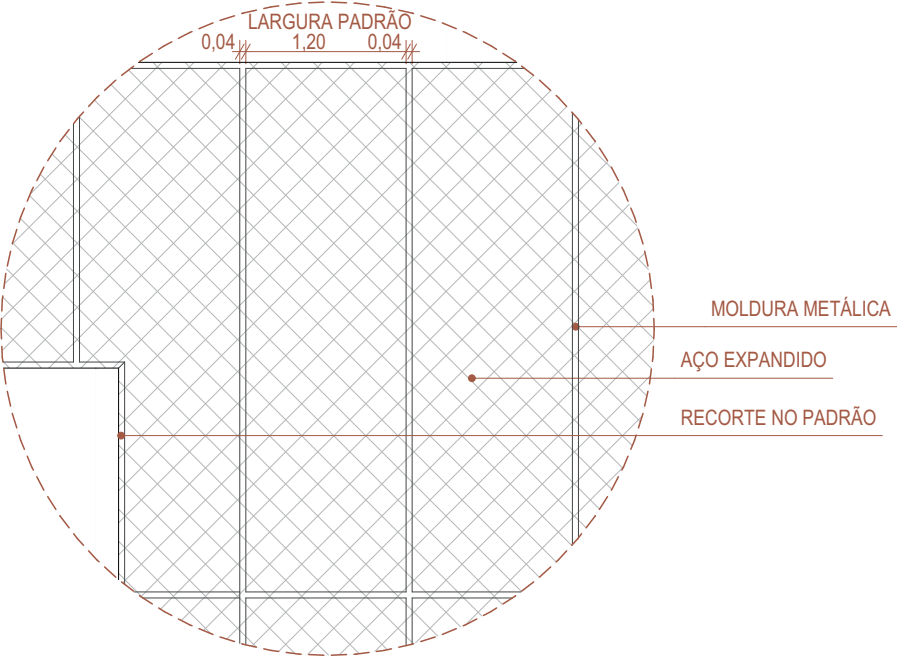


Materialidade das fachadas

O edifício é composto por peles em aço expandido, resultante da busca de estabelecer uma linguagem que transmitisse leveza, utilizando um material permeável que não interferisse na entrada de ventilação. A pele fornece privacidade, importante no contexto em questão, porém, não bloqueia totalmente a visibilidade a partir do interior da edificação. As chapas são sustentadas por delgadas molduras de 4 centímetros de espessura. Elas possuem largura padrão de 1,20 metros. A altura é a mesma do pé direito do pavimento que se insere, portanto, ocorre uma variação entre os pavimentos:

- Primeiro: 5 metros
- Segundo: 4 metros
- Terceiro a oitavo: 3,5 metros

Na presença de varandas, portas ou vãos é feito o recorte no elemento padrão.



01 DET-CHAPAS METÁLICAS 1:50

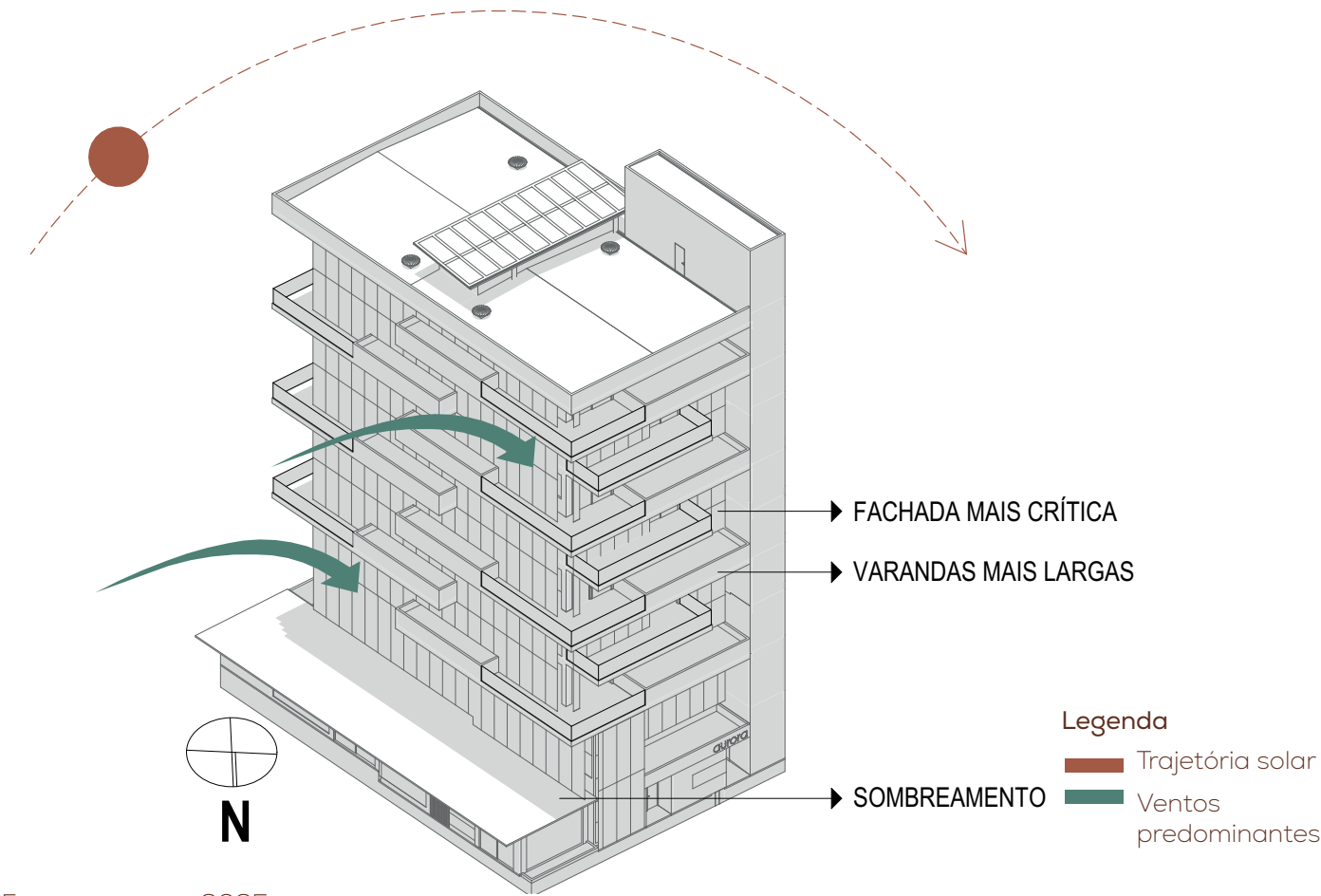
Varandas - forma e função

As varandas foram posicionadas estrategicamente, com o intuito de, primeiramente, sombrear as aberturas. O avanço das lajes dá movimento para a fachada, resultando em uma forma que é fruto do propósito de amenizar a incidência solar no interior do edifício.

Todas as varandas possuem 2 metros de largura, com exceção das inseridas na fachada 01, onde ocorre uma maior incidência do sol da tarde, necessitando, portanto, de maior proteção. Assim, as varandas dessa fachada se estendem até o limite do lote, totalizando 3 metros de largura.

As varandas verdes abrigam a vegetação que também colabora com o sombreamento local e o resfriamento evaporativo, além de levar a natureza para os ambientes e compor as fachadas.

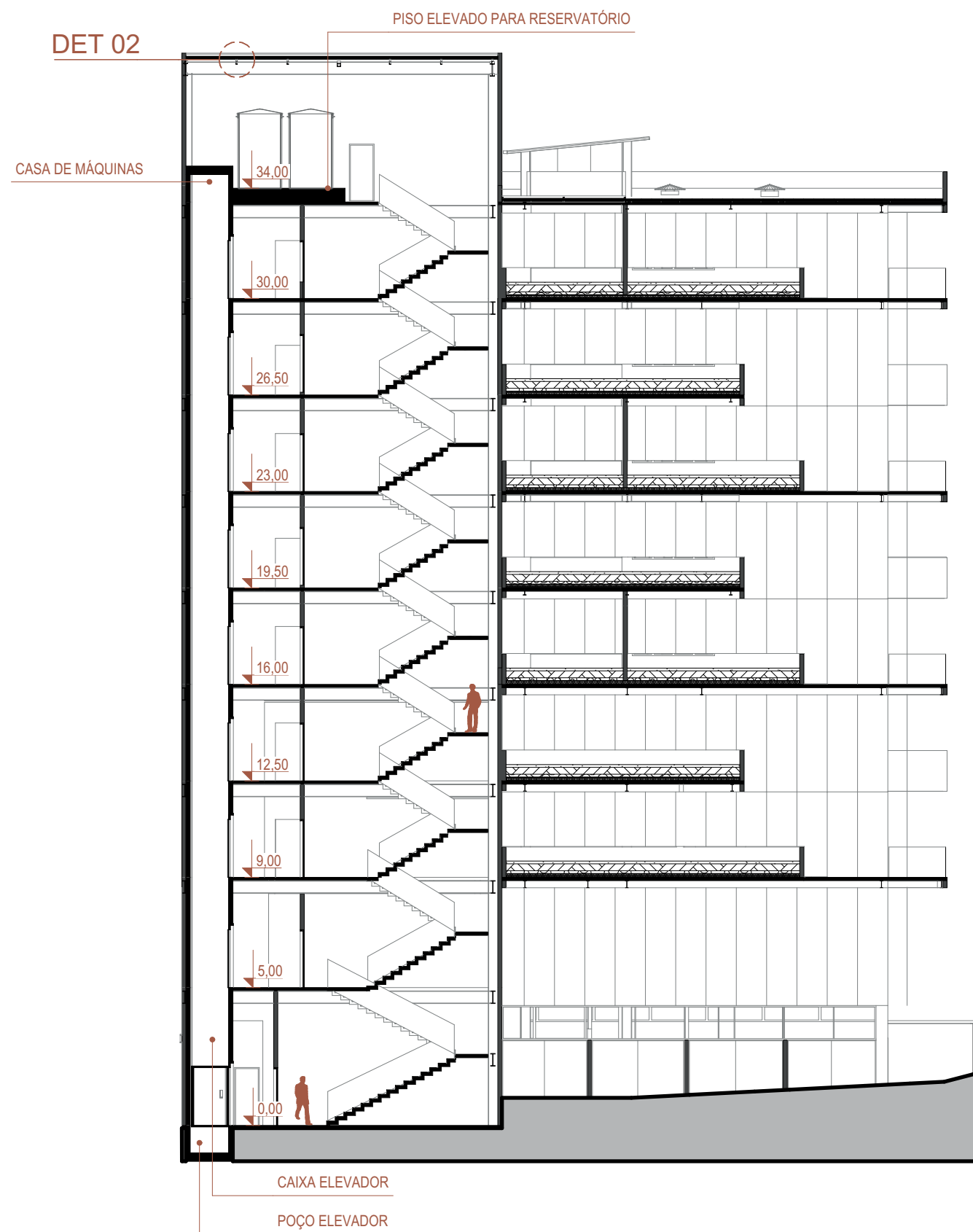
Diagrama esquemático de estratégias de conforto ambiental



Fonte: a autora, 2025.

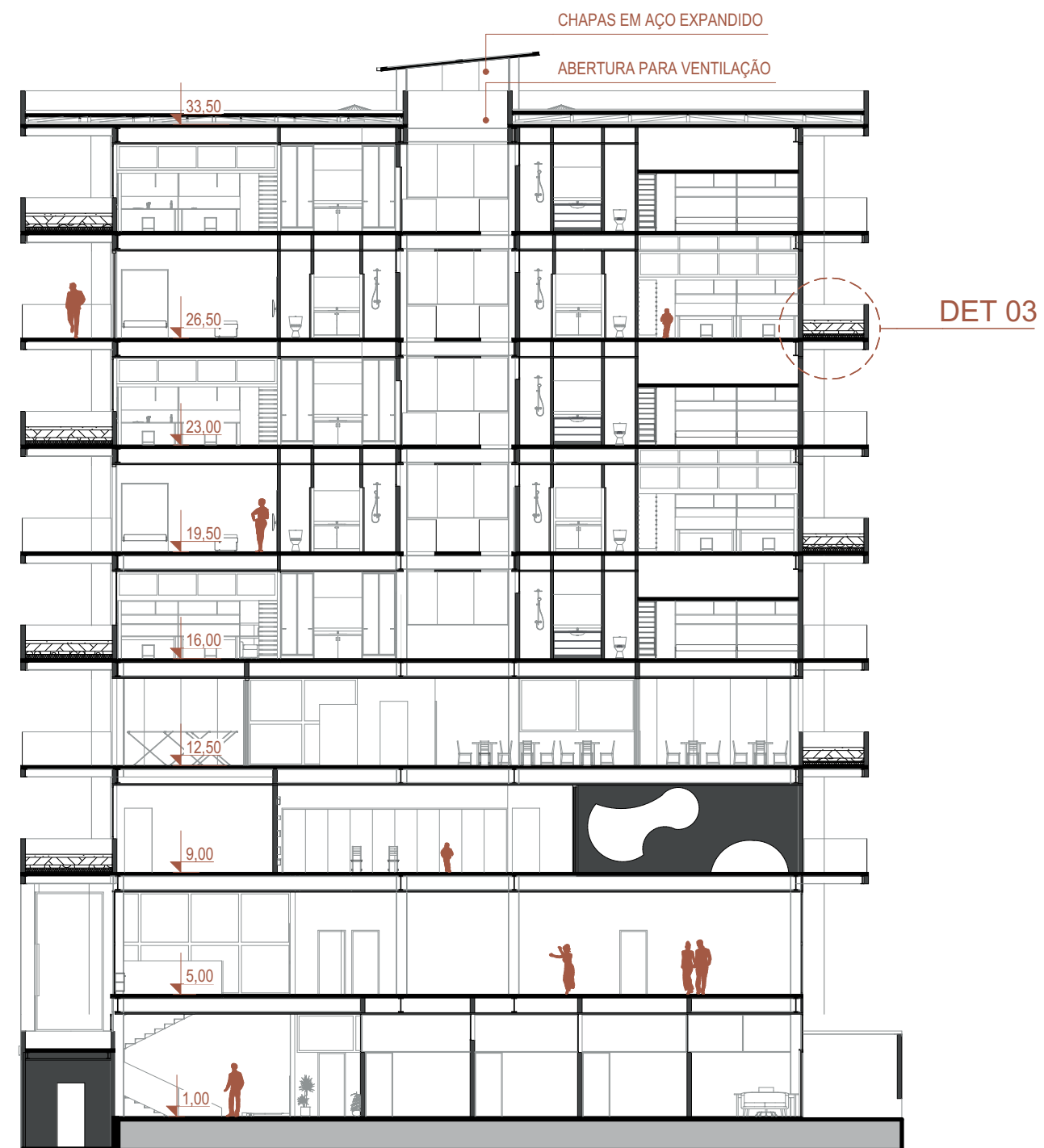
Fachada 01 - destaque para as varandas





CORTE

1:200

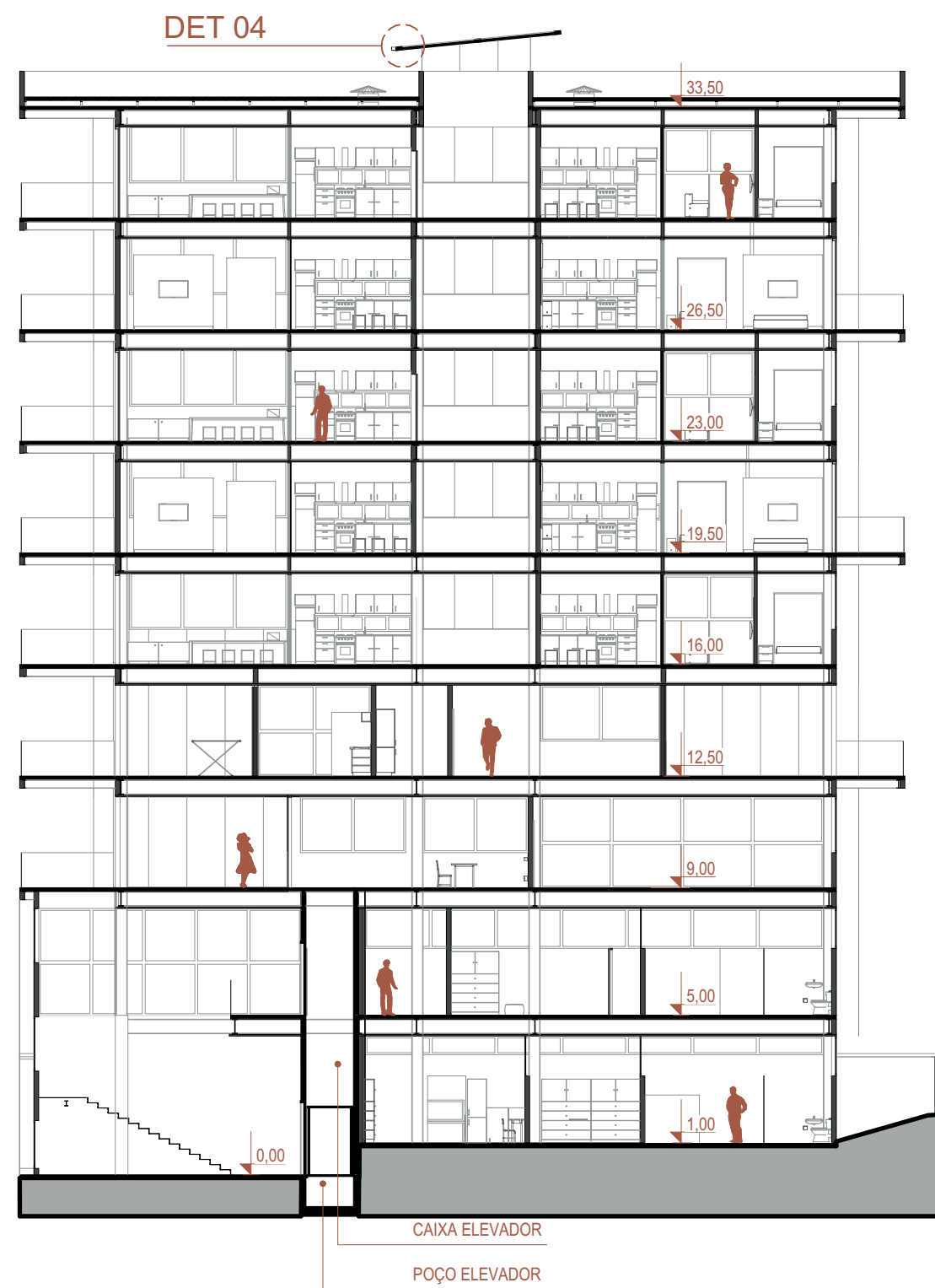


CORTE

1:200

AA

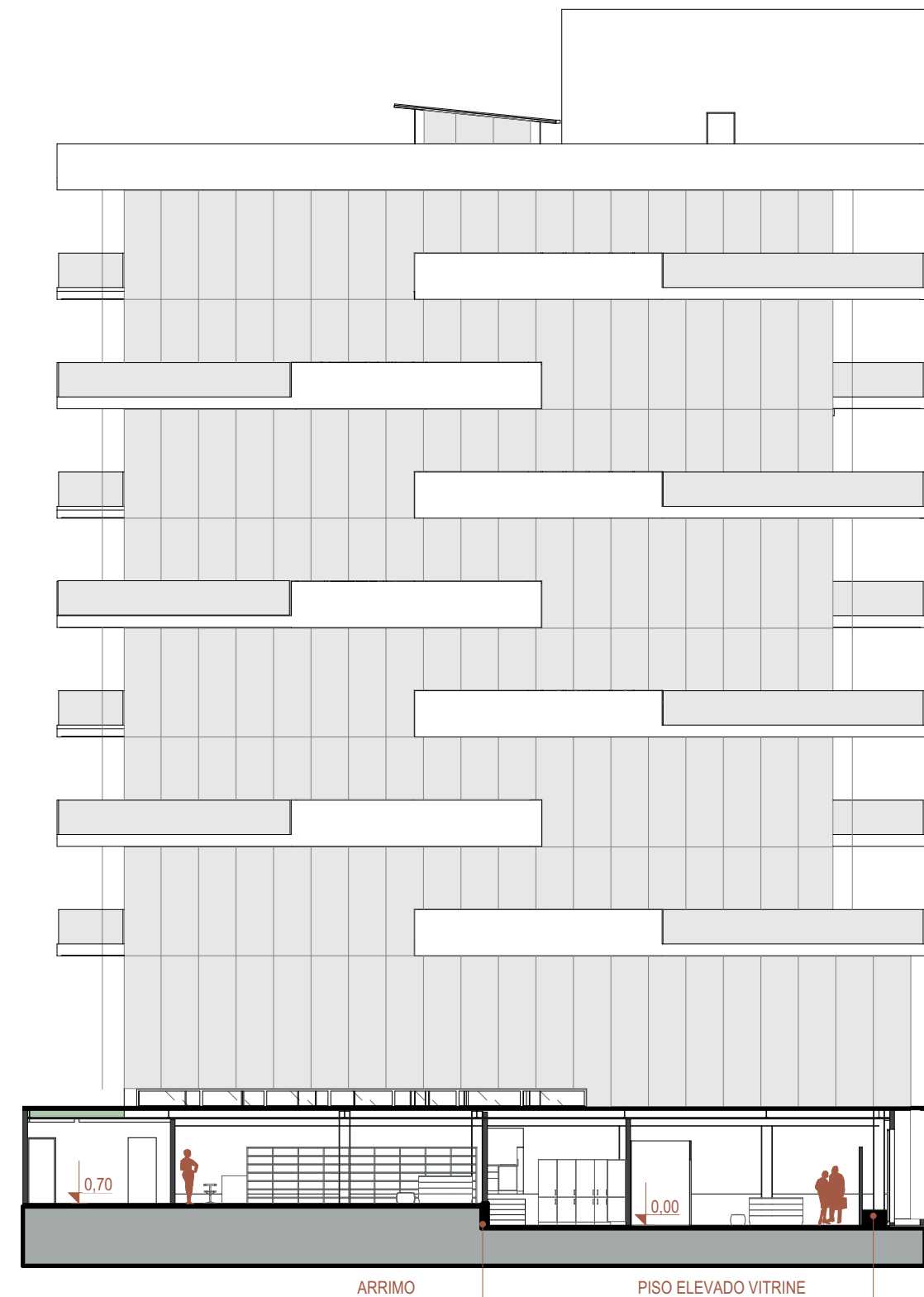
BB



CC

CORTE

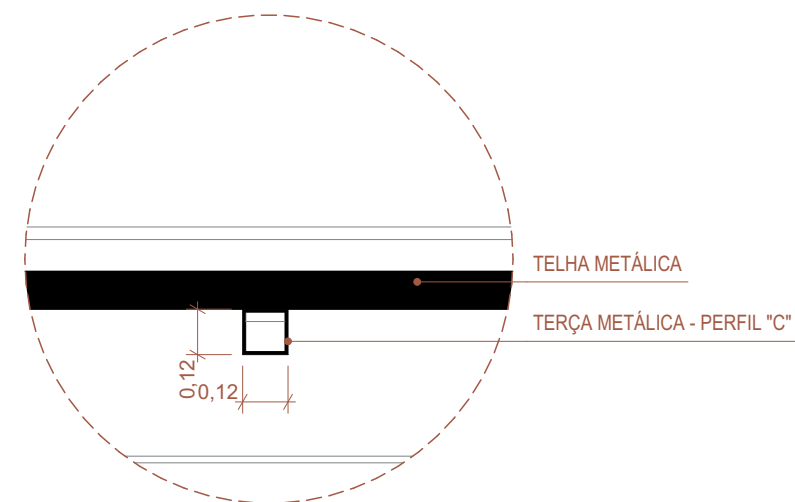
1:200



DD

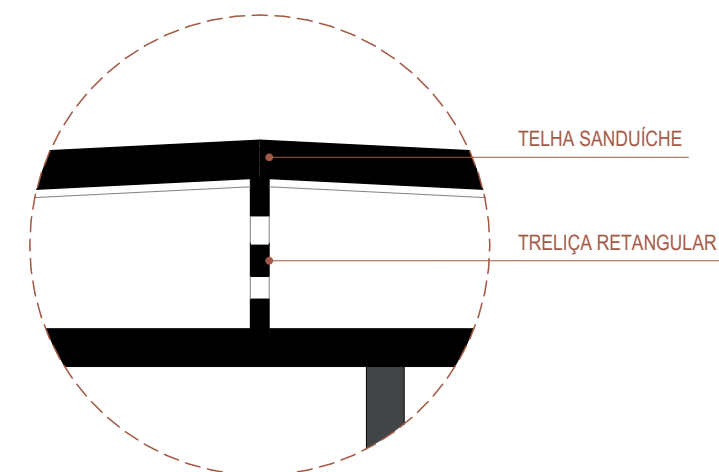
CORTE

1:200

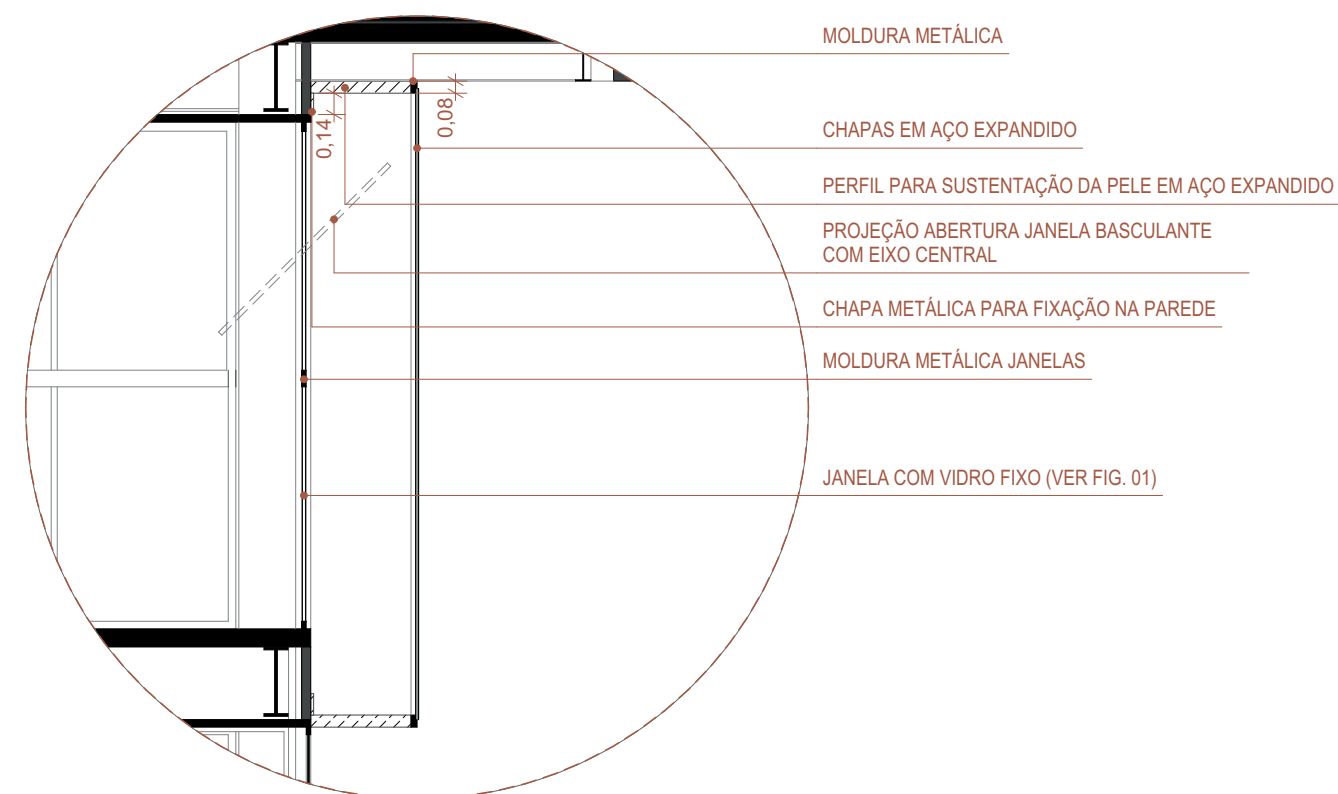


02 DET-COB. RESERVATÓRIO 1:20

Os planos de vidro da edificação são divididos em duas faixas envidraçadas através de um montante central. A parte superior apresenta janelas basculantes com eixo central, abertas para o interior do edifício. Enquanto isso, a parte inferior, formada por vidros fixos, atua como guarda corpo.

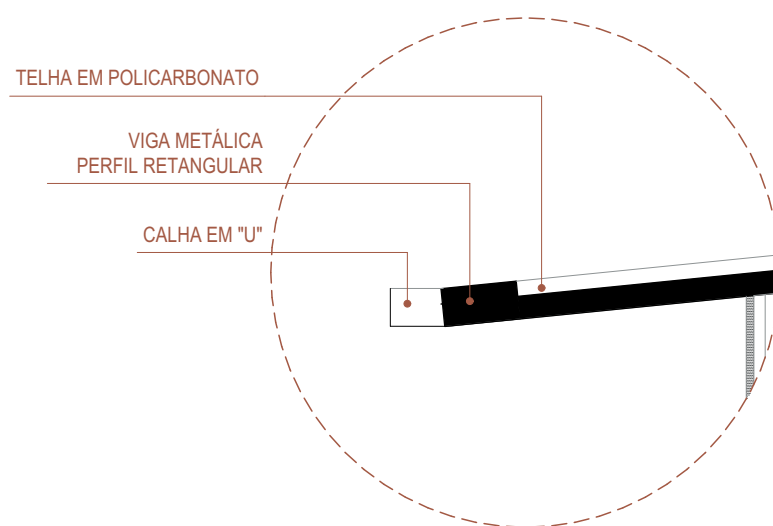


06 DET- COBERTURA 1:20

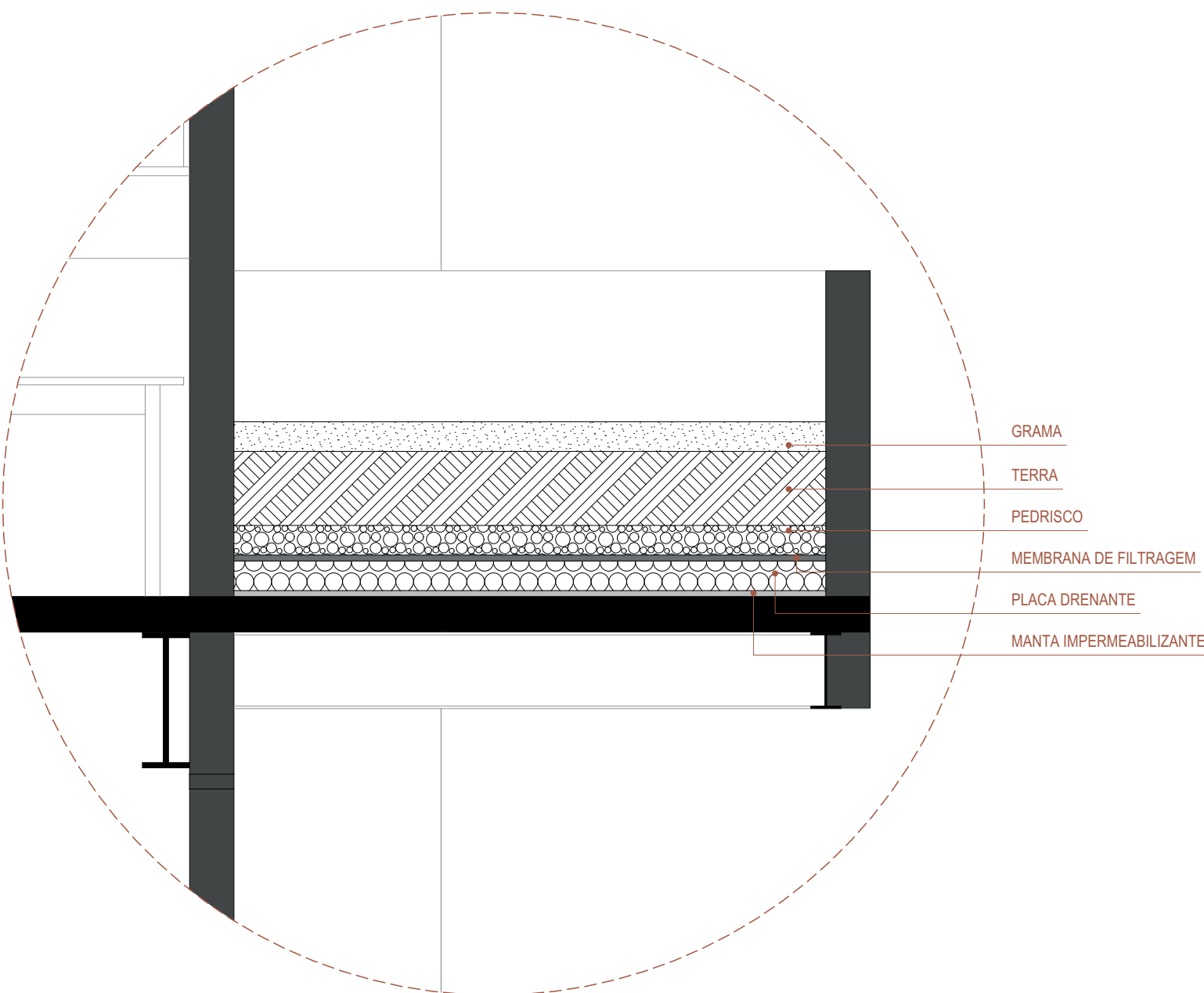


05 DET- JANELAS E PELE METÁLICA 1:50





04 DET- COBERTURA VÃO 1:20



03 DET - VARANDAS VERDES

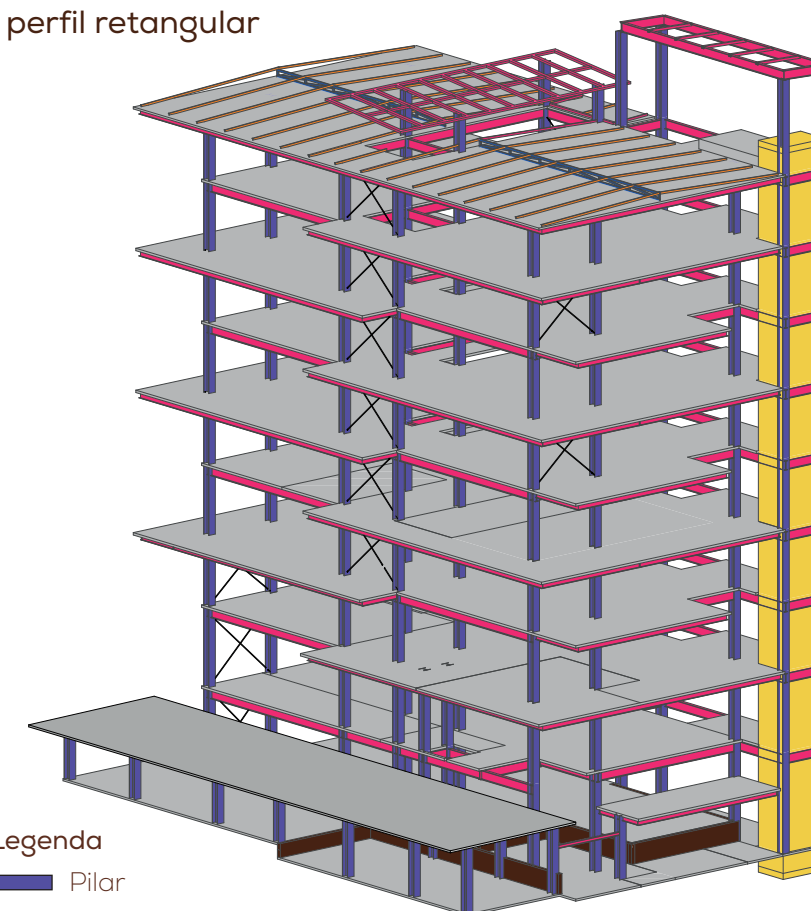
1:20

Estrutura

A edificação se sustenta por meio de uma estrutura mista: vigas, pilares, terças, treliça e cabos (contraventamento) em aço; e lajes, núcleo rígido e arrimos em concreto. A cobertura da área comercial é uma laje impermeabilizada em concreto. Em relação aos perfis metálicos, tem-se:

- Pilares: perfil "H"
- Vigas: perfil "I"
- Terças: perfil "C"
- Vigas cobertura vão: perfil retangular

A escolha do principal material construtivo (metal) se justifica por seu menor impacto ambiental, posto que é reutilizável e demanda canteiro seco. Além disso, promove racionalização e agilidade para a obra. O concreto foi utilizado nas lajes para facilitar os recortes feitos para ventilação. Já em relação à cobertura da área comercial, ele foi escolhido devido a pequena inclinação (1%) necessária para a laje impermeabilizada, permitindo a existência de janelas altas no pavimento térreo, na fachada 04.



- Legenda
- Pilar
 - Viga
 - Terça
 - Terça
 - Laje
 - Elevador
 - Arrimo
 - Contraventamento



O presente trabalho foi fruto do desejo de poder utilizar a arquitetura como ferramenta social. Sua realização foi permeada pelas opiniões políticas e sociais construídas ao longo do tempo.

O projeto teve um desenvolvimento não linear, com muitos avanços e retrocessos, característica presente no processo pessoal de criação.

Buscou-se acessar e aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação em todas as etapas, teórica e tecnicamente. Também houve um esforço em absorver, compreender e executar os aperfeiçoamentos discutidos em orientação e recebidos no retorno da banca da primeira etapa.

Por fim, a individualidade da produção do trabalho foi um grande ensinamento e uma possibilidade de reflexão pessoal a respeito do que é a arquitetura e como ela pode ser entendida e materializada.

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. **Violência doméstica e familiar**.

Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contras-as-mulheres/#dados-nacionais>. Acesso em: 16 set. 2024.

AGREST, Diana. **À margem da arquitetura**: corpo, lógica e sexo [1988] In NESBITT, Kate. Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica 1965-1995.

ANDRADE, Isabella Parreiras; SOUZA, Tatiana Machiavelli Carmo. Saúde mental de mulheres sobreviventes a tentativas de feminicídio. **Revista de Psicologia**, Fortaleza, v.14, p. 1-14, jan./dez. 2023.

ARCHDAILY. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica / Amos Goldreich Architecture + Jacobs Yaniv Architects**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/895789/abrigo-para-vitimas-de-violencia-domestica-amos-goldreich-architecture-plus-jacobs-yaniv-architects?ad_medium=gallery>. Acesso em: 15 set. 2024.

ARCHDAILY. **Edifício Bosco Verticale / Boeri Studio**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/778367/edificio-bosco-verticale-boeri-studio>>. Acesso em: 20 set. 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Lei do Feminicídio**.

Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/mulheres/legislacao/lei-do-feminicidio/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.104%2F2015,condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20mulher%20da%20v%C3%ADtima>. Acesso em: 02 set. 2024.

CAVALER, Camila Maffioletti; SOUZA, Daniel Cerdeira de; BEIRAS, Adriano. Motivações para o crime de feminicídio: revisão integrativa da literatura. **Quaderns de Psicologia**, v. 24, n. 2, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1735>. Acesso: 03 set. 2024.

CLAUDIA GUERRA. **Leis aprovadas**. 2023. Disponível em: <<https://claudiaguerra.com.br/leis-aprovadas/>>. Acesso em: 3.out.2024.

COUTO, Maria Claudia Giroto do. **Lei Maria da Penha e princípio da subsidiariedade**: diálogo entre um direito penal mínimo e as demandas de proteção contra a violência de gênero no Brasil. São

Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. 152p.

DIAS, Kimberly Fernandes. **Mapeamento da violência doméstica em Uberlândia, Minas Gerais**: uma análise jurídica e epidemiológica. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2022. 29p.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 13 set. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. 510 p.

GUERRA, Cláudia Costa. Entrevista concedida a Deborah Bonuti Gonçalves. Uberlândia, 7 nov. 2024.

GUERRA, Cláudia Costa. **Jogos de poder e “metamorfoses”**: representações sociais de violências de gênero, na esfera conjugal, em Uberlândia-MG, de 1997 a 2017. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. 447p.

GUERRA, Cláudia Costa. Mesa: **“Violência contra a mulher e feminicídio”**. In: SEMANA DE PSICOLOGIA, 28., Uberlândia, 2024.

HASSI, Mariana. Mesa: **“Violência contra a mulher e feminicídio”**. In: SEMANA DE PSICOLOGIA, 28., Uberlândia, 2024.

HERTEZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **O que é violência doméstica**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/violencia-domestica/o-que-e-violencia-domestica.html>. Acesso em: 27 ago. 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Quem é Maria da Penha**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/quem-e-maria-da-penha.html>. Acesso em: 28 ago. 2024.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. **Tipos de violência**. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de->

[violencia.html](#). Acesso em: 02 set. 2024.

LEIS MUNICIPAIS. Lei nº 11.551, de 23 de outubro de 2013. **Dispõe sobre a casa abrigo “travessia”, centro de acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica e familiar, altera a lei nº 11.357, de 30 de abril de 2013, revoga o art. 14 da lei nº 9671, de 11 de dezembro de 2007, e dá outras providências**. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2013/1156/11551/lei-ordinaria-n-11551-2013-dispoe-sobre-a-casa-abrigo-travessia-centro-de-acolhimento-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-e-familiar-altera-a-lei-n-11357-de-30-de-abril-de-2013-revoga-o-art-14-da-lei-n-9671-de-11-de-dezembro-de-2007-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 3.out.2024.

LODETTI et al. **A vida psíquica do homem e a morte de mulheres**. Psicologia e sociedade. 2018.

MARTINEZ, Zaida Muxí. **Mulheres, casas e cidades**. São Paulo, 2024.

MERLI, Giovanna Augusto. **Lugar de mulher é na cidade**: desenho urbano para inclusão de gênero na cidade de Uberlândia. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. 256p.

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS. **Relatório Estatístico**. Belo Horizonte, 2023.

SANTORO, Paula Freire. **Gênero e planejamento territorial**: uma aproximação. Caxambu, 2008. 16p.

SOUZA, Marcus Vinicius Mariano. **Cidades médias e novas centralidades**: análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia (MG). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2009. 248p.

SENADO NOTÍCIAS. DataSenado aponta que 3 em 10 brasileiras já sofreram violência doméstica. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica>>,

